

PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

CONSELHO DELIBERATIVO

Luiz Abel Amorim de Andrade – Presidente Thiago Alves Nogueira – Vice-Presidente Hailton José Fortes

João Francisco Freitas Peixot Gabriel Fernando Rocha Gildete Mesauita Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira Alison Ramos Santos e Silva - membro até 29/06/2022 Luiz Sérgio Farias Machado - membro desde 05/09/2022

Genival Vila Nova – Presidente Leonardo da Hora Barreto - Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente até 31/07/2022 Alex Araújo – Diretor de Administração e Investimentos até 06/02/2022

Ocione Marques Mendonça – Diretor-Presidente desde 01/08/2022 Sergio Brito Clark – Diretor de Administração e Investimentos desde 07/02/2022 Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

OUVIDORIA

José Zelízio de Alencar Libório – Ouvidor

CANAIS DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES
0800 9705775 (tel. fixo) / 4020-1615 (celular) / 9.9761 0077 (Whatsapp)
relacionamento@capef.com.br
www.capef.com.br
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

OUVIDORIA ouvidoria@capef.com.br

EXPEDIENTE

CONTEÚDO E APROVAÇÃO Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef – GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO GO! Branding + Design Branding + Design

Para uma vida e futuro de possibilidades

Sumário

















Mensagem da Diretoria

Eventos inesperados marcaram o ano de 2022. Apesar das previsões de alta da volatilidade do mercado financeiro nacional, uma vez que as consequências da Pandemia de COVID-19 ainda eram presentes e vivenciaríamos uma acirrada corrida eleitoral, os investidores não contavam com a piora generalizada no cenário internacional.

A percepção de uma atividade econômica global fraca, inflação elevada no mundo e prolongamento do conflito entre Rússia e Ucrânia foram fatores que impactaram negativamente os mercados no mundo todo.

Mesmo diante de um contexto desafiador, o Plano BD finalizou o ano superando sua meta atuarial e proporcionou, em 2023, um reajuste de 100% do INPC para os seus Participantes. Já o Plano CV I teve sua meta comprometida, por se tratar de um plano cuja carteira de ativos tem maior nível de exposição ao risco e cujos títulos de renda fixa, majoritariamente, sofrem os efeitos da flutuação das taxas de juros – marcação a mercado.

No entanto, a Capef já adotou uma estratégia mais defensiva para enfrentar este novo período, diminuindo sobremaneira os investimentos de risco e concentrando ainda mais os recursos em ativos conservadores.

Em 2022, retornamos a agenda presencial dos eventos da Capef, como o Encontro com Participantes, realizado nas cidades de Fortaleza, Recife e Salvador, além da 29ª edição do Seminário de Investimentos e Benefícios, que possibilitaram a proximidade da Entidade com seus Participantes, numa relação de transparência para a prestação de contas e tomada de decisões sobre as estratégias de investimentos para o ano de 2023.

Destacamos ainda o sucesso da campanha "Quem é Craque faz Previdência", que em alusão à Copa do Mundo, engajou os participantes em uma competição de educação financeira, premiando em cinco categorias aqueles que se destacaram em ações previdentes ao longo do ano.

Como resultado da Campanha e da ampliação da educação financeira dos nossos participantes, o Plano CV I atingiu recorde de arrecadação em aportes e compra de Tempo de Serviço Passado desde o seu lançamento. Ao todo, foram mais de R\$ 5,19 milhões investidos por 579 participantes, destes, 281 garantiram seu benefício fiscal e

economizaram no Imposto de Renda até o limite estipulado pelo governo.

Esse resultado é também fruto da confiança depositada em nossa Entidade, com mais de meio século de experiência na administração de recursos previdenciários. Nossos 55 anos foram marcados pelo alcance de um patrimônio de mais de R\$ 6,10 bilhões. Além disso, 107 funcionários do BNB decidiram trilhar seu caminho rumo à um futuro cheio de possibilidades, aderindo ao Plano CV I.

E perto do apito final de 2022, tivemos mais uma conquista que é motivo de muita espera pelos nossos participantes. A aprovação das alterações estatutárias pela PREVIC, que garantirá à Capef a possibilidade de gestão de planos instituídos, como o Plano Família. A Capef, que já garante um futuro tranquilo para os funcionários do BNB há mais de meio século, protegerá também o futuro dos familiares de até 3º grau dos nossos participantes.

Por fim, expressamos nossa gratidão pelo reconhecimento dos participantes que enquadraram a Capef na Zona de Qualidade na última Pesquisa de Satisfação. A participação nesse questionário é crucial para alinharmos nossos esforços e superarmos as expectativas dos Participantes. Esse resultado nos confirma que estamos no caminho certo para construirmos uma Capef cada vez mais excelente. Vamos em frente!



Fran
Bezerra
Diretor de Previdência

Ocione
Mendonça
Diretor-Presidente

Sérgio
Clark
Diretor de Adm. e

Para uma vida e futuro de possibilidades

Linha do Tempo

Previc aprova alterações no DEZ Estatuto da Capef Pesquisa de Satisfação NOV 29° Seminário de Investimentos e Benefícios Proposta de alteração do SET **Estatuto Social** Retomada presencial do **Encontro com Participantes** Ação em JUL comemoração aos 70 anos do BNB Previdencers ajudaram MAI a ampliar cultura previdenciária no BNB Atendimento presencial MAR é retomado. 55 anos Capef Dia do Participante

Apresentação no 43° Congresso da Abrapp **Encontro com Participantes** em Recife e Salvador Posse do Diretor Presidente **AGO** Antecipação de 13º benefício dos Assistidos Apresentação de caso de transformação digital no Epinne EPB Conquista do Selo de JUN Autorregulação em Governança Corporativa Ampliação dos valores máximos de EAP Entidades entram em acordo ABR com a União sobre OFND. Lançamento de campanha em alusão à Copa do Mundo Posse do Diretor de **FEV** Administração e Investimentos

Destaques



Aprovação pela PREVIC da proposta de ALTERAÇÃO DO ESTATUTO, o que permitirá a ADMINISTRAÇÃO DO PLANO FAMÍLIA e outros Planos Instituídos pela CAPEF



RECADASTRAMENTO sem necessidade de prova de vida



CUSTO POR PARTICIPANTE da Capef é o 3º MENOR* em ranking da Previc



SUCESSO DAS CAMPANHAS DE ARRE-CADAÇÃO E DE ADESÃO do Plano CV:

 RECORDE EM ARRECADAÇÃO de aportes e TSP em 2022 foram efetuados R\$ 2,69 milhões em APORTES e R\$ 2,5 milhões em pagamento de TSP, totalizando R\$ 5,1 milhões.

ADESÃO: 107 novas adesões, totalizando 6.233 Participantes.



RESULTADO DA PESQUISA NPS

- NPS 2022.2: 66,27%, enquadrando a Capef na Zona de Qualidade*.
- NPS 2022 Plano CVI: 76,07%, enquadrando o Plano na Zona de Excelência Nível de Satisfação: 94,79%

Sobre nós

Por dentro do seu Plano de Previdência

QUEM SOMOS

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAPEF) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que há mais de 55 anos ajuda as pessoas a terem um futuro de possibilidades. Sem fins lucrativos, a Entidade ocupa o 29º lugar entre as associadas da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar, e classifica-se como a segunda maior das Regiões Norte e Nordeste, tendo sua governança e gestão de investimentos certificada pela Abrapp.

O QUE FAZEMOS

A Capef administra dois planos previdenciários, um do tipo Benefício Definido (Plano BD) e um do tipo Contribuição Variável (Plano CV I). Atualmente, apenas o Plano CV I encontra-se aberto para o ingresso de funcionários do BNB e da própria Capef. Em breve, a Entidade também proporcionará cobertura previdenciária aos familiares dos funcionários do BNB, Grupo Camed e Capef, além dos Participantes Assistidos da Capef.





Valores

Confiança

Inspiramos credibilidade, agindo com prudência, ética e eficiência.

Excelência

Perseguimos a eficiência da operação, combinando colaboração, modernidade tecnológica e melhores práticas de gestão.

Sucesso do cliente

Somos comprometidos em superar as expectativas dos nossos participantes.

Sustentabilidade

Conduzimos nosso negócio baseados na empatia, simplicidade e inovação.

Mentalidade de dono

Assumimos pessoalmente a responsabilidade pelo sucesso da empresa, entregando nosso melhor diariamente.

Ser exemplo

Fazemos o que falamos e somos guiados pela integridade, valorização dos nossos colaboradores, engajamento e responsabilidade.



Missão

Proporcionar bem-estar aos participantes e beneficiários, por meio da gestão de planos de Previdência Privada.



Nosso Propósito

Desde 1967 nosso maior compromisso é proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro. Por este motivo, a Capef atua para garantir uma vida e futuro de possibilidades aos participantes, cumprindo seus compromissos e administrando seus recursos com as melhores práticas de governança, responsabilidade e transparência.

2022 em números



55 anos



6,11 Bilhões de Patrimônio de Investimentos



2^a Maior

do N/NE e 29ª do Brasil

Entidade de

previdência

R\$ 359.092.637,59 Contribuições recebidas em 2022



12.515 **Participantes**



R\$ 520.252.345,50 Benefícios pagos em 2022

Evolução Patrimonial

Em R\$ bilhões



Plano BD



Patrocinadores

BNB, Camed e **Capef**



6.282

Participantes



R\$ 4,15 Bilhões

Patrimônio de Investimentos



R\$ 188.825.511,86

Contribuições recebidas em 2022



R\$ 506.921.454,67

Benefícios pagos em 2022

Plano CV



Patrocinadores

BNB e Capef



6.233

Participantes



R\$ 1,95 Bilhão

Patrimônio de Investimentos



R\$ 170.267.125,73

Contribuições recebidas em 2022



R\$ 12.917.844,79

Benefícios pagos em 2022

Nosso time

Em 2022 nosso time esteve mais conectado para cultivar e semear os nossos valores diante dos desafios que enfrentamos. Com o foco no desenvolvimento, ao logo do ano, o time esteve focado na aprendizagem por trilhas de conhecimentos, para continuar proporcionando uma vida financeira tranquila para os participantes, de maneira cada vez mais excelente.

Conheça mais sobre o perfil dos trabalhadores que fazem parte do Time Capef

Escolaridade

| | | 2 | |
|---------------------|----|----|----|
| ESPEC. / MBA | 15 | 13 | 28 |
| MESTRADO | 2 | 1 | 3 |
| SUPERIOR COMPLETO | 11 | 8 | 19 |
| SUPERIOR INCOMPLETO | 3 | 5 | 8 |
| TOTAL | 31 | 27 | 58 |

Gênero

| | | 2 | 00 |
|-----------|----|----|----|
| EQUIPE | 25 | 22 | 47 |
| LIDERANÇA | 6 | 5 | 11 |
| TOTAL | 31 | 27 | 58 |



As trilhas de aprendizagem disponibilizadas a todo o time Capef tem um papel fundamental no desenvolvimento e na atualização dos nossos colaboradores frente às melhores práticas do mercado.

R\$74.131,97 6.163 HORAS

2020

R\$ 62.680,37 2.462 HORAS

Governança Corporativa

As boas práticas de governança são um dos pilares na construção dos valores da Capef. Os processos são tratados com transparência, por meio da prestação de contas, conduta ética, integridade do corpo funcional, aderência às normas da legislação e a responsabilidade corporativa da Entidade. Órgãos e colegiados trabalham juntos para a manutenção e o reconhecimento deste modelo.

EMPOSSADO NOVO DIRETOR PRESIDENTE E NOVO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS

Sergio Brito Clark assumiu a Diretoria de Administração e Investimentos da Capef, em substituição de Alex Araújo, em 07/02.

Ocione Marques Mendonça assumiu a Presidência da Capef, em substituição de Jurandir Mesquita em 01/08.

Com a mudança, a composição da Diretoria Executiva da Capef tem esta configuração:

- Ocione Marques Mendonça Diretor Presidente
- Sergio Brito Clark Diretor de Administração e Investimentos
- Fran Bezerra Diretor de Previdência



CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pela definição da Política de Administração da Capef e de seu Plano de Benefícios, sendo composto por seis membros: três indicados pelo patrocinador fundador e três eleitos pelos participantes. Cabe aos membros indicados a escolha, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

Membros do Conselho Deliberativo

INDICADOS

Titulares

Luiz Abel Amorim de Andrade -Presidente Thiago Alves Nogueira – Vice-Presidente Hailton José Fortes

Suplentes

Emiliano Estevão da Paz Portela Lívio Tonyatt Barreto da Silva Luíz Eduardo Magalhães de Freitas

ELEITOS

Titulares

João Francisco Freitas Peixoto Gabriel Fernando Rocha Gildete Mesquita Ribeiro

Suplentes

Miguel Nóbrega Neto André Lima Torres

CONSELHO DELIBERATIVO

Responsável pela fiscalização das atividades da Capef, o Conselho Fiscal é composto por dois membros indicados e dois eleitos.

Membros do Conselho Fiscal

INDICADOS

Titulares

Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira -

Luiz Sérgio Farias Machado*

Suplentes

João Robério Pereira de Messias Irenaldo Rubens Nunes Soares

ELEITOS

Titulares

Genival Vila Nova Leonardo da Hora Barreto

Suplentes

Luiz Alberto da Silva Júnior Luiza Maria Gouveia do Rego

> *Em setembro, Alison Ramon Santos e Silva renunciou ao cargo e Luiz Sérgio Farias Machado assumiu como titular.

ATUAÇÃO DOS CONSELHOS

Durante o ano de 2022, além das reuniões programadas na agenda dos Conselhos, foram realizadas várias reuniões extraordinárias, no intuito de acompanhar a gestão da Entidade, adotar medidas emergenciais para amenizar os impactos da crise/pandemia e beneficiar os participantes, além de monitorar os riscos dos investimentos.

O Conselho **Deliberativo**

Se reuniu 20 vezes em 2022. Sendo:

reuniões ordinárias

reuniões extraordinárias

O Conselho Fiscal

Se reuniu 20 vezes em 2022. Sendo:

reuniões ordinárias

reuniões extraordinárias Ao longo do exercício, confira alguns temas, apreciados e deliberados pelo Conselho Deliberativo.

- Eleição de membros da Diretoria Executiva:
- Aprovação do Plano de Custeio dos Planos:
- Relatório das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Atuariais dos Planos da Capef;
- Alteração da Política de Alçada de Investimentos;
- Aprovação da implantação e disciplinamento da modalidade de teletrabalho na Capef;
- Aprovação da proposta de alteração do Estatuto da Capef;
- Aprovação da elevação dos valores máximos de concessão de EAP para os Plano BD e CV I;
- Aprovação da proposta de instituição da Política de Acordos Judiciais;
- Aprovação da proposta de alterações no Regulamento do Plano Família;
- Aprovação da proposta de simplificação e alteração de periodicidade do processo de Recadastramento de Assistidos dos Planos BD e CV I;
- Aprovação da atualização do Regimento Interno da Ouvidoria da Capef;
- Aprovação da alteração no regulamento do Plano de Gestão Administrativa;
- Aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Orçamento Geral da Capef para 2022.

CAPEF CONQUISTA SELO DE AUTORREGULAÇÃO EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Capef conquistou, em maio, um importante reconhecimento: a obtenção do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, conferido pelo Conselho de Autorregulação formado pela Abrapp, Sindapp e ICSS.

Com essa conquista, a Capef passou a compor um grupo restrito de apenas oito Entidades com esse selo concedido pelo colegiado, consolidando-se como referência de boas práticas de governança. Vale lembrar que no final de 2020 a Entidade já havia recebido o Selo de Autorregulação em Investimentos.

Durante a avaliação para a concessão do selo, os diversos processos relativos à transparência, prestação de contas, conduta ética, integridade, gestão baseada em risco, aderência às normas e legislação e responsabilidade corporativa dos colegiados da Capef foram analisados e confrontados com o Código de Autorregulação em Governança Corporativa das instituições que compõem o Conselho de Autorregulação.

Após essa avaliação, alguns ajustes foram recomendados e prontamente realizados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, tendo como resultado final a conquista do Selo.

"Ao longo dos anos a Capef vem sendo gerida por pessoas competentes e comprometidas que se preocupam e perseguem com profissionalismo os bons resultados alcançados até o momento."



Jesus Sousa Ramos, participante ativo do Plano BD 44

O compromisso da Capef é ser um exemplo para o nosso sistema. Todas as decisões são guiadas pela integridade e responsabilidade com o futuro de nossos participantes. A conquista do Selo é a confirmação de que estamos na direção correta para a atingir a excelência".

Ocione Mendonça Diretor Presidente da Capef



Gestão Estratégica

As ações estratégias de 2022 foram impulsionadas pela Campanha Central "Quem é Craque faz Previdência". Ao longo de todo o ano, as ações pontuais tinham como objetivo atrair novas adesões e estimular o planejamento financeiro.

QUEM É CRAQUE FAZ PREVIDÊNCIA

Em alusão à Copa do Mundo de 2022, a Capef promoveu a campanha "Quem é Craque Faz Previdência". O objetivo da ação foi incentivar os Participantes a realizarem ações previdentes, como adesão ao Plano CV I, aportes extras, portabilidade, maximização do ganho fiscal e indicação de colegas.

Para incentivar nossos Participantes a planejar

o futuro, foram criadas premiações em cinco diferentes categorias, que traziam referência à maior competição de futebol do planeta, como bola de ouro, artilheiro, melhor treinador, melhor defesa e revelação.

Como resultado desta ação, obtivemos 97 novos futuros assegurados, de funcionários que aderiram ao plano em 2022.

1.007
Adesões ao
Plano CV I

acumulado (2017 - 2022)



PLANO CV I BATE RECORDES DE APORTES EM 2022

Os Participantes do Plano CV I aproveitaram ainda mais o benefício fiscal em 2022. Durante esse período, o Plano atingiu seu nível recorde de arrecadação em um ano, desde o seu lançamento em 2010.

Foram R\$ 5.196.768,01 investidos por 579 Participantes, sendo R\$ 2,69 mi em aportes e R\$ 2,5 mi em pagamento de TSP.

Dentre aqueles que fizeram esse investimento no último ano, 281 maximizaram seu ganho fiscal e terão a dedução da sua renda tributária em até 12%.



44

Fiquei muito contente em ter participado dessa promoção e sido agraciado com o prêmio. Na verdade, o prêmio maior foi ter melhorado -na ponta do lápis - o valor do meu benefício de aposentadoria. É o tipo da promoção ganha-ganha, onde tanto a Caixa como o participante saem ganhando na medida que este melhora sua poupança previdenciária e aquela se fortalece financeiramente"



Marcos Antônio Peixoto Marques

participante do Plano CV I e ganhador na categoria "Artilheiro" da promoção Quem é Craque faz Previdência.

ADESÃO MAIS SIMPLES, PRÁTICA E INTUITIVA

Em dezembro de 2022, a Capef lançou uma nova interface para as páginas de simulação e adesão ao Plano CV I. O novo serviço pode ser encontrado na área restrita do site e no APP.

Entre as novidades está a projeção do valor do benefício desejado e a apresentação da contribuição necessária para atingir esse benefício.

A nova interface foi idealizada pelo time de projetos e tinha como objetivo tornar o processo de adesão cada vez mais fácil e com um maior leque de informações para facilitar a decisão do participante.



44

O novo simulador foi desenvolvido estrategicamente pensando na experiência do cliente. O processo de adesão precisa ser simples, prático e intuitivo. Observamos quais são as informações mais buscadas e as concentramos em uma única página, com layout atrativo e funcional. Também demos a ele a autonomia para decidir sobre a data de sua aposentadoria, o valor de sua contribuição e a possibilidade de realização de aportes. Assim, o cliente terá em tela todas as informações necessárias e poderá avaliar o impacto de suas escolhas para a reserva previdenciária, tornando as suas decisões mais rápidas e assertivas"

Raquel Ribeiro

Gestora de

Desenvolvimento

Institucional.



CAMPANHA DE INDICAÇÃO

Como estratégia para captação de novas adesões, a Capef adota anualmente uma Campanha de Indicação, recompensando aqueles participantes que conseguirem trazer um colega ao Plano CV I.

Em 2022, o modelo de indicação passou por uma reformulação, ganhando página própria dentro da área restrita do site/app da Capef e com novas opções para indicação. Os participantes só precisavam inserir o e-mail funcional do colega e selecionar qual ação previdente estava indicando para realizar. Ao indicar, o colega já recebia um e-mail automático com as vantagens de ser previdente.

Ao todo, tivemos 223 indicações em 2022, sendo 97 válidas, 91 inválidas, e 35 concretizadas. Dentre essas concretizadas, sete foram novas adesões e 28 aportes realizados, totalizando R\$ 247.877,27.

A ação, além de contribuir para os índices de arrecadação e adesão, possibilitou um ganho previdenciário para os 35 participantes que decidiram seguir o conselho dos seus colegas.

MAIS PERTO DO QUE NUNCA! ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS SÃO APROVADAS PELA PREVIC

O mês de dezembro trouxe um motivo de celebração para o nosso público e para o Time Capef. A PREVIC aprovou as alterações estatutárias da Capef, necessárias para a oferta do Plano Família e de Planos Instituidores.

A aprovação torna o lançamento do Plano Família cada vez mais próximo, dependendo apenas da aprovação do seu regulamento, já em estado de análise pelo órgão.

A oferta do Plano Família é uma demanda bastante pleiteada pelo nosso público e uma grande oportunidade para que a Entidade cresça e se adapte aos avanços do segmento de Previdência Complementar, contribuindo para sua sustentabilidade.



As pessoas estão cada vez mais cientes da necessidade de formar uma poupança previdenciária. Nós entendemos esse anseio dos participantes para assegurar o futuro de seus familiares e queremos atendê-lo. Além disso, percebemos a necessidade do mercado de possibilitar o aumento da economia de escala. O lançamento do Plano Família é benéfico ao participante, que terá garantido uma renda previdenciária para seus entes queridos, e para a Capef, porque promove o crescimento e a sustentabilidade da Entidade no longo prazo".



Fran BezerraDiretor de Previdência

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Dentre os resultados do Workshop "Decodificando o Amanhã", realizado no final de 2021, foi elaborada uma atualização do mapa estratégico, conforme apresentado a seguir.

Proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro.

Confiança | Excelência | Sucesso do Cliente | Sustentabilidade | Mentalidade de Dono | Ser Exemplo

CLIENTE

RESULTADOS

Quais resultados de

CAPACIDADES

Quais características e de encantamento que

FINANCEIRO

Garantir economicidade na administração dos planos.

ESCALABILIDADE

Escalar o negócio por meio de uma operação enxuta, eficiente e digital.

SUSTENTABILIDADE

Entregar soluções previdenciárias simples, flexíveis, competitivas e alinhadas à necessidade do público.

Encantar nossos clientes com

produtos e serviços previdenciários

EXPERIÊNCIA

Proporcionar uma experiência encantadora ao longo da jornada de relacionamento com a CAPEF.

COMERCIAL

Combinar inteligência de mercado, estratégias de marketing digital e recompensa para alavancar a captação, conversão e engajamento dos clientes.

MARCA E MERCADO

Ser referência em soluções previdenciárias.

INOVAÇÃO

Gerar soluções inovadoras para ganhar acurácia na tomada decisão e competividade com uso de tecnologias.

SOCIEDADE

Disseminar a educação financeira e previdenciária.

GESTÃO

Adotar um Modelo de gestão que estimule a experimentação e adaptação para a evolução organizacional.

LIDERANÇA

Contar com líderes de negócios capazes de inspirar a mudança e acelerar a conquista de

MENTALIDADE DE DONO

Contar com pessoas competentes, com elevado senso de dono e responsabilidade pela mudança



Comunicação e Relacionamento

AÇÕES DE MARKETING

Em 2022, foram implementadas diversas ações estratégicas com o objetivo de aprimorar as ações de marketing e práticas comerciais, conforme detalhado abaixo:

- Implantação de trilhas de e-mail marketing automáticos, com o objetivo de nutrir e preparar o público até o momento da adesão, e reforçar o comportamento de ações previdentes, bem como manter os participantes informados;
- Mapeamento da jornada do cliente, com o monitoramento em tempo real da satisfação de nossos clientes em cada ponto de contato, identificando a melhor forma de realizar a conversão de clientes;
- Rastreamento do uso de serviços disponíveis no Site para ações de *Retargeting* (do inglês, "mirar novamente"), por meio da realização de ligações ativas com clientes que já se interessaram pela Capef, mas não concluíram o negócio;
- Desenvolvimento de uma nova interface para o simulador de adesão, contendo mais informações e com adesão simplificada;
- Implantação de um novo modelo de indicação, integrado à área restrita.



#CAPEFNOBNB

Sempre preocupada com os interesses dos nossos participantes, a Capef esteve mais presente no cotidiano dos benebeanos, realizando ações promocionais e pesquisa no Centro Administrativo do BNB, no Passaré, e em eventos corporativos.

Foram quatro ações (duas em cada semestre)

para fazer escuta ativa dos interesses dos participantes, testar novas plataformas, tirar dúvidas, orientar quanto ao planejamento previdenciário e divulgação da Campanha Quem é Craque faz Previdência.

Confira as ações que promovemos:



Teste do novo simulador de Adesão do Plano CV I Abril/2022;



Encontro de Trabalho 2022 Maio/2022;



Aniversário de 70 anos do BNB Julho/2022;



Comemorações do Dia do Bancário Agosto/2022;

EVENTOS

Depois de dois anos promovendo eventos 100% on-line, a Capef retomou, em 2022, sua agenda presencial de eventos.

Para permitir maior acessibilidade para aqueles que ainda não podem comparecer presencialmente, a Capef iniciou a realização de seus eventos na modalidade híbrida. Com o novo modelo, os participantes residentes em qualquer lugar do mundo puderam conferir e interagir com a Diretoria e especialistas do mercado.

Neste ano, também, o Encontro com Participantes voltou a ser realizado nas capitais nordestinas. Em outubro foi a vez de Recife e Salvador receberem o evento.

Veja a participação nos eventos da Entidade em 2022:

| EVENTO | TOTAL DE PARTICIPANTES |
|--|------------------------|
| DIA DO PARTICIPANTE 2022 | 155 |
| WEBINAR - COMO IMPULSIONAR O SEU FUTURO PAGANDO MENOS IR | 82 |
| ENCONTRO COM PARTICIPANTES - FORTALEZA | 307 |
| ENCONTRO COM PARTICIPANTES - RECIFE | 66 |
| ENCONTRO COM PARTICIPANTES - SALVADOR | 39 |
| 29° SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS | 833 |

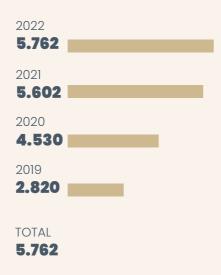


Acumule pontos que não expiram!

Como incentivo para a educação financeira dos participantes e a realização de ações previdentes, os usuários do Programa Parceria Premiada possuem agora pontos que não expiram.

Com a medida, ficou mais fácil de acumular pontos e trocá-los por um brinde institucional, vale-compras, aportes ou serviços em nossos parceiros.

Cadastros no Programa / Vouchers solicitados:



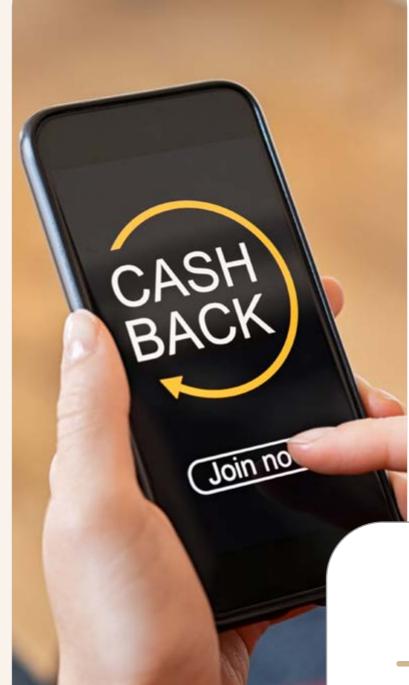


Novo valor no Cashback!

A partir de 2022, o valor mínimo para que os Participantes possam receber, em seu plano de previdência, os valores referentes à plataforma de cashback caiu de R\$ 50 para R\$ 30.

Ao acumular R\$ 30,00 de cashback na plataforma da Prev4U, é possível recebê-lo como aporte facultativo na conta individual, disponível para Participantes Ativos do CV I ou como abatimento das parcelas de empréstimos, para os Participantes do Plano BD e Assistidos do CV, com empréstimos ativos junto à Entidade.

O Programa de Cashback contribui para a educação e o planejamento financeiro dos participantes. Ele é uma conversão direta de gastos já previstos em ações positivas para sua jornada previdenciária, na medida em que possibilita incremento à carteira individual ou abate parcelas de empréstimos que estejam em aberto.





Canais de relacionamento

A Área de Relacionamento da Capef se empenha em atender de forma tempestiva e qualificada as demandas recebidas em cada canal de contato. Para isso, contamos com uma equipe multidisciplinar, preparada para prestar atendimento a todos os serviços e produtos previdenciários.

NÚMEROS DO RELACIONAMENTO



18.022 TELEFONE

3.602 WHATSAPP



6.903

1.457

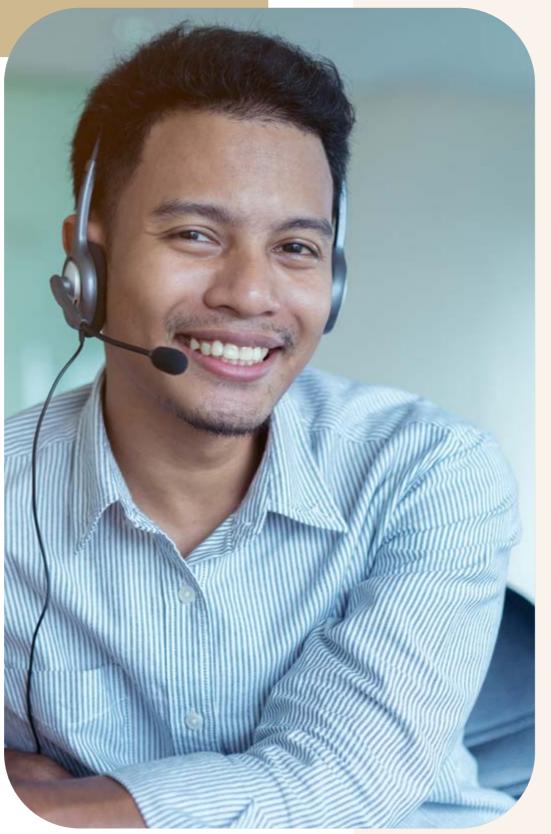


CORRESPONDÊNCIA

1.028 ATIVO



31.256



ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA

O atendimento é permanentemente citado pelos participantes, como diferencial da Entidade. Em 2022, por exemplo, a SLA de atendimento, ferramenta que permite acompanhar a qualidade do atendimento, bem como a satisfação dos clientes com esse serviço, Apresentou o seguinte resultado:



97,77% Percentual de resolução dos atendimentos



satisfação Satisfação geral do atendimento

| PERFIL | QTDE |
|-----------------------------|--------|
| ASSISTIDO | 18.490 |
| ATIVO | 10.972 |
| OUTROS | 1.063 |
| BENEF PECÚLIO | 503 |
| PENSIONISTA DE ALIMENTOS | 228 |
| TOTAL | 31.256 |

| QTDE |
|--------|
| 19.980 |
| 10.458 |
| 818 |
| 31.256 |
| |

| PÚBLICO | QTDE | |
|------------------------|--------|--|
| PLANOS BD E CV I | 28.403 | |
| CONVÊNIO INSS | 122 | |
| OUTROS ATENDIMENTOS | 2.731 | |
| TOTAL | 31.256 | |

NÚMEROS DA OUVIDORIA

A Ouvidoria responde pelos atendimentos de segundo nível, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões, solicitações e elogios.





142

Atuação da Ouvidoria

- Comissão de Ética: a Comissão de Ética da CAPEF colabora, por meio de informações, sugestões e experiências, para melhoria das ações e disseminação do Código de Ética.
- Regimento Interno da Ouvidoria: finalizada ampla atualização do Regimento Interno da Ouvidoria, com aprovação das instâncias superiores de Governança Corporativa.
- Regimento Interno da Comissão de Ética: consumada ampla revisão do Regimento Interno da Comissão de Ética, com aprovação das instâncias superiores de Governança Corporativa.
- Código de Ética: iniciada ampla revisão do Código de Ética da CAPEF, atribuição da Comissão de Ética, em análise e posterior aprovação ainda no primeiro trimestre de 2023.
- Outras Contribuições: a Ouvidoria participou ativamente, com informações e orientações, em relação aos problemas ocasionados pela Receita Federal, esposados na COSIT.354/2017, questões sobre o reajuste dos benefícios do Plano BD e de empréstimos a participantes, atuando de forma proativa para amenizar possíveis situações de conflitos.

NÚMEROS DA COMUNICAÇÃO



641.175
acessos ao SITE



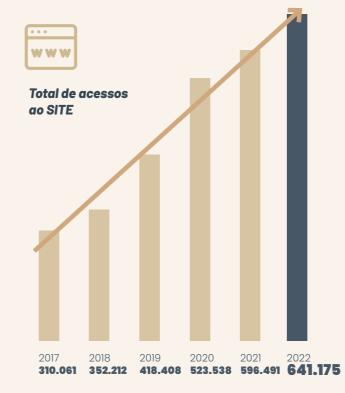
267 matérias publicadas no SITE



1.028.674 e-mails enviados



62.366acessos ao APP
Capef





REDES SOCIAIS

Previdencers ajudaram a ampliar cultura previdenciária no BNB

Os canais digitais têm gerado grandes oportunidades para ampliação do alcance de informações de educação previdenciária e financeira, que poderão ser decisivas para o futuro de muitas pessoas, quando assimiladas e colocadas em prática.

Por este motivo, na busca por abranger ainda mais pessoas, adotamos uma nova estratégia de comunicação, convidando, ao longo de 2022, líderes inspiradores do Banco do Nordeste, engajados nas redes sociais, para serem nossos "Previdencers", ou seja, influenciadores digitais da cultura previdenciária.



Como líderes do BNB, podemos dar nossa contribuição e influenciarmos os nossos colegas nessa decisão que trará impactos positivos para toda a sua vida",

Fabrizzio Feitosa

Superintendente de Microfinanças Urbana do BNB.

A nova estratégia possibilitou que mais pessoas tivessem acesso aos conteúdos de educação financeira e previdenciário. Com o aumento do público da Capef nas redes sociais em 67% no Instagram e 56% no Linkedin. As publicações tiveram crescimento no Alcance de 165% no Linkedin e 92% no Instagram.

Com o público ampliado, finalizamos 2022 com mais de 95 mil visualizações em nossos vídeos, que já estão contribuindo para a educação financeira de diversas famílias.

PESQUISA NPS

Resultados de Pesquisa enquadram Capef na "Zona de Excelência" entre Ativos do Plano CV I

Ciente da importância de aprimorar constantemente nossos produtos e serviços, em 2022 a Capef lançou em cada semestre uma pesquisa de satisfação que buscava dos nossos participantes a resposta para a seguinte questão:.

"Em uma escala de 0 a 10, qual a possibilidade de você indicar a Capef para um amigo?"

Nas duas vezes em que foi realizada, o destaque ficou para os resultados obtidos entre os Participantes Ativos do Plano CV I, que classificam a Capef na Zona de Excelência, a melhor classificação da metodologia NPS.

A metodologia norte-americana de Pesquisa NPS busca mensurar o grau de lealdade dos consumidores com uma empresa. Para isso, classifica-se as notas de 0 a 6, como clientes detratores, de 7 e 8, como clientes neutros e de 9 a 10, como clientes promotores da organização.

O cálculo dispensa o quantitativo dos neutros e subtrai a quantidade de clientes promotores pelos detratores, dividindo essa diferença pelo número total de participantes. O resultado final é uma porcentagem que pode ser classificada em quatro zonas: Zona Crítica (-100 a 0), Zona de Aperfeiçoamento (0 a 50), Zona de Qualidade (51 a 75) e Zona de Excelência (76 a 100).

Mesmo em um ano difícil para os investimentos, os resultados gerais enquadram a Capef na Zona de Qualidade, e ainda apresentam uma leve melhora quando comparados com os resultados de 2021.

44

A confiança conquistada após tantos anos. A seriedade com que sentimos que tratam nossa poupança. O sentimento que temos e sentimos que, se puderem, sempre farão o melhor para nós todos".



José Ronaldo de
Lucena
participante assistido
do Plano BD

Resultado Geral NPS

2022.1

NPS **63,25**%

ZONA ZONA DE ZONA DE CRÍTICA APERFEIÇOAMENTO QUALIDADE EXCELÊNCIA

2022.2

NPS **66,27%**

ZONA ZONA DE ZONA DE CRÍTICA APERFEIÇOAMENTO QUALIDADE EXCELÊNCIA

Resultado por perfil

Em uma escala de O a 10, o quanto você recomendaria o Plano CV I para um amigo ou colega?

2022.1

NÚMEROS EM %

| | | ATIVOS | | | | A | SSISTID | os | | | |
|-------|---------------|--------|---------------|-------|-------|---------------|---------|---------------|-------|------------------|----------------|
| cvi | CV e BD/CV | BD | BD e BD/CV | GERAL | CVI | CV e BD/CV | BD | BD e BD/CV | GERAL | NÃO ADERENTES | MÉDIA GERAL |
| 73,28 | 71,32 | 14,40 | 35,31 | 63,61 | 73,07 | 63,41 | 63,55 | 63,32 | 63,53 | 12,50 | 63,25 |

2022.2

IEROS EM %

| | | ATIVOS | | | | | SSISTID | | | | | | |
|-------|---------------|--------|---------------|-------|-------|---------------|---------|---------------|-------|------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| CVI | CV e BD/CV | BD | BD e BD/CV | GERAL | CVI | CV e BD/CV | BD | BD e BD/CV | GERAL | NÃO ADERENTES | MÉDIA GERAL PLANO CV | MÉDIA GERAL PLANO BD | MÉDIA GERAL |
| 76,27 | 74,49 | 11,17 | 38,06 | 67,35 | 67,74 | 64,00 | 65,28 | 65,04 | 65,11 | 56,25 | 76,07 | 57,36 | 66,27 |

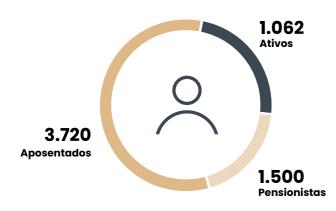
Gestão Previdenciária e Atuarial

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

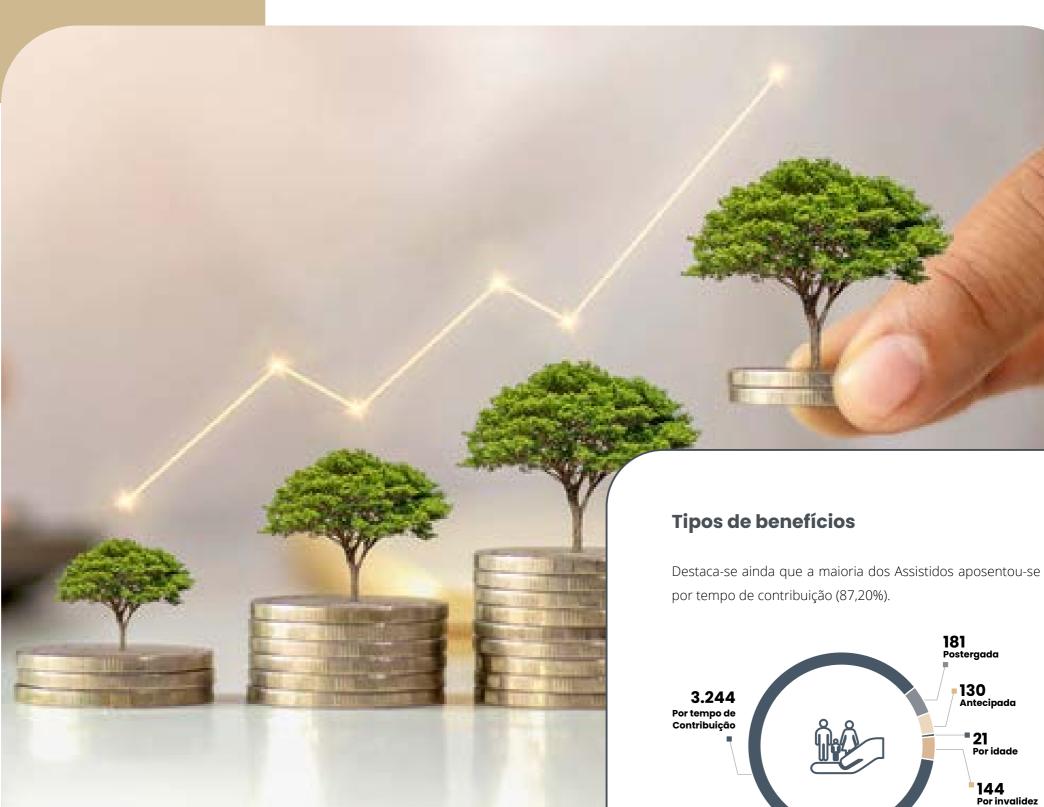
PLANO BD

Quantidade de Participantes

A maturidade do Plano BD fica evidenciada pelo número de Participantes Assistidos ser bem superior à quantidade de Participantes Ativos.



Total: 6.282



Total: 3.720

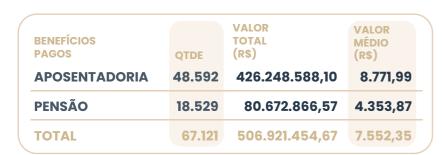
Receitas de contribuições

Em 2022, o Plano BD obteve o total de R\$ 188,83 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.



Benefícios pagos

Em 2022, foram pagos R\$ 426,25 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 48.592 pagamentos, com valor médio de R\$ 8.771,99. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 80,67 milhões, distribuídos em 18.529 pagamentos, com valor médio de R\$ 4.353,87.



Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições, algo completamente esperado e previsto na análise de sua situação atuarial.

PLANO CV I

Quantidade de **Participantes**

O Plano CV I conta com um total de 6.233 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, 92,48% deste total correspondem aos Participantes Ativos.



Tipos de benefícios

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se com de acordo com a sua aposentadoria programada (78,46%).



Receitas de contribuições

Em 2022, o Plano CV I obteve o total de R\$ 170,27 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.



Benefícios pagos

Em 2022, foram pagos R\$ 11,57 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 4.599 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.515,99. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 1,35 milhão, distribuídos em 826 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.630,52.

| BENEFÍCIOS PAGOS | QTDE | VALOR TOTAL (R\$) | VALOR MÉDIO (R\$) |
|---------------------|-------|-------------------------|-------------------------|
| APOSENTADORIA | 4.599 | 11.571.034,09 | 2.515,99 |
| PENSÃO | 826 | 1.346.810,70 | 1.630,52 |
| TOTAL | 5.425 | 12.917.844,79 | 2.381,17 |

Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera intensamente o valor pago com benefícios.

Destaques de 2022

LIFECHECKING

Processo de recadastramento sem necessidade de realização da prova de vida

Em busca constante por inovações que facilitem a vida de nossos participantes, a Capef deu mais um passo para tornar o processo de recadastramento mais simplificado e rápido. A contratação do sistema de Life Checking, da Conecta Soluções, permitiu que a Entidade tivesse conhecimento do óbito de seus participantes e pensionistas, no momento em que ele é registrado em cartório.

A ferramenta possui integração direta com a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais, que interliga todos os Cartórios de Registro Civil do Brasil. O acesso a essas informações possibilita maior segurança no pagamento dos benefícios previdenciários dos Planos administrados pela Capef, mitigando os riscos de pagamentos indevidos.

44

Em vista da contratação da lifechecking, os assistidos ficaram desobrigados da realização da prova de vida, tornando o processo mais simples para o participante e menos oneroso para a Entidade".



RESULTADO ATUARIAL

Plano BD

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2022, R\$ 3,98 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 3,51 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 520,44 milhões, e são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2022 foi de - R\$ 57,80 milhões. Portanto, o Plano BD apresenta déficit, que representa apenas 1,43% das obrigações do Plano, conforme demonstrado a seguir:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

R\$ 3,98 Bilhões

DÉFICIT **ATUARIAL'** R\$ 57,80 Milhões

PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS CONCEDIDOS

R\$ 3,51 Bilhões

PROVISÕES

MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER **R\$ 520,44 Milhões**

Plano CV I

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2022, R\$ 1,89 bilhão de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios a conceder R\$ 1,68 bilhão e para os benefícios concedidos, R\$ 204,14 milhões. As provisões matemáticas são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2022 foi de R\$ 4,11 milhões, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:

PATRIMÔNIO DE COBERTURA

R\$ 1,89 Bilhões

ROVISÕES DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER

R\$ 1,68 Bilhão

PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS **CONCEDIDOS**

R\$ 204,14 Milhões

SUPERÁVIT ATUARIAL R\$ 4,11 Milhões

Fundos Previdenciais: R\$ 58,97 milhões, sendo Solvência de R\$ 36,51 milhões e Risco de R\$ 22,46 milhões.

^{*1,43%} de défict em relação às Provisões Matemáticas

Nossos investimentos

Cenário econômico de 2022

O ano de 2022 foi marcado por pressões inflacionárias nas principais economias globais, fazendo com que autoridades monetárias mundiais adotassem políticas monetárias restritivas para conter altas excessivas nos índices de preço. Em economias estabilizadas, como a dos EUA, a inflação chegou a superar o patamar de 8% em 12 meses, número este não visto há várias décadas. Este ambiente inflacionário no mundo trouxe um temor de uma recessão global, impactando os mercados de forma geral, principalmente, mercados de maior risco.

No Brasil não foi diferente, 2022 foi marcado por muita volatilidade em seus ativos em decorrência tanto de fatores externos com internos. No tocante ao cenário local, incertezas políticas e risco fiscal foram marcantes em 2022, os quais contribuíram para adicionar uma parcela maior na aversão ao risco por parte dos investidores. Mesmo nesse ambiente desafiador o Plano BD superou a meta atuarial no período, já o Plano CV I, face sua maior exposição a ativos de risco, não atingiu sua meta atuarial em 2022



44

METAS ATUARIAIS DOS PLANOS

Plano BD

Em 2022, o Plano BD acumulou retorno de 11,54%, frente a meta atuarial de 11,23%. Apesar do ano desafiador, o plano superou sua meta em 0,31 ponto percentual.

Comparando a rentabilidade do plano com a rentabilidade média do mercado, verifica-se que a performance média dos planos fechados de Previdência Complementar foi de 9,71% em 2022 - conforme levantamento realizado pela Aditus Consultoria junto a um grupo de 120 Entidades - enquanto o Plano BD da Capef rentabilizou 11,54%, mostrando a boa performance da gestão dos investimentos da entidade.

Plano CV I

O Plano CV I rentabilizou no último ano 6,55%, frente a meta atuarial de 11,07%.

O plano CV I, devido suas características de uma maior predisposição para assumir mais riscos, apresentou uma performance inferior à sua meta atuarial. Nesse ambiente de alta volatilidade, a entidade vem aproveitando o cenário de estresse no mercado para alocação em ativos de baixo risco e com taxas acima da meta atual do plano.

Diversificação dos Investimentos

O Plano BD encerrou o ano de 2022 com um total de investimentos de R\$ 4,15 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

| DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS | VALOR (R\$ MIL) | PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%) |
|-----------------------------------|--------------------|--|
| RENDA FIXA | 3.794.772,95 | 91,34 |
| RENDA VARIÁVEL | 20.774,38 | 0,50 |
| IMOBILIÁRIO | 246.781,71 | 5,94 |
| ESTRUTURADO | 12.829,45 | 0,31 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 79.451,38 | 1,91 |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 4.154.609,88 | 100,00 |

Rentabilidade

Em 2022, mesmo em um cenário de alta volatilidade nos ativos brasileiros, o Plano BD alcançou rentabilidade de 11,54%, acima da meta atuarial de 11,23% (equivalente a INPC+5,00% a.a.). Dentre os segmentos de aplicação, o de Renda Fixa foi o destaque, com retorno positivo de 13,52%, seguido pelo segmento de Operações com Participantes com rentabilidade de 13,09%, conforme apresentado no quadro a seguir.

| RENTABILIDADE | % |
|-----------------------------|---------|
| RENDA FIXA | 13,52 |
| RENDA VARIÁVEL | 1,40 |
| IMOBILIÁRIO | 6,34 |
| ESTRUTURADO | (12,46) |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 13,09 |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 11,54 |

Rentabilidade dos Investimentos dos últimos 5 anos (%)

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 6,32 p.p. Anualmente, apenas em 2021, o Plano BD não superou sua meta atuarial.

| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | ACUM. |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Rentabilidade Nominal | 11,54 | 11,53 | 15,11 | 11,56 | 11,97 | 78,88 |
| Meta Atuarial (*) | 11,23 | 15,94 | 11,25 | 10,23 | 9,12 | 72,56 |
| Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial | 0,29 | -4,00 | 3,66 | 1,28 | 2,76 | |

(*) Meta Atuarial: INPC+5,00% a.a. em 2021 INPC+5,25% a.a. em 2020 a 2018 INPC+5,50% a.a.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,11% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Renda Fixa

Ao final de 2022, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 13,52%, superior à meta atuarial em 2,29 p.p. Nesse segmento, estão alocados 91,34% dos recursos do Plano BD (R\$ 3,80 bilhões), distribuídos da seguinte forma: Fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo (R\$ 3,52 bilhões) administrado pelo Santander e gerido pela Capef; Fundo Exclusivo Fortaleza Multimercado (R\$ 113,05 milhões) sob gestão da Capef; quatro Fundos abertos, sendo um sob gestão do BTG Pactual (R\$ 0,24 milhão), um gerido pelo Santander (R\$ 3,81 milhões) e dois sob gestão da Vinci Partners (R\$ 13,69 milhões); Títulos Públicos Federais (R\$ 45,41 milhões); títulos privados, debêntures (R\$ 9,95 milhões) e os precatórios emitidos pela União decorrente das OFNDs (R\$ 90,19 milhões).

FI Multimercado

A Gestão Própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou rentabilidade de 5,99% em 2022, inferior à meta atuarial em -5,24 p.p. O fundo foi impactado, no ano, pela alta volatilidade verificada nos mercados de risco (ações e fundos imobiliários) e pela abertura da taxa de juros das NTNBs, uma vez que a maior parte destes títulos são marcados a mercado. Na posição de 31/12/2022, a carteira do fundo possuía patrimônio de R\$ 113,05 milhões, com a seguinte composição: 8,38% em Fundos Imobiliários (R\$ 9,47 milhões), 91,62% em ativos de Renda Fixa (Cotas de fundos e NTNBs, R\$ 103,58 milhões).

Renda Variável

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 20,77 milhões) encerrou o ano de 2022 composta apenas por ações ordinárias do BNB (R\$ 20,50 milhões), ativos de baixa liquidez na B3 e por provisões de dividendos a receber no valor de R\$ 0,27 milhão. No intuito de reduzir o risco da carteira de investimentos durante esse período de alta volatilidade, face indefinição do cenário econômico, foi realizada a venda de toda a posição do segmento detido pelo plano BD em 2022, com os recursos sendo alocados em ativos de renda fixa com taxas acima da meta atuarial. No ano, o resultado do segmento foi de 1,40%.

Imobiliário

O segmento Imobiliário, com um patrimônio de R\$ 246,78 milhões, é composto por Fundos Imobiliários integrantes da Carteira Própria da Capef, com patrimônio de R\$ 14,14 milhões e pela Carteira de Imóveis com patrimônio de R\$ 232,64 milhões. Em 2022, o resultado do segmento foi de 6,34%, abaixo da meta atuarial em -4,89 p.p. Os fundos imobiliários, que têm suas cotas negociadas na bolsa de valores, foram afetados pela aversão dos investidos a ativos de maior risco, já a carteira de imóveis vem sendo também impactada pela crise econômica que vem atingindo o setor nos últimos anos.

Estruturado

O segmento Estruturado, com patrimônio de R\$ 12,83 milhões, é composto por um Certificado de Operações estruturadas – COE com capital protegido (R\$ 5,32 milhões). O ativo base do referido COE é o fundo de Renda Variável Morgan Stanley US Growth listado na London Stock Exchange. O segmento também é composto por dois fundos de investimentos em participações, o FIP Kinea (R\$ 2,80 milhões) gerida pela Kinea Investimentos e o FIP Lacan Florestal (R\$ 4,71 milhões) que tem a Lacan Ativos Reais como gestora. No ano, o resultado do segmento foi de -12,46%, impactado basicamente pela performance dos FIPs (investimentos de longo prazo) uma vez que estes ativos ainda estão em período de investimento, nesta fase, o resultado é decorrente basicamente de apropriação de despesas para manutenção do fundo. Neste tipo de investimento, à medida que o ativo vai maturando, reavaliações das empresas investidas vão sendo realizadas, as quais poderão acarretar valorizações positivas no investimento.

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

| | | 2021 | | : | 2022 | | (%) POLÍTI- CA DE IN- |
|---|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|--|
| SEGMENTOS | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | RENTA- BILIDA- DE (%) | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | RENTA- BILIDA- DE (%) | VESTIMEN- TOS 2022 (INTERVA- LOS) |
| Total dos Recursos Ga- rantidores das Reservas Técnicas | 4.066.818,18 | - | 11,53 | 4.149.448,27 | - | 11,54 | |
| Total Investimentos | 4.072.397,64 | 100,00 | - | 4.154.609,88 | 100,00 | - | |
| Renda Fixa | 3.505.437,47 | 86,08 | 12,72 | 3.794.773,64 | 91,34 | 13,52 | 68 - 10 |
| Renda Variável | 129.410,05 | 3,18 | (8,59) | 20.773,69 | 0,50 | 1,40 | 0 - |
| Investimentos Estrutu- rados | 5.813,42 | 0,14 | 1,87 | 12.829,45 | 0,31 | (12,46) | 0 - |
| Investimentos no Ex- terior | 102.794,03 | 2,52 | 7,15 | - | - | (29,75) | 0 - 1 |
| Imobiliários | 248.933,32 | 6,11 | 7,56 | 246.781,71 | 5,94 | 6,34 | 0 - |
| Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliáios - FII | 25.761,75 | 0,63 | (11,40) | 14.139,93 | 0,34 | 1,93 | |
| Imóveis | 223.171,57 | 5,48 | 10,31 | 232.641,79 | 5,60 | 6,83 | |
| Operações com Partici- pantes | 80.009,35 | 1,96 | 17,54 | 79.451,38 | 1,91 | 13,09 | 0 - |
| Empréstimos | 73.216,32 | 1,80 | 19,12 | 73.022,78 | 1,76 | 14,62 | |
| Financiamentos Imobi- liários | 6.793,03 | 0,17 | 0,45 | 6.428,60 | 0,15 | (6,21) | |
| Disponivel - Caixa | 194,17 | - | - | 396,02 | - | - | |
| Outro realizaveis (Rela- cionados com Tributos) | 1.251,18 | - | - | 1.040,94 | - | - | |
| Bloqueios Judiciais - Fun- dos de Investimentos | - | - | - | 53,72 | - | - | |
| Passivo de Investimentos | (2.208,98) | - | - | (1.724,86) | - | - | |
| Contingência de Investi- mentos | (4.815,83) | - | - | (4.927,43) | - | - | |
| CDI (Benchmark Renda Fixa) | - | 0 | 4,40 | 0 | - | 12,37 | |
| lbovespa (Benchmark Renda Variável) | - | - | (11,93) | 0 | - | 4,69 | |
| Meta Atuarial (INPC + 5,25% a.a. em 2021 e INPC + 5,00% a.a. em 2022) | - | 0 | 15,94 | 0 | - | 11,23 | |

Gestão Terceirizada

| FUNDOS | GESTORES | R\$ (mil) | % Ges- tão Tercei- rizada | % do Inves- timen- to total | Retorno do fun- do em 2021 (%) | Taxa de Adminis- tração (%) |
|--|---|-----------|------------------------------------|--------------------------------------|---|--------------------------------------|
| Fundos de RF - BTG Pactual | BTG Pactual Gestora de Recursos | 244,93 | 0,62 | 0,01 | 12,85 | 0,25 |
| FII Iridium - IRDM11 | Iridium Gestão de Recursos | 4.420,61 | 11,22 | 0,11 | (2,47) | 0,17 |
| FII REC Recebíveis - RECR11 | BRL Trust Investimentos | 4.045,34 | 10,27 | 0,10 | 0,23 | 0,20 |
| FII TG Ativo Real - TGAR11 | TG Core Asset | 5.673,98 | 14,40 | 0,14 | 17,23 | 0,12 |
| FIP Kinea V FDR II | Kinea | 2.796,38 | 7,10 | 0,07 | (52,89) | 1,85 |
| FIP Lacan Florestal III | Lacan | 4.714,11 | 11,97 | 0,11 | (1,06) | 1,50 |
| Fundos de RF - Santander FIC FI Institucional | Santander Brasil Asset Management | 3.810,11 | 9,67 | 0,09 | 12,87 | 0,20 |
| Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci | Vinci Partners | 5.177,09 | 13,14 | 0,12 | 12,16 | 0,06 |
| Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci II | Vinci Partners | 8.515,54 | 21,61 | 0,21 | 5,41 | 0,84 |
| Total | | 39.398,08 | 100,00 | - | - | - |

Gestão Própria e Terceirizada

| | 20 |)22 |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|
| GESTÃO | PARTICIPAÇÃO (%) | RENTABILIDADE (%) |
| GESTÃO PRÓPRIA | 4.115.211,80 | 99,05 |
| Títulos Públicos | 45.411,53 | 1,09 |
| Títulos Privados | 9.950,23 | 0,24 |
| Ações + Dividendos/juros a receber | 20.774,38 | 0,50 |
| Certficado de Operações Estruturadas | 5.318,96 | 0,13 |
| Fundos Exclusivos | 3.631.476,21 | 87,41 |
| Imóveis | 232.641,79 | 5,60 |
| Operações com Participantes | 79.451,38 | 1,91 |
| Precatórios a Receber | 90.187,31 | 2,17 |
| GESTÃO TERCEIRIZADA | 39.409,84 | 0,95 |
| Cotas de Fundos | 39.398,08 | 0,95 |
| A pagar/receber | 11,76 | 0,00 |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS | 4.154.621,64 | 100,00 |

Custos Carteira Própria

| CUSTOS | R\$ |
|------------------------|--------------|
| CARTEIRA PRÓRIA BD | 1.021.795,55 |
| CVM / CBLC | 3.804,12 |
| Custódia | 39.821,85 |
| Selic/Cetip | 221.959,02 |
| Corretagem/Emolumentos | 756.210,56 |

Custos Fundos Exclusivos

| FUNDOS EXCLUSIVOS | R\$ |
|----------------------------|--------------|
| CAPEF FI RF PREV EXCLUSIVO | 1.102.824,74 |
| Taxa de administração | 370.650,71 |
| Custódia | 297.219,92 |
| Selic/Cetip | 362.605,00 |
| Auditoria | 7.673,50 |
| CVM / CBLC | 56.921,21 |
| ANBIMA | 5.450,00 |
| Outras Despesas | 2.304,40 |
| FORTALEZA MULTIMERCADO | 285.831,69 |
| Taxa de administração | 135.343,06 |
| Custódia | 38.680,89 |
| Selic/Cetip | 29.739,72 |
| Auditoria | 5.454,00 |
| CVM / CBLC | 21.713,45 |
| ANBIMA | 3.305,00 |
| Outras despesas | 2.341,81 |
| Corretagem/Emolumentos | 49.253,76 |

Demonstrativo dos Investimentos

| TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD DA CAPEF | 4.880.104,36 |
|---|--------------|
| TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS | 45.411,53 |
| Títulos Públicos Federais - NTNB | 45.411,53 |
| CRÉDITOS PRIVADOS | 9.950,23 |
| Debêntures Cias. Abertas | 9.950,23 |
| CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS | 5.318,96 |
| COE - Morgan Stanley | 5.318,96 |
| AÇÕES | 20.773,69 |
| Companhias Abertas | |
| Patrocinador(es) | 20.499,23 |
| Dividendos a receber/ Juros Cap. | 274,46 |
| FUNDOS DE INVESTIMENTO | 3.670.928,71 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA | 3.536.184,77 |
| Capef Exclusivo RF Previdenciário | 3.518.425,34 |
| BTG Pactual Capital Markets | 244,93 |
| Vinci Imobiliário RF CP | 5.177,09 |
| Vinci Imobiliário RF CP II | 8.515,54 |
| Santander Institucional RF DI | 3.810,11 |
| Bloqueio Judicial | 11,76 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES | 7.510,49 |
| FIP Kinea V FDR | 2.796,38 |
| FIP Lacan Florestal | 4.714,11 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO MULTIMERCADO | 113.051,57 |
| Fortaleza Multimercado FI | 113.051,57 |
| COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILÁRIO | 14.139,93 |
| FII Iridium - IRDM11 | 4.420,61 |
| FII REC Recebíveis - RECR11 | 4.045,34 |
| FII TG Ativo Real - TGAR11 | 5.673,98 |
| COTAS DE FUNDOS NO EXTERIOR (BLOQUEIOS) | 41,95 |
| Bloqueio Judicial (Legg Mason Martin Currie) | 41,95 |
| INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 232.641,79 |
| Imóveis | 232.641,79 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 79.451,38 |
| Empréstimos | 73.022,78 |
| Fin. Imobiliário | 6.428,60 |
| DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS | 725.124,95 |
| Depósito Judicial | 702.678,52 |
| Depósito Recursal | 22.446,43 |
| RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS | 90.187,31 |
| Precatórios a Receber - OFND | 90.187,31 |
| OUTROS REALIZÁVEIS | 315,81 |
| Impostos a Compensar | 10.289,38 |
| Provisão para perda - Impostos a Compensar | (9.973,57) |

PLANO CVI

Custos com Investimentos incorridos em 2022

Consultoria de Investimentos

A Capef manteve em 2022, contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.119,33 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.154,08 por mês.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Capef FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo Fortaleza Multimercado é de 0.017%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0128%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,06% a.a. a 1,85% a.a.

Diversificação dos Investimentos

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 1,95 bilhão. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

| DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS | VALOR (R\$ MIL) | PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%) |
|--------------------------------|--------------------|--|
| RENDA FIXA | 1.605.062,65 | 82,16 |
| RENDA VARIÁVEL | 104.745,70 | 5,36 |
| IMOBILIÁRIO | 35.414,87 | 1,81 |
| ESTRUTURADO | 117.247,85 | 6,00 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 91.139,26 | 4,67 |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 1.953.610,34 | 100,00 |

Rentabilidade

O Plano CV I obteve rentabilidade de 6,55%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5%a.a.) no mesmo período foi de 11,07%. Dentre os segmentos de aplicação, o segmento Estruturado foi o destaque com uma performance positiva de 18,97%, seguido pelo segmento de Operações com um retorno de 14,08%. Conforme apresentado no quadro a seguir:

| RENTABILIDADE | % |
|-----------------------------|-------|
| RENDA FIXA | 10,45 |
| RENDA VARIÁVEL | 2,41 |
| IMOBILIÁRIO | 1,93 |
| ESTRUTURADO | 18,97 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 14,08 |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 6,55 |

A tabela seguinte demostra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, com exceção dos anos de 2022 e 2021, o Plano CV I superou a sua meta atuarial. Vale salientar que estes últimos anos foram marcados por várias crises, tanto interna como externa, que afetaram de forma significante os preços dos ativos domésticos...

| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | ACUM. |
|---|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| Rentabilidade Nominal | 6,55 | 8,52 | 9,77 | 14,23 | 12,75 | 63,47 |
| Meta Atuarial (*) | 11,07 | 15,56 | 9,74 | 9,78 | 9,19 | 68,85 |
| Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial | -4,27 | -6,40 | 0,03 | 4,26 | 3,43 | |

(*) Meta atuarial: IPCA+5% a.a. em 2019 e 2018; IPCA+5,25% a.a.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 4,42% a.a, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Renda Fixa

Ao final de 2022, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 10,45% abaixo da meta atuarial em 0,62 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 82,16% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por Títulos Públicos Federais, fundos de Renda Fixa, debêntures, letras financeiras e Certificados de Depósito Bancários. O segmento foi impactado, ao longo do ano, pela marcação a mercado de parte dos títulos que compõem sua carteira. Com a deterioração do cenário econômico tanto interno como externo verificada em 2022, verificou-se uma abertura das taxas de juros, impactando negativamente a precificação de ativos de renda fixa marcados a mercado.

Renda Variável

A carteira de Renda Variável do Plano CV I apresentou uma rentabilidade de 2,41% em 2022 abaixo da meta atuarial em 8,66 pontos percentuais. O segmento foi impactado pela aversão a ativos de riscos por parte dos investidores em função do cenário adverso tanto interno como externo. No final de 2022, o segmento representava 5,36% do total dos investimentos do plano, composto por uma carteira de ações e por cotas de fundos de ações abertos, administrados por gestores externos. Vale salientar ainda que, com a indefinição do cenário econômico, ao longo do ano, a exposição a ativos de risco foi sendo reduzida, com os recursos direcionados para ativos menos voláteis e com taxas de juros acima da meta atuarial.

Imobiliário

O segmento imobiliário é composto por cotas de Fundos Imobiliários. A performance do segmento foi de 1,93% em 2022 abaixo da meta atuarial em 9,14 pontos percentuais. As cotas dos fundos imobiliários são ativos negociados em bolsa, os quais foram impactados por uma forte aversão a ativos de riscos por parte dos investidores, ocasionada pela instabilidade econômica tanto interna como externa vivenciada ao longo de 2022.

Estruturado

O segmento é composto por fundos classificados como multimercados e por fundos de investimentos em participações-FIP. A carteira é composta por cinco fundos multimercados geridos por gestores independentes: Captalys (R\$ 31,12 milhões), dois fundos sob gestão da Vinci Partners (R\$ 18,36 milhões), Ibiúna Investimentos (R\$ 15,47 milhões) e Absolute Investimentos (R\$ 13,85 milhões), e por cinco FIP's geridos por BTG Pactual (R\$ 21,13 milhões), Vinci Partners (R\$ 3,18 milhões), Spectra (R\$ 6,63 milhões), Kinea Investimentos (R\$ 2,80 milhões), e Lacan Ativos Reais (R\$ 4,71 milhões). A performance do segmento foi de 18,97% no ano, acima da meta atuarial em 7,90 pontos percentuais.

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

| | | 2021 | | | 2022 | | (%) POLÍTI- |
|---|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------|--|
| SEGMENTOS | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | RENTA- BILIDA- DE (%) | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | | VESTIMEN- TOS 2022 (INTERVA- LOS) |
| Total dos Recursos Ga- rantidores das Reservas Técincas | 1.695.233,14 | - | 8,52 | 1.954.784,64 | - | 6,55 | - |
| Total Investimentos | 1.695.742,77 | 100,00 | - | 1.953.610,34 | 100,00 | - | - |
| Renda Fixa | 1.155.997,32 | 68,17 | 13,48 | 1.605.062,65 | 82,16 | 10,45 | 43 - 100 |
| Renda Variável | 198.004,84 | 11,68 | (10,79) | 104.745,70 | 5,36 | 2,41 | 0 - 20 |
| Investimentos Estrutu- rados | 85.265,18 | 5,03 | 9,44 | 117.247,85 | 6,00 | 18,97 | 0 - 1 |
| Investimentos no Exterior | 115.757,99 | 6,83 | 10,21 | - | - | - | 0 - 10 |
| Imobiliário | 64.515,31 | 3,80 | (9,04) | 35.414,87 | 1,81 | 1,93 | 0 - 6 |
| Cotas de Fundos de Inves- timentos Imobiliáios - FII | 64.515,31 | 3,80 | (9,04) | 35.414,87 | 1,81 | 1,93 | |
| Operações com Partici- pantes | 76.202,13 | 4,49 | 18,89 | 91.139,26 | 4,67 | 14,08 | 0 - 10 |
| Disponível - Caixa | 222,31 | - | - | 1.157,03 | - | - | - |
| Bloqueios Judiciais - Fun- dos de Investimentos | - | - | - | 98,97 | - | - | - |
| A Receber - Venda de Co- tas de Fundos IE | - | - | - | 16,68 | - | - | - |
| Passivo Investimentos | (731,94) | - | - | (98,37) | - | - | - |
| CDI (Benchmark Renda Fixa) | - | - | 4,40 | - | - | 12,37 | - |
| lbovespa (Benchmark Renda Variável) | - | - | (11,93) | - | - | 4,69 | - |
| Meta Atuarial (IPCA + 5,00% a.a.) | - | - | 15,56 | - | - | 11,07 | |

Gestão Própria e Terceirizada

| | 2022 |
|------------------------------------|------------------------------------|
| GESTÃO | PARTICIPAÇÃO (%) RENTABILIDADE (%) |
| GESTÃO PRÓPRIA | 1.558.169,43 79,7 |
| Títulos Públicos | 1.098.123,32 56, |
| Títulos Privados | 321.054,48 |
| Ações + Dividendos/juros a receber | 47.852,37 |
| Operações com Participantes | 91.139,26 4,6 |
| GESTÃO TERCEIRIZADA | 395.440,91 20,2 |
| Cotas de Fundos | 395.440,91 20,2 |
| A pagar/receber | - O,C |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS | 1.953.610,34 |

Gestão Terceirizada

| FUNDOS | GESTORES | R\$ (mil) | % Ges- tão Tercei- rizada | % do Inves- timen- to total | Retor- no do fundo em 2022 (%) | Taxa de Adminis- tração (%) |
|---|---|------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|--------------------------------------|
| Fundo Multimercado - Absolute | Absolute Investimentos | 13.845,31 | 3,50 | 0,71 | 23,00 | 1,90 |
| Fundo BNB - FIC FI Institucional LP | Banco do Nordeste do Brasil | 2.123,54 | 0,54 | 0,11 | 12,27 | 0,35 |
| Fundo de RF - CEF Brasil Referenciado DI | Caixa DTVM | 139,26 | 0,04 | 0,01 | 12,67 | 0,20 |
| Fundo Multimercado - Captalys | Captalys | 31.118,90 | 7,87 | 1,59 | 3,31 | 2,00 |
| Fundo RV Constância | Constância Investimentos | 10.378,86 | 2,62 | 0,53 | 2,07 | 2,00 |
| Fundo de RF - AZ Quest Luce FI RF DI | AZ Quest Luce FI RF DI | 25,33 | 0,01 | 0,00 | 11,97 | 0,40 |
| Fundo de RV SulAmérica Selection FIA | SulAmérica Investimentos | 6.704,44 | 1,70 | 0,34 | (14,68) | 0,90 |
| FII Iridium - IRDM11 | Iridium Gestão de Recursos | 9.291,70 | 2,35 | 0,48 | (2,93) | 0,1 |
| FII REC Recebíveis - RECR11 | BRL Trust Investimentos | 10.349,17 | 2,62 | 0,53 | 0,50 | 0,20 |
| FII TG Ativo Real TGAR11 | TG Core Asset | 15.773,99 | 3,99 | 0,81 | 17,10 | 0,1 |
| FIP BTG Pactual Economia Real | BTG Pactual Gestora de Recursos | 21.131,00 | 5,34 | 1,08 | 93,78 | 2,0 |
| FIP Spetra V Inst. | Spectra Investimentos | 6.633,19 | 1,68 | 0,34 | 6,95 | 1,2 |
| FIP Vinci Impacto Retorno IV - FDR B | Vinci Partners | 3.175,91 | 0,80 | 0,16 | 6,14 | 2,0 |
| Fundo Multimercado - Ibiuna | Ibiuna Investimentos | 15.467,48 | 3,91 | 0,79 | 19,48 | 1,9 |
| Fundo de RV Occam FIC FIA | Occam Brasil | 17.288,88 | 4,37 | 0,88 | 4,52 | 2,0 |
| FIP Kinea V FDR II (4) | Kinea | 2.796,38 | 0,71 | 0,14 | (52,89) | 1,8 |
| FIP Lacan Florestal III (5) | Lacan | 4.714,11 | 1,19 | 0,24 | (1,06) | 1,5 |
| Fundo de RV Neo Navitas FIC FIA | Neo Investimentos | 16.011,85 | 4,05 | 0,82 | (7,05) | 1,3 |
| Fundo de RF - Safra Referenciado DI | Safra Asset Management | 243,15 | 0,06 | 0,01 | 13,41 | 0,1 |
| Fundo de RF - Santander FIC FI Institucional | Santander Brasil Asset Management | 149.790,52 | 37,88 | 7,67 | 12,87 | 0,2 |
| Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci | Vinci Partners | 5.177,91 | 1,31 | 0,27 | 12,16 | 0,0 |
| Vinci Crédito FIM CP | Vinci Partners | 9.723,41 | 2,46 | 0,50 | 10,51 | 0,1 |
| Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci II | Vinci Partners | 28.385,15 | 7,18 | 1,45 | 5,41 | 0,8 |
| Fundo de RV Vinci Mosaico FIA | Vinci Partners | 6.509,30 | 1,65 | 0,33 | (4,56) | 1,9 |
| Fundo Multimercado - Vinci Valorem | Vinci Partners | 8.642,16 | 2,19 | 0,44 | 9,81 | 0,9 |
| Total | | 395.440,91 | 100,00 | 20,24 | _ | |

Custos Carteira Própria

| CUSTOS | R\$ |
|------------------------|--------------|
| CARTEIRA PRÓRIA CV | 1.327.031,55 |
| Custódia | 219.465,74 |
| Selic/Cetip | 88.523,91 |
| CVM / CBLC | 4.968,20 |
| Corretagem/Emolumentos | 1.014.073,70 |

Demonstrativo dos Investimentos

| TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I DA CAPEF | 1.953.725,98 |
|--|------------------------|
| TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS | 1.098.123,32 |
| Títulos Públicos Federais - NTNB | 1.098.123,32 |
| CRÉDITOS PRIVADOS | 321.054,48 |
| INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 304.714,42 |
| LF e LFSN Instituições Financeiras | 265.356,35 |
| CDB Instituições Financeiras | 39.358,08 |
| COMPANHIAS ABERTAS | 16.340,06 |
| DEBENTURES | |
| Debêntures Cias. Abertas | 16.340,06 16.340,06 |
| | |
| AÇÕES | 47.852,37 |
| Companhias Abertas | 46.670,60 |
| Dividendos a receber/ Juros Cap. | 1.181,77 |
| FUNDOS DE INVESTIMENTO | 395.556,55 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA | 185.885,04 |
| BNB Institucional RF | 2.123,54 |
| Santander Institucional RF DI | 149.790,52 |
| Vinci Imobiliário RF CP | 5.177,91 |
| Vinci Imobiliário RF CP II | 28.385,15 |
| Caixa Brasil RF DI | 139,26 |
| Safra Capital Market RF CP | 243,15 |
| AZ Quest Luce FI RF DI | 25,33 |
| A Receber - Bloq Judicial QFIF RF | 0,19 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL | 56.918,61 |
| Neo Navitas FIC FIA | 16.011,85 |
| Constância Fundamento FIA | 10.378,86 |
| Vinci Mosaico FIA | 6.509,30 |
| SulAmérica Selection FIA | 6.704,44 |
| Occam FIC FIA | 17.288,88 |
| Bloqueio Judicial (Fundos BNP e Itaú) | 25,28 |
| COTAS DE FUNDOS NO EXTERIOR (BLOQUEIOS) | 90,17 |
| A Receber - Dividendos/Multimercados Exterior/Dólar Futuro | 16,68 |
| Bloqueio Judicial (Fundo Western Asset+Itaú World) | 73,50 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO | 35.414,87 |
| FII TG Ativo Real TGAR11 | 15.773,99 |
| FII Iridium - IRDMII | 9.291,70 |
| FII REC Recebíveis - RECR11 | 10.349,17 |
| COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO ESTRUTURADO | 117.247,85 |
| | 31.118,90 |
| Captalys Orion FIM CP Vinci Valorem FIM | 8.642,16 |
| | |
| Ibiuna Hedge STH FIC FIM | 15.467,48 |
| Absolute Vertex II FIC FIM | 13.845,31 |
| Vinci Crédito FIM CP | 9.723,41 |
| FIP Vinci Impacto Retorno IV - FDR B | 3.175,91 |
| FIP BTG Pactual Economia Real | 21.131,00 |
| FIP Spetra V Institucional | 6.633,19 |
| FIP Kinea V FDR II | 2.796,38 |
| FIP Lacan Florestal III | 4.714,11 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 91.139,26 |
| Empréstimos | 91.139,26 |

Custos com Investimentos incorridos em 2022

Consultoria de Investimentos

A Capef manteve em 2022, contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.119,33 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.154,08 por mês.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0.0128%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,06% a.a. a 2,00% a.a.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Diversificação dos Investimentos

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, 98,79% dos recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento Capef FI RF Previdenciário Exclusivo e 1,21% em um imóvel sede da Entidade. Em 31/12/2022, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 135,92 milhões.

| DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS | VALOR (R\$ MIL) | PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%) |
|--------------------------------|--------------------|--|
| RENDA FIXA | 134.272,13 | 98,79 |
| IMOBILIÁRIO | 1.645,30 | 1,21 |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 135.917,43 | 100,00 |

Rentabilidade

| RENTABILIDADE | % |
|---------------------|--------|
| RENDA FIXA | 11,13 |
| IMOBILIÁRIO | (3,64) |
| TOTAL INVESTIMENTOS | 10,93 |

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

| | | 2021 | | | 2022 | (%) POLÍTI- CA DE IN- | |
|---------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|--|
| SEGMENTOS | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | RENTA- BILIDA- DE (%) | DEZ - R\$ (MIL) | PARTI- CIPA- ÇÃO (%) | RENTA- BILIDA- DE (%) | VESTIMEN- TOS 2022 (INTERVA- LOS) |
| Total Investimentos | 121.847,74 | 100,00 | 16,12 | 135.917,43 | 100,00 | 10,93 | - |
| Renda Fixa | 120.151,09 | 98,61 | 16,16 | 134.272,13 | 98,79 | 11,13 | 92 - 100 |
| Imobiliário | 1.696,65 | 1,39 | 13,40 | 1.645,30 | 1,21 | (3,64) | 0 - 8 |

Gestão Própria

| | 2022 | |
|-------------------------|------------------------|--------------|
| GESTÃO | PARTICIPAÇÃO (%) RENTA | BILIDADE (%) |
| GESTÃO PRÓPRIA | 135.917,43 | 100,00 |
| Imóveis | 1.645,30 | 1,21 |
| Fundo Exclusivo | 134.272,13 | 98,79 |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS | 135.917,43 | - |

Custos Carteira Própria

| CUSTOS | R\$ |
|--------------|-----------|
| CARTEIRA PGA | 37.552,72 |
| Custódia | 26.952,84 |
| Selic/Cetip | 10.599,88 |

Demonstrativo dos Investimentos

| 135.917,43 |
|------------|
| 134.272,13 |
| 134.272,13 |
| 1.645,30 |
| 1.645,30 |
| |

Custos com Investimentos incorridos em 2022

Consultoria de Investimentos

A Capef manteve em 2022, contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.119,33 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.154,08 por mês.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0128%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Gestão e Administração de Fundos de Investimentos: 0,0106 a.a

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Patrimônio Consolidado

| | 2021 | | | | (%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS |
|---|--------------------|----------------|--------------------|----------------|-------------------------------|
| SEGMENTOS | DEZ - R\$ (MIL) | % POR PLANO | DEZ - R\$ (MIL) | % POR PLANO | (INTERVALOS) - |
| Total dos Recursos da Entidade | 5.883.899,07 | - | 6.240.150,35 | - | |
| Total dos Recursos Garantidores das Re- servas Técnicas - BD | 4.066.818,18 | - | 4.149.448,27 | - | |
| Total Investimentos | 4.072.397,64 | 100,00 | 4.154.609,88 | 100,00 | |
| Renda Fixa | 3.505.437,47 | 86,08 | 3.794.773,64 | 91,34 | 68 - 10 |
| Renda Variável | 129.410,05 | 3,18 | 20.773,69 | 0,50 | 0 - |
| Investimentos Estruturados | 5.813,42 | 0,14 | 12.829,45 | 0,31 | 0 - |
| Investimentos no Exterior | 102.794,03 | 2,52 | - | - | 0 - |
| Imobiliários | 248.933,32 | 6,11 | 246.781,71 | 5,94 | 0 - |
| Cotas de Fundos de Investimentos Imo- biliáios - FII | 25.761,75 | 0,63 | 14.139,93 | 0,34 | |
| Imóveis | 223.171,57 | 5,48 | 232.641,79 | 5,60 | |
| Operações com Participantes | 80.009,35 | 1,96 | 79.451,38 | 1,91 | 0 |
| Empréstimos | 73.216,32 | 1,80 | 73.022,78 | 1,76 | |
| Financiamentos Imobiliários | 6.793,03 | 0,17 | 6.428,60 | 0,15 | |
| Disponivel - Caixa | 194,17 | - | 396,02 | - | |
| Outro realizaveis (Relacionados com Tri- butos) | 1.251,18 | - | 1.040,94 | - | |
| Bloqueios Judiciais - Fundos de Investi- mentos | - | - | 53,72 | | |
| Passivo de Investimentos | (2.208,98) | - | (1.724,86) | - | |
| Contingência de Investimentos | (4.815,83) | - | (4.927,43) | - | |
| Total dos Recursos Garantidores das Re- servas Técincas - CV | 1.695.233,14 | 100,00 | 1.954.784,64 | 100,00 | |
| Total Investimentos | 1.695.742,77 | 100,00 | 1.953.610,34 | 100,00 | |
| Renda Fixa | 1.155.997,32 | 68,17 | 1.605.062,65 | 82,16 | 43 - 1 |
| Renda Variável | 198.004,84 | 11,68 | 104.745,70 | 5,36 | 0 - |
| Investimentos Estruturados | 85.265,18 | 5,03 | 117.247,85 | 6,00 | 0 - |
| Investimentos no Exterior | 115.757,99 | 6,83 | - | - | 0 - |
| Imobiliário | 64.515,31 | 3,80 | 35.414,87 | 1,81 | 0 - |
| Cotas de Fundos de Investimentos Imo- biliáios - FII | 64.515,31 | 3,80 | 35.414,87 | 1,81 | |
| Operações com Participantes | 76.202,13 | 4,49 | 91.139,26 | 4,67 | 0 - |
| Disponível - Caixa | 222,31 | - | 1.157,03 | - | |
| Bloqueios Judiciais - Fundos de Investi- mentos | - | - | 98,97 | | |
| A Receber - Venda de Cotas de Fundos IE | - | - | 16,68 | | |
| Passivo Investimentos | (731,94) | - | (98,37) | - | |
| Total Investimentos - PGA | 121.847,74 | 100,00 | 135.917,43 | 100,00 | |
| Renda Fixa | 120.151,09 | 98,61 | 134.272,13 | 98,79 | 92 - 1 |
| Imobiliário | 1.696,65 | 1,39 | 1.645,30 | 1,21 | 0 - |

Gestão sustentável

Para alcançar a diretriz estratégica de garantir a economicidade na administração dos planos, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo anual por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo anual médio por participantes, por exemplo, quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em nível inferior à média do mercado, demonstrando a economicidade da gestão da Capef.

Limite para cobertura das despesas administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos



Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CNPC Nº 48, de 8 de Dezembro de 2021.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 61.042 mil em 2022 (R\$ 57.621 mil em 2021).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 5,80% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 4,25% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada participante assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2022 R\$ 19.067 mil (R\$ 19.573 mil, em 2021), que correspondeu a 0,31% dos RGPB, (0,34% em 2021), conforme detalhamento no quadro abaixo.

| 2022 | 2021 |
|--------|---|
| 10.952 | 12.634 |
| 8.115 | 6.939 |
| 19.067 | 19.573 |
| 0,31% | 0,34% |
| 61.042 | 57.621 |
| | 10.952 8.115 19.067 0,31% |

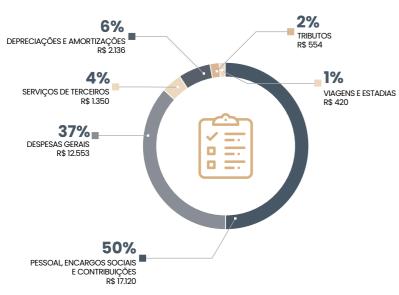
Orçamento Administrativo

Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2022, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi superior à previsão orçamentária em 8,57%, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 8,74% do valor orçado para o período. Em 2022, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 18.759 mil (R\$ 17.128 mil, em 2021) e foram utilizados R\$ 17.119 mil (R\$ 15.248 mil, em 2021), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 1.640 mil. Esse resultado traduz o esforço de economia de todas as áreas da Capef durante o período de 2022.

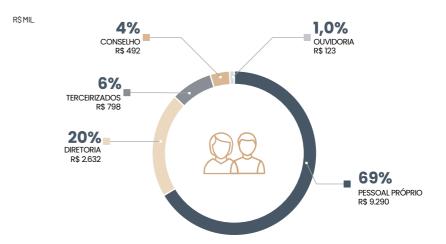
Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais .

R\$ MIL



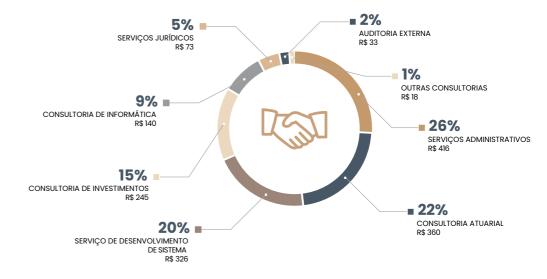
O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Ouvidoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuarial, Consultoria de Investimentos, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Serviços Jurídicos, para defesa em processos judiciais, Outras Consultorias e Serviços Administrativos contratadas pela Capef.

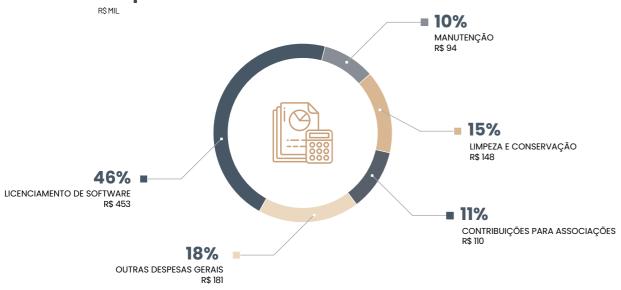
Serviço de Terceiros

R\$ MIL



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com licenciamento de software, serviços de manutenção, limpeza e conservação e contribuições para associações, que em 2022 contemplaram as contribuições associativas regulares.





Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo resultado do valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2022, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 145.809 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

| (+) Resultado dos Investimentos Administrativos | 13.299 |
|---|--------|
| (+) Custeio dos planos de benefícios | 19.068 |
| (+) Outras receitas administrativas | 55 |
| (-) Despesas Administrativas | 17.120 |
| (-) Contingências | 1.577 |

O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e prestadores de serviços e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da CAPEF.

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2022, os depósitos efetuados pela CAPEF somaram R\$ 1.506 mil do total apresentado das contingências do plano.

Indicadores de Gestão

A Resolução CNPC N° 48, de 8 de Dezembro de 2021, estabeleceu no seu artigo 11 que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19, da Resolução nº 13, de 2004.

Segue acompanhamento dos indicadores de gestão da Capef:

Indicadores Quantitativos

- a. Variação Orçamentária: mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- b. Custo administrativo anual médio por participante: representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido;
- c. Taxa de Administração: corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- d. Taxa de Carregamento: corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- e. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

Em 2022, a Capef atingiu todas as metas dos indicadores de gestão das despesas administrativas estipuladas para o ano conforme demonstrado no quadro a seguir:

Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas -Quantitativos

| INDICADORES | META | REALIZADO |
|---|--------------|--------------|
| Variação Orçamentária | + - 10,00% | -8,74% |
| Custo administrativo anual médio por participante | R\$ 1.482,13 | R\$ 1.367,92 |
| Taxa de Administração | 0,3107% | 0,2805% |
| Taxa de Carregamento | 2,1464% | 1,9268% |
| Índice de Cobertura das Despesas Administrativas | 0,94 | 1,11 |

Variação Orçamentária

As despesas administrativas realizadas apresentaram uma variação -8,74% em relação aos valores orçados para o ano, a qual observou-se uma economia de R\$ 1,64 milhões. O resultado entre a previsão anual efetuada e a concretização das despesas administrativas para 2022 evidencia o controle nos gastos administrativos da entidade.

As despesas com Pessoal e Encargos atingiram 92,72% do orçamento para esse fim. A sobra gerada foi decorrente, sobretudo, dos desligamentos a pedido, com substituições dos respectivos postos de trabalho apenas em meses posteriores; e da grande rotatividade de estagiários. Outro fator que contribuiu fortemente foi o pagamento parcial da remuneração por desempenho aos funcionários da Entidade, vez que não se logrou o atingimento da meta atuarial na gestão do Plano CV neste exercício.

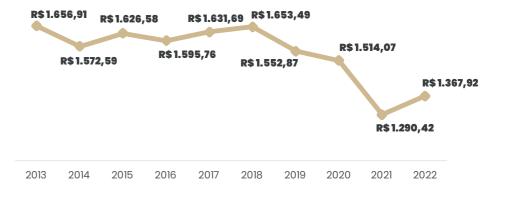
A manutenção do regime de teletrabalho e a realização de treinamentos no formato EAD (ensino à distância) geraram economias que podem ser evidenciadas, principalmente, nas rubricas Treinamentos, Viagens e Estadias e em Outras Despesas Gerais.

Por fim, vale destacar que o êxito nas negociações de novos contratos, em substituição a antigos com valores superiores e a renegociação de reajustes de contratos vigentes contribuíram para a sobra apresentada, por exemplo, nos gastos com Licenciamento de Software.

Custo Administrativo anual médio por participante

O alcance da meta estipulada para o Custo Médio de Administração por Participante demonstra a eficiência da gestão. O indicador corresponde ao custo total médio para administrar os benefícios de cada participante por ano. Em 2022, além do controle efetivo de gastos administrativos já citados anteriormente, contribuíram para o alcance desse indicador, o ingresso de novos participantes ao plano CV I.

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo por Participante, a qual apresentou um resultado inferior à média alcançada nos últimos 10 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.



^{*} Valores and base Dez/2022

^{**} Indicadores atualizados conforme INPC/IBGE.

44

A aprovação das alterações do Estatuto da Capef, na medida em que possibilita a oferta de planos instituídos, aumenta cada vez mais a possibilidade de diminuição deste custo médio. O lançamento do Plano Família é uma medida que garantirá major escalabilidade à Entidade e contribuirá para sua sustentabilidade no longo prazo".



Camilla Bastos Gerente Administrativa Financeira

Taxas de Administração e Taxa de Carregamento

Já as taxas de Administração e de Carregamento da Capef, que medem a relação das despesas administrativas com os recursos garantidores dos planos de benefícios e com o fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade, respectivamente, terminaram o ano de 2022 com resultados melhores que as metas estipuladas, demonstrando o ótimo resultado alcançado pela Capef no ano, haja vista que quanto menor for essa relação, mais eficiente é a gestão da Entidade. O recebimento de contribuições em virtude de adesões ao plano CV I, da compra do tempo de serviço passado e de aportes facultativos contribuíram para o bom desempenho desses indicadores.

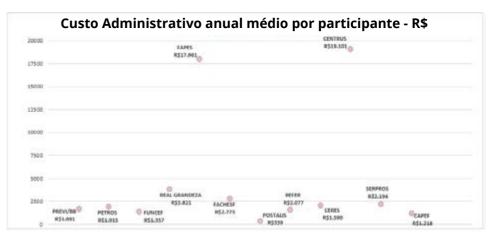
Índice de Cobertura das Despesas **Administrativas**

O Índice de Cobertura das Despesas Administrativas, relação entre as fontes de custeio do Plano de Gestão Administrativa da Capef e suas despesas administrativas ou, quanto as receitas administrativas do plano suportam suas despesas, demonstrou equilíbrio com o resultado apresentado 1,11 (meta de 0,94). Os aportes extras (contratação de tempo de serviço passado e aportes facultativos), além da execução de gastos administrativos menores foram fatores que propiciaram o alcance do resultado apontado.

Comparativo da Gestão Administrativa da **CAPEF com as demais EFPC**

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capef observou que seu Custo Administrativo por Participante se mantém em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme benchmark efetuado com as 19 maiores entidades do país.

Segue abaixo o comparativo desse indicador realizado com base no 11º Estudo de Despesas Administrativas das EFPC, elaborado pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. De acordo com o critério de ativo total, a Capef enquadra-se no Grupo 1, composto por 62 entidades, com ativos acima R\$ 2 bilhões. Quando comparado com todas as entidades da pesquisa, a Capef continua com números melhores do que a média da categoria, resultado que evidencia a eficiência da gestão da Entidade. Ressalta-se que o estudo data de 2021, última versão divulgada por aquele órgão.

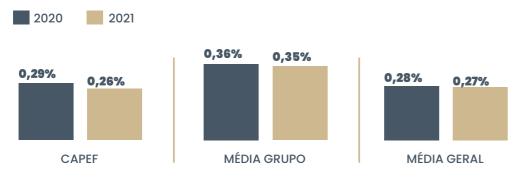


^{*}Fonte: Previc - 11º Estudo das Despesas Administrativas das EFPCS.

Ainda de acordo com levantamento divulgado pela PREVIC, com dados de 2021, a taxa de administração média da Capef foi de 0,26%. Esse número ainda é bem menor que a média do grupo 1 (0,35%), o qual a Capef está classificada e inferior à média geral apresentada pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) no mesmo período, de 0,27%.

^{**}Posição: Dezembro/2021

Taxa de Administração



^{*}Fonte: Previc - 11º Estudo das Despesas Administrativas das EFPCS.

Indicadores Qualitativos

- a. Cumprimento do calendário de obrigações legais: mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2022, a Capef cumpriu no prazo 100% de suas obrigações legais.
- b. Percentual de profissionais certificados: mede a relação entre a quantidade de profissionais certificados em relação à quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação. Enquadramse no rol de profissionais com obrigatoriedade de certificação os diretores, conselheiros e colaboradores de investimentos de acordo com o código de autorregulação e governança de Investimentos da Entidade. Na posição 31/12/2022, a Capef contava com 28 profissionais com a obrigatoriedade de certificação, sendo que 27 já devidamente certificados e 1 em processo de obtenção de certificação, dentro do prazo de 1 ano após sua posse, limite estabelecido pelas instruções normativas que regem o assunto.
- c. Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual): Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período. Foram realizadas 320 ações de uma meta de 245 ações, atingindo 130% da meta no período.

| INDICADORES | META | REALIZADO |
|---|------|-----------|
| Cumprimento do calendário de obri- gações legais | 100% | 100% |
| Percentual de profissionais certificados | 100% | 96% |
| Cumprimento do PDI | 70% | 130% |

Documentação

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

PARECERES

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

^{**}Posição: Dezembro/2021.

Balanço Patrimonial

em 31 de Dezembro

R\$ MIL Exercício **Exercício** No- Exercício Exercício No-**ATIVO PASSIVO** 2022 2021 2022 2021 tas tas **DISPONÍVEL** 1.568 423 EXIGÍVEL OPERACIONAL 5.5 8.488 10.347 4.730 Gestão Previdencial 5.5.1 5.654 Gestão Administrativa 5.5.2 1.895 1.697 <u>REALIZÁVEL</u> 6.297.097 **5.911.267** Investimentos 1.863 2.996 5.5.3 Gestão Previdencial 5.1 41.275 11.324 8.703 Gestão Administrativa 5.2 10.474 **EXIGÍVEL** Investimentos 5.3 6.245.348 5.891.240 CONTINGENCIAL 200.564 183.104 Títulos Públicos 5.3.1 1.143.535 1.035.350 Gestão Previdencial 5.6.1 184.872 169.100 Ativos Financeiros de 139.376 Gestão Administrativa 5.6.2 5.3.2 336.324 10.765 9.189 Crédito Privado 5.3.3 68.626 109.480 Investimentos 5.6.3 4.927 4.815 Renda Variável Fundos de Investimentos 5.3.4 4.200.757 4.214.447 Derivativos 0 3.562 Investimentos no Exterior 0 6.694 Investimentos em Imóveis 5.3.5 234.287 224.868 PATRIMÔNIO SOCIAL 6.101.715 5.730.706 Operações com Patrimônio de 170.591 Participantes 5.3.6 156.211 Cobertura do Plano 5.869.771 5.523.423 5.7.1 Depósitos Judiciais/ Provisões 5.3.7 725 5.923.456 5.602.182 Recursais 740 Matemáticas Benefícios Recursos a Receber -Precatórios 5.3.8 90.187 0 Concedidos 3.718.331 3.606.344 Benefícios a 512 Outros Realizáveis 5.3.9 316 2.205.125 1.995.838 Conceder IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 5.4 (53.685)(78.759)12.102 12.467 Equilíbrio Técnico Resultados Imobilizado 5.4.1 11.480 11.646 Realizados (53.685)(78.759)(-) Déficit Técnico Acu-Intangível 5.4.2 622 821 mulado (53.685)(78.759)5.7.2 231.944 207.283 Fundos Fundos Previdenciais 58.974 51.917 Fundos Administrativos 145.809 132.084 Fundos para Garantia das Operações com Participantes 27.161 23.282

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

5.924.157

OCIONE MARQUES MENDONÇA

6.310.767

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

TOTAL DO PASSIVO

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

6.310.767

5.924.157

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

em 31 de Dezembro

| | Exercício 2022 | Exercício 2021 | Varia- ção (%) |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| A) Patrimônio Social - início do exercício | 5.730.706 | 5.396.944 | 6,18 |
| 1. Adições | 936.065 | 901.749 | 3,81 |
| Contribuições Previdenciais | 340.027 | 306.483 | 10,94 |
| Portabilidade | 329 | 577 | (42,96) |
| Outras Adições Previdenciais | 256 | 211 | 21,39 |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 559.154 | 555.293 | 0,70 |
| Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | C |
| Receitas Administrativas | 19.122 | 19.590 | (2,39) |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa | 13.299 | 16.754 | (20,62) |
| Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes | 3.878 | 2.841 | 36,50 |
| 2. Destinações | (565.056) | (567.987) | (0,52) |
| Benefícios | (524.408) | (503.668) | 4,12 |
| Resgates | (1.406) | (1.519) | (7,44) |
| Portabilidades | (2.708) | (3.630) | (25,40) |
| Provisão para Perdas Estimadas | (150) | (141) | 6,38 |
| Outras Deduções | (130) | (90) | 44,44 |
| Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | (17.558) | (41.899) | 100,00 |
| Despesas Administrativas | (17.119) | (15.248) | 12,2 |
| Constituição Líquida de Contingências - Gestão Admi- nistrativa | (1.577) | (1.792) | (12,00 |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônios Social (1+2) | 371.009 | 333.762 | 11,16 |
| Provisões Matemáticas | 321.274 | 390.115 | (17,65) |
| Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | 25.074 | (85.731) | (129,25) |
| Fundos Previdenciais | 7.058 | 7.233 | (2,42) |
| Fundos Administrativos | 13.725 | 19.304 | (28,90) |
| Fundos para Garantia das Operações com Participantes | 3.878 | 2.841 | 36,50 |
| B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3) | 6.101.715 | 5.730.706 | 6,47 |

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Relatório Anual 2022

77

R\$ MIL

TOTAL DO ATIVO

Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD

em 31 de Dezembro

Exercício Variação **DESCRIÇÃO** Exercício 2021 (%) 2022 1. Ativos 4.298.181 4.177.646 2,89 396 104.12 Disponível 194 Recebíveis Previdencial 142.080 103.802 36,88 Investimentos 4.155.705 4.073.650 2,01 Títulos Públicos 45.412 47.652 (4,70)(5,44)Ativo Financeiros de Crédito Privados 15.269 16.147 Renda Variável 20.774 54.106 (61,60)Fundos de Investimentos 3.670.929 3.649.545 0,59 **Derivativos** 0 1.767 (100,00)Investimentos em Imóveis 232.642 223.172 4,24 (0,70)Operações com Participantes 79.451 80.009 Depósitos Judiciais / Recursais 725 740 (2,03)Recursos a Receber - Precatórios 90.187 0 Outros Realizáveis 316 512 (38,28)2. Obrigações 196.059 181.587 7,97 Operacional 6.260 7.672 (18,40)173.915 Contingencial 189.799 9,13 3. Fundos não Previdenciais 125.292 113.704 10,19 **Fundos Administrativos** 100.822 92.495 9,00 Fundos para Garantia de Operações com Participantes 24.470 21.209 15,38 5. Ativo Líquido (1-2-3) 3.976.830 3.882.355 2,43 4.034.629 3.965.441 1,74 Provisões Matemáticas Déficit Técnico -57.799 -83.090 (30,44)6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (30,44)a) Equilíbrio Técnico -57.799 -83.090 b) (+/-) Ajuste de Precificação 212.755 63.821 233,36 c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) (904,17)154.956 -19.269

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano BD

em 31 de Dezembro

R\$ MIL

| | Exercício 2022 | Exercício 2021 | Variação (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| A) Ativo Líquido - início do exercício | 3.882.351 | 3.819.907 | 1,63 |
| 1. Adições | 633.886 | 610.209 | 3,88 |
| Contribuições | 188.827 | 180.490 | 4,6 |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 444.748 | 428.134 | 3,88 |
| Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | 83 | 1.374 | (93,95 |
| Outras Adições | 228 | 211 | 8,1 |
| 2. Destinações | (539.407) | (547.765) | (1,53 |
| Benefícios | (510.500) | (491.576) | 3,8 |
| Resgates | (33) | (51) | (36,12 |
| Provisão para Perdas Estimadas | (150) | (141) | 6,9 |
| Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | (17.642) | (43.273) | (59,23 |
| Custeio Administrativo | (10.952) | (12.634) | (13,32 |
| Outras Deduções | (130) | (90) | 44,7 |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2) | 94.479 | 62.444 | 51,3 |
| Provisões Matemáticas | 69.188 | 147.558 | (53,11 |
| Superávit/Déficit Técnico do Exercício | 25.291 | (85.114) | (129,71 |
| | | | |
| B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3) | 3.976.830 | 3.882.351 | 2,4 |
| C) Fundos não previdenciais | 125.292 | 113.704 | 10,1 |
| Fundos Administrativos | 100.822 | 92.495 | 9,0 |
| | 24.470 | 21,209 | 15,3 |

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Para uma vida e futuro de possibilidades

R\$ MIL

Demonstração do Ativo Líquido do Plano CV I

em 31 de Dezembro

Exercício Exercício Variação **DESCRIÇÃO** 2022 2021 (%) 1. Ativos 1.999.887 1.735.572 15,23 1.157 222 Disponível 421,17 Recebíveis Previdencial 45.004 39.607 13,63 Investimento 1.953.726 1.695.743 15,21 Títulos Públicos 1.098.123 987.698 11,18 Ativo Financeiros de Crédito Privados 321.055 123.229 160,54 47.852 55.374 (13,58)Renda Variável Fundos de Investimentos 395.557 444.751 (11,06)(100,00)Derivativos 1.795 0 (100,00)Investimentos no Exterior 6.694 91.139 76.202 19,60 Operações com Participantes 2. Obrigações 294 922 (68,11)294 922 Operacional (68,11)3. Fundos não Previdenciais 47.678 41.663 14,44 39.589 **Fundos Administrativos** 44.987 13,64 Fundos para Garantia de Operações com Participantes 2.691 2.074 29,75 5. Ativo Líquido (1-2-3) 1.951.915 1.692.987 15,29 Provisões Matemáticas 1.888.826 1.636.740 15,40 Superávit Técnico 4.114 4.331 (5,01)**Fundos Previdenciais** 58.974 51.916 13,60 6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado a) Equilíbrio Técnico 4.114 4.331 (5,01)(46,45)b) (+/-) Ajuste de Precificação 6.071 11.338 c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) 10.185 15.669 (35,00)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CV I

em 31 de Dezembro

R\$ MIL

Exercício Exercício Variação 2022 2021 **(%)** A) Ativo Líquido - início do exercício 1.692.987 1.443.812 17,26 285.030 273.303 4,29 1. Adições 170.267 145.566 Contribuições 16,97 Portabilidade 329 577 (42,96)Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -114.406 Gestão Previdencial 127.159 (10,03)28 Outras Adições 0,00 (26.104)(24.128)8,19 2. Destinações (13.908)(12.092)Benefícios 15,01 (1.373)(1.468)(6,46)Resgates (2.708)(3.630)(25,40)Portabilidades Custeio Administrativo (8.115) (6.939)16,95 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2) 258.926 249.175 3,91 3,93 Provisões Matemáticas 252.085 242.557 **Fundos Previdenciais** 7.058 7.233 (2,42)Superávit/Déficit Técnico do Exercício (217)(617)(64,83) B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5) 1.951.913 1.692.987 15,29 C) Fundos não previdenciais 47.678 41.663 14,44 **Fundos Administrativos** 44.987 39.589 13,64 Fundos para Garantia dos Investimentos 2.691 2.074 29,75

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONCA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Para uma vida e futuro de possibilidades

81

R\$ MIL

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Resultado Positivo Líquido dos Investimentos

em 31 de Dezembro

Tributos

Exercício Exercício Variação **DESCRIÇÃO** 2022 2021 (%) A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior: representa o saldo do fundo administrativo do exercício anterior. 132.084 112.780 17,12 1. Custeio da Gestão Administrativa 32.421 36.344 (10,79) 36.344 (10,79) 1.1. Receitas 32.421 (2,59)Custeio Administrativo da Gestão Previdencial 19.067 19.573 55 17 **Outras Receitas** 223,21

2. Despesas Administrativas 17.119 15.248 12,27 2.1. Administração dos PlanosPrevidenciais 17.119 15.248 12,27 Pessoal e encargos 12.553 11.156 12,52 Treinamentos/congressos e seminários 82 35 134,29 Viagens e estadias 25 2.400,00 Serviços de terceiros 2.136 2.015 6,00 Despesas gerais 1.344 983 36,72 Depreciações e amortizações 554 639 (13,30)

3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas 1.577 1.792 (12,00) 6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3) 13.725 19.304 (28,90)

| 7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6) | 13.725 | 19.304 | (28,90) |
|--|---------|---------|---------|
| - | - | - | - |
| B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)- | 145.809 | 132.084 | 10,39 |

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

SERGIO BRITO CLARK

13.299

425

16.754

419

(20,62)

1,43

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68 Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano BD

em 31 de Dezembro

R\$ MIL

| DESCRIÇÃO | Exercício 2022 | Exercício 2021 | Variação (%) |
|--|-------------------|-------------------|-----------------|
| Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5) | 4.197.359 | 4.085.150 | 2,7 |
| | | | |
| 1. Provisões Matemáticas | | 3.965.442 | 1,74 |
| 1.1. Benefícios Concedidos | | 3.430.878 | 2,4 |
| Benefício Definido | 3.514.191 | 3.430.878 | 2,4 |
| 1.2. Benefício a Conceder | 520.438 | 534.564 | (2,64 |
| Benefício Definido | 520.438 | 534.564 | (2,64 |
| | | | |
| 2. Equilíbrio Técnico | (57.799) | (83.090) | (30,44 |
| 2.1. Resultados Realizados | (57.799) | (83.090) | (30,44 |
| (-) Déficit Técnico acumulado | (57.799) | (83.090) | (30,44 |
| 3. Fundos | 24.470 | 21.209 | 15,3 |
| 3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial | 24.470 | 21.209 | 15,3 |
| 4. Exigível Operacional | 6.260 | 7.673 | (18,42 |
| | | | |
| 4.1. Gestão Previdencial | 4.535 | 5.464 | (17,00 |
| 4.2. Investimentos - Gestão Previdencial | 1.725 | 2.209 | (21,91 |
| 5. Exigível Contingencial | 189.799 | 173.916 | 9,1 |
| 5.1. Gestão Previdencial | 184.872 | 169.100 | 9,3 |
| 5.2. Investimentos - Gestão Previdencial | 4.927 | 4.816 | 2,3 |

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68 SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CV I

em 31 de Dezembro

R\$ MIL

| DESCRIÇÃO | Exercício | Exercício | |
|--|-----------|-----------|------------|
| • | 2022 | 2021 | (%) |
| Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4) | 1.954.899 | 1.695.983 | 15,27 |
| 1. Provisões Matemáticas | 1.888.826 | 1.636.741 | 15,40 |
| 1.1. Benefícios Concedidos | 204.140 | 175.467 | 16,34 |
| Contribuição Definida | 148.321 | 128.763 | 15,19 |
| Benefício Definido | 55.819 | 46.704 | 19,52 |
| | | | |
| 1.2. Benefício a Conceder | 1.684.686 | 1.461.274 | 15,29 |
| Contribuição Definida | 1.684.686 | 1.461.274 | 15,29 |
| Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es) | 834.236 | 724.029 | 15,2: |
| Saldo de contas - parcela participantes | 850.450 | 737.245 | 15,36 |
| | | | 1 — |
| 2. Equilíbrio Técnico | 4.114 | 4.331 | (5,01 |
| 2.1. Resultados Realizados | 4.114 | 4.331 | (5,01 |
| Superávit Técnico acumulado | 4.114 | 4.331 | (5,01 |
| Reserva de contingência | 4.114 | 4.331 | (5,01 |
| 3. Fundos | 61.665 | 53.990 | 14,2 |
| 3.1. Fundos Previdenciais | 58.974 | 51.916 | 13,60 |
| 3.2. Fundos para Garantia das Operações com Par- ticipantes - Gestão Previdencial | 2.691 | 2.074 | 29,7 |
| 4. Exigível Operacional | 294 | 921 | (68,08) |
| 4. Exigivei Operacional 4.1. Gestão Previdencial | 196 | 189 | 3,70 |
| 4.2. Investimentos - Gestão Previdencial | 98 | 732 | (86,61 |

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM R\$ MIL)

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CA-PEF), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes elegíveis, funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria CAPEF, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A CAPEF administra 2 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1. Plano de Benefício Definido - Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e sob o nº 48.306.539/0001-08 no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2022, o plano possuía 1.062 participantes ativos (1.132, em 2021), 3.720 participantes assistidos (3.762, em 2021) e 1.500 beneficiários de pensão (1.454, em 2021).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2022, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, baseado nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020:

| Tábua de Mortalidade Geral de Válidos | RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 20%. |
|--|---|
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | IAPC Fraca. |
| Tábua de Entrada em Invalidez | Hunters suavizada em 85%. |
| Hipótese familiar | Família observada no cadas- tro. |
| Taxa Real Anual de juros | 5,0% a.a. (cinco por cento ao ano). |
| Entrada em Aposentadoria | Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em apo- sentadoria em 112 meses, contados a partir da elegibili- dade ao recebimento do be- nefício pleno programado. |

2.2. Plano de Contribuição Variável I - Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC e sob o nº 48.307.467/0001-05 no CNPJ, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2022, contava com 5.764 participantes ativos (5.753, em 2021), 380 participantes assistidos (341, em 2021) e 89 beneficiários de pensão (75, em 2021).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2022, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, baseado nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 33/20:

| HIPÓTESES UTILIZA | DAS EM 31/12/2022 - PLANO CV | | | |
|---|---|--|--|--|
| Tábua de Mortalidade Geral de Válidos | RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 10%. | | | |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | IAPC Fraca. | | | |
| Tábua de Entrada em Invali- dez | Muller suavizada em 85% | | | |
| Hipótese familiar | Família padrão composta de cônjuge dois anos mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência. | | | |
| HIPÓTESES UTILIZADAS EM 31/12/2022 - PLANO CV | | | | |
| Taxa Real Anual de juros | 5,00% a.a. (cinco por cento ao ano). | | | |
| Projeção de Crescimento Real de Salário | A projeção de crescimento real de sa- lário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador. | | | |

2.3. Plano de Gestão Administrativa - PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. BASE E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da CAPEF e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021; Instrução Normativa

PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, alterada pelas Instruções Normativas PREVIC nº 40/2021, IN PREVIC nº 42/2021 e IN PREVIC nº 44/2021; a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021; a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022 do Conselho Monetário Nacional — CMN e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC TG 26 (R5).

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o artigo 27 da Instrução PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

4.1. Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir. Ao atingir o limite de 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento de direitos creditórios superior a 360 dias, aplica-se o reconhecimento total da despesa de direitos creditórios, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, em seu artigo 19, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

| | PERCENTUAL DE PROVISÃO |
|-----------------------|------------------------|
| QUANTIDADE DE DIAS EM | SOBRE CRÉDITOS |
| ATRASO | (VENCIDOS E VINCENDOS) |
| entre 31 e 60 dias | 1% |
| entre 61 e 90 dias | 5% |
| entre 91 e 120 dias | 10% |
| entre 121 e 180 dias | 25% |
| entre 181 e 240 dias | 50% |
| entre 241 e 360 dias | 75% |
| superior a 360 dias | 100% |

4.2. Composição do Ativo

4.2.1. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2. Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3. Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4. Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022 do Conselho Monetário Nacional — CMN, e com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021. Os títulos adquiridos pelos planos administrados pela CAPEF podem ser classificados como "destinados para negociação" ou "mantidos até o vencimento"; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como "para negociação". Os demais títulos, que são classificados como "mantidos até o vencimento", respeitam o estudo de Asset Liability Management – ALM da Entidade. Os ativos que compõem esse grupamento são mensurados a valor justo e, por esta razão, não estão sujeitos ao teste de *impairment* de que trata o CPC 01 – Redução ao Valor.

4.2.4.1. Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA. Os valores desses ativos registrados na categoria "títulos para negociação" são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao *site* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados

na categoria "mantidos até o vencimento" têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2. Ativos Financeiros de Crédito Privado

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF, Debêntures, Certificado de Operações Estruturadas – COE e Certificado de Depósito Bancário - CDB. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as Debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. O COE é um investimento que combina Renda Fixa e Variável, presente apenas na carteira do Plano BD. Os CDB são certificados de depósitos a prazo emitidos por instituições financeiras. Os valores desses ativos registrados na categoria "títulos para negociação" são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e/ou precificados mediante manual de precificação do custodiante. Os ativos registrados na categoria "mantidos até o vencimento" têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3. Renda Variável

Nesta conta são lançados os investimentos em ações. Os ativos desse grupo são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014

4.2.4.4. Fundos de Investimentos

a) Fundo de Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação - CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como "títulos mantidos até o vencimento", considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021 estabelece que a Entidade poderá realizar operações de alienações títulos públicos federais, classificados como títulos mantidos até o vencimento, realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da EFPC quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

b) Fundo de Ações

Os fundos classificados como Ações devem ter como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O patrimônio das carteiras dos Fundos de Ações deverá ser composto por 67%, no mínimo, dos seguintes ativos: a) ações admitidas à negociação em mercado organizado, b) bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, c) cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações e, d) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III.

c) Fundo de Investimentos em Participações - FIP

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos fundos de investimentos em participações - FIP, caracterizando-se como uma comunhão de recursos destinado à aplicação em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste tipo de fundo, o gestor do FIP estará presente nas companhias com poder de influência e decisão na política estratégica e gestão da empresa, fazendo parte do processo de amadurecimento da companhia para vendê-la futuramente. Os fundos que compõem o referido segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

d) Fundo Multimercado

Nesse segmento estão classificadas as quotas do Fundo Fortaleza Multimercado. O Fundo Fortaleza Multimercado possui política de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combina investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável, câmbio, entre outros. O fundo que compõe esse segmento é contabilizado diariamente pela variação de suas quotas.

e) Fundo Multimercado Estruturado

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos Fundos Multimercados Estruturados. Os Fundos Multimercados Estruturados possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável câmbio, entre outros. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

f) Fundo de Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas, que podem ser negociadas na B3 S.A - BRASIL. BOLSA. BALCÃO. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

g) Fundo de Investimento no Exterior

Nesse segmento estão classificadas as quotas de Fundos de Investimentos no Exterior. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

4.2.4.5. Derivativos

a) Mercado de Índice Futuro

Nessa conta são registradas as operações com contratos de índice futuro do Ibovespa, bem como seus respectivos ajustes diários. As referidas operações têm por finalidade proteger a carteira de renda variável contra oscilações de preços de mercado.

b) Dólar - Futuro

Nesse segmento são registradas as operações com contratos de dólar futuro, bem como seus respectivos ajustes diários. As referidas operações têm por finalidade proteger a carteira de investimento no exterior contra oscilações de preços de mercado.

4.2.4.6. Investimentos no Exterior

Nessa conta são lançados os investimentos em Brazilian Depositary Receipts (BDR Nível I). BDRs são recibos que representam ações emitidas por empresas externas, negociados na bolsa brasileira. Os ativos desse grupo são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO.

4.2.4.7. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição, com reavaliação anual determinada por avaliador independente. Do saldo individual de cada ativo, são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CNPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados anualmente de acordo com a instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Capitulo III, Seção VIII "Imóveis", artigo 17, inciso II.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para perdas com devedores duvidosos, apresentada no Item 4.1.

4.2.4.8. Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à tabela do item 4.1.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) da diferença entre o saldo devedor do financiamento e o limite de cobertura máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a..

4.2.4.9. Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.10. Recursos a Receber – Precatórios

Este segmento é composto pelos direitos a receber do Plano BD por meio de precatório, decorrente de processo transitado em julgado, que visava a correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento -OFNDs entre o período de abril de 1990 e fevereiro de 1991.

4.2.4.11. Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.10.

4.2.5. Ativo Permanente

4.2.5.1. Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida. O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente.

4.2.5.2. Intangível

A rubrica Intangível, estabelecida pela IN PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3. Composição do Passivo

4.3.1. Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2. Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa no item 5.6.4. Processos classificados como risco possível. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução CFC Nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3. Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos, subdividido em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

4.3.3.1. Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a) Benefícios Concedidos representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensionistas.
- b) Benefícios a Conceder representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2. Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura dos planos e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x Duração do Passivo do Plano)] x Provisões Matemáticas.

Para fins desse cálculo, são consideradas

as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3. Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

a) Gestão Previdencial - fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da CAPEF, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.

- b) Gestão Administrativa fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c) Investimentos fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4. Gestão de Risco

A CAPEF entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios, precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

Em atendimento aos normativos acima, a CAPEF desenhou processos, desenvolveu metodologias e elaborou sua Política de Gestão de Riscos com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da CAPEF.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A CAPEF possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos, Atuária e Controles Internos - ASGRA, que tem por objetivo o desenvolvimento e operacionalização da política de risco da Entidade, visando subsidiar a Diretoria Executiva na preservação da segurança nas aplicações financeiras e do equilíbrio atuarial dos planos. A política de ges-

tão de risco estabelece que deve se identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico-financeiro dos planos. Para a gestão de risco de mercado, a CAPEF utiliza-se de alguns instrumentos, são eles: o Value at Risk - VaR: Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da CAPEF, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano; e Comitê de Investimento, com reuniões mensais nas quais são discutidas opções de investimentos.
- b) Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas. O risco de crédito é mitigado por meio de utilização de um modelo próprio para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; da análise de prazo e taxa de retorno; da análise de indicadores financeiros; e de fatos relevantes do emissor. O resultado desse acompanhamento é apresentado, mensalmente, ao Comitê de Investimentos. Ademais, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da CAPEF.
- c) Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos. A liquidez dos planos da CAPEF é monitorada por meio de modelo Asset Liability Management – ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento; análises feitas no Relatório Trimestral de Risco; e realização anual de Teste de Stress para o Plano BD. Adicionalmente as práticas mencionadas, a CAPEF utiliza como acompanhamento os indicadores de liquidez desenvolvidos pela PREVIC, o índice de liquidez ampla (ILA) e o índice de liquidez restrita (ILR).
- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de

tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos, mapeando os processos e revisando-os constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados à essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.

- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade dos planos de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. Para acompanhar e mitigar esses riscos atuariais a CAPEF se utiliza de uma Assessoria de Gestão de Riscos, Atuárias e Controles Internos.
- f) Risco Sistêmico: É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta a economia como um todo. A CAPEF busca mitigar o risco sistêmico diversificando a alocação dos investimentos dos planos, inclusive no exterior, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Risco Atuária e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da CAPEF.

O acompanhamento dos investimentos é realizado diariamente, reportando à Diretoria Executiva e à Gerência de Investimento as rentabilidades dos planos frente às suas metas atuariais, bem como o enquadramento dos investimentos frente aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994 e pelas Políticas de Investimentos dos planos administrados.

4.5. Tributação

4.5.1. Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5°, a partir de 1°. de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

4.5.2. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TA-FIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e IN PC/PREVIC No. 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3. PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício, baseado na declaração de inconstitucionalidade do artigo §1º da Lei nº 9.718/1998, cujo entendimento era que o Pis e a Cofins somente incidiria sobre a receita bruta ou faturamento da pessoa jurídica, entendido como o resultado da venda de mercadorias e prestação de serviços. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 16 mil), os de-

pósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 40.998 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos do Plano BD (R\$ 244 mil) e do Plano CV (R\$ 17 mil). Em 2022, foi efetuado pelo Plano BD depósitos judiciais na ordem de R\$ 30.623 mil referente à ação, ainda em trâmite na justiça do trabalho, na qual participantes reivindicam que a CAPEF devolva contribuições extraordinárias de 15% incidentes sobre salários do período de janeiro à agosto de 1997.

| ne | - | - 1 |
|-------------|---|-----|
| T. T | m | |
| 114 | | |

| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|--------|--------|
| Adiantamentos | 16 | 24 |
| Depósitos Judiciais/Recursais | 40.998 | 11.005 |
| Outros Realizáveis | 261 | 295 |
| TOTAL | 41.275 | 11.324 |
| | | |

5.2. REALIZÁVEL - Gestão Administrativa

| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|--------|-------|
| (a) Contas a Receber | 271 | 222 |
| Contribuições para Custeio | 105 | 81 |
| Responsabilidade de Empregados | 142 | 122 |
| Responsabilidade de Terceiros | 24 | 19 |
| (b) Despesas Antecipadas | 228 | 190 |
| Adiantamentos | 141 | 108 |
| Pagamentos Antecipados | 81 | 66 |
| Almoxarifado | 6 | 16 |
| (c) Depósitos Judiciais/Recursais | 9.969 | 8.285 |
| (d) Tributos a Compensar | 6 | 6 |
| TOTAL | 10.474 | 8.703 |

O saldo deste grupamento corresponde a:

- a) Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; adiantamento concedidos aos funcionários e valores que serão ressarcidos por terceiros;
- b) Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, além do estoque de materiais de expediente e de limpeza;
- c) Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 7.1; e

d) Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente a ser ressarcido pela Receita Federal do Brasil.

5.3. REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da CAPEF, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

| DŒ | _ | ш | |
|-----|---|---|--|
| т.ъ | | | |
| | | | |

| | | K\$ IIIII |
|---|-----------|-----------|
| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
| INVESTIMENTOS | 6.245.348 | 5.891.240 |
| Títulos Públicos | 1.143.535 | 1.035.350 |
| Títulos Públicos Federais | 1.143.535 | 1.035.350 |
| Ativos Financeiros de Crédito Privado | 336.324 | 139.376 |
| Títulos Emitidos por Instituições Financeiras | 304.715 | 104.913 |
| Debêntures | 26.290 | 28.650 |
| Certificados de Operações Estruturadas - COE | 5.319 | 5.813 |
| Renda Variável | 68.626 | 109.480 |
| Ações | 68.626 | 109.480 |
| Fundos de Investimento | 4.200.757 | 4.214.447 |
| Fundo de Renda Fixa | 3.856.342 | 3.506.009 |
| Fundo de Ações | 56.919 | 81.657 |
| Fundo de Índice Referenciado | | 136.278 |
| Fundo de Investimentos em Participações - FIP | 45.961 | 14.273 |
| Fundo Multimercado | 113.051 | 106.665 |
| Fundo Multimercado Estruturado | 78.797 | 70.992 |
| Fundo de Investimento Imobiliário | 49.555 | 90.277 |
| Fundo de Investimento no Exterior | 132 | 208.296 |
| Derivativos | - | 3.562 |
| Dólar Futuro | | 3.562 |
| Investimento no exterior | - | 6.694 |
| Investimentos em Imóveis | 234.287 | 224.868 |
| Operações com Participantes | 170.591 | 156.211 |
| Empréstimos a Participantes | 164.162 | 149.418 |
| Financiamentos Imobiliários | 6.429 | 6.793 |
| Depósitos Judiciais/Recursais | 725 | 740 |
| Recursos a Receber - PRECATÓRIOS | 90.187 | - |
| Outros Realizáveis | 316 | 512 |

5.3.1. Títulos Públicos

5.3.1.1. Títulos Públicos Federais

Estão contabilizadas aplicações em Notas do Tesouro Nacional, Série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e CVI e estão discriminadas nos quadros abaixo, na posição de 31 de dezembro de 2022.

Carteira Própria - Plano BD - Títulos em 31/12/2022

| R\$ Mil |
|---------|
|---------|

| TIPO | EMISSOR/ PAPEL | vсто | QUANT. | VALOR DA APLICA- ÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGO- RIA | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTA- BILIZADO (R\$ MIL) |
|-------|-------------------|------------|--------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|--|
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 3.500 | 15.552 | 13.947 | 13.947 | NEGO- CIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2021 | 3.000 | 14.270 | 11.799 | 11.799 | NEGO- CIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2021 | 5.000 | 23.823 | 19.665 | 19.665 | NEGO- CIAÇÃO | 0 |
| TOTAL | | | | | 45.412 | 45.412 | | 0 |

Carteira Própria - Plano CV - Títulos em 31/12/2022

R\$ Mil

| | | | | | | | | K \$ IVIII |
|-------|------------------------|------------|--------|---|--------------------------------|---|-----------------|--|
| TIPO | EMIS- SOR/ PAPEL | vсто | QUANT. | VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁBIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGO- RIA | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABI- LIZADO (R\$ MIL) |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.971 | 7.720 | 7.866 | VENCI- MENTO | 146 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 4.000 | 10.014 | 15.391 | 15.732 | VENCI- MENTO | 342 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.937 | 7.592 | 7.866 | VENCI- MENTO | 274 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.925 | 7.542 | 7.866 | VENCI- MENTO | 324 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.925 | 7.542 | 7.866 | VENCI- MENTO | 324 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.959 | 7.592 | 7.866 | VENCI- MENTO | 274 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.947 | 7.541 | 7.866 | VENCI- MENTO | 325 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.279 | 7.905 | 7.866 | VENCI- MENTO | -39 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.919 | 11.857 | 11.799 | VENCI- MENTO | -58 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.987 | 11.940 | 11.799 | VENCI- MENTO | -141 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.240 | 7.841 | 7.866 | VENCI- MENTO | 25 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.240 | 7.841 | 7.866 | VENCI- MENTO | 25 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.952 | 11.891 | 11.799 | VENCI- MENTO | -92 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.910 | 11.825 | 11.799 | VENCI- MENTO | -26 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.259 | 7.851 | 7.866 | VENCI- MENTO | 15 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.251 | 7.841 | 7.866 | VENCI- MENTO | 25 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.877 | 11.761 | 11.799 | VENCI- MENTO | 38 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.922 | 11.825 | 11.799 | VENCI- MENTO | -26 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 2.562 | 3.821 | 3.933 | VENCI- MENTO | 112 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 2.555 | 3.811 | 3.933 | VENCI- MENTO | 122 |
| | | | | | | | | |

| TIPO | EMIS- SOR/ PAPEL | vсто | QUANT. | VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MERCADO (R\$ mil) | CATEGORIA | VALOR DA VA- RIAÇÃO MERCADO X CONTA- BILIZADO (R\$ MIL) |
|-------|------------------------|------------|--------|------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|------------|---|
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 2.595 | 3.868 | 3.933 | VENCIMENTO | 65 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 2.592 | 3.862 | 3.933 | VENCIMENTO | 71 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.918 | 11.773 | 11.799 | VENCIMENTO | 26 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.200 | 7.702 | 11.312 | 12.586 | VENCIMENTO | 1.274 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 2.427 | 3.558 | 3.933 | VENCIMENTO | 375 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.770 | 6.953 | 7.866 | VENCIMENTO | 913 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 7.140 | 10.276 | 11.799 | VENCIMENTO | 1.523 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 500 | 1.202 | 1.698 | 1.967 | VENCIMENTO | 269 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 300 | 721 | 1.019 | 1.180 | VENCIMENTO | 161 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.809 | 6.792 | 7.866 | VENCIMENTO | 1.074 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.737 | 7.883 | 7.866 | VENCIMENTO | -17 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 4.000 | 11.376 | 15.831 | 15.732 | VENCIMENTO | -99 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 500 | 1.437 | 1.965 | 1.967 | VENCIMENTO | 1 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.747 | 7.862 | 7.866 | VENCIMENTO | 4 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 4.923 | 7.572 | 7.866 | VENCIMENTO | 294 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 5.003 | 7.684 | 7.866 | VENCIMENTO | 182 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 3.444 | 4.376 | 3.933 | VENCIMENTO | -443 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 3.449 | 4.382 | 3.933 | VENCIMENTO | -449 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 32.454 | 40.782 | 39.330 | VENCIMENTO | -1.452 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 32.413 | 40.731 | 39.330 | VENCIMENTO | -1.401 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 32.560 | 40.893 | 39.330 | VENCIMENTO | -1.563 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 32.535 | 40.843 | 39.330 | VENCIMENTO | -1.512 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 4.200 | 13.657 | 17.129 | 16.519 | VENCIMENTO | -610 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 20.000 | 71.118 | 88.496 | 78.661 | VENCIMENTO | -9.835 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.400 | 37.037 | 46.085 | 40.903 | VENCIMENTO | -5.181 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 4.481 | 5.193 | 3.933 | VENCIMENTO | -1.260 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 44.883 | 52.014 | 39.330 | VENCIMENTO | -12.684 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 47.526 | 55.400 | 39.330 | VENCIMENTO | -16.069 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 47.841 | 55.669 | 39.330 | VENCIMENTO | -16.339 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 5.000 | 23.920 | 27.835 | 19.665 | VENCIMENTO | -8.170 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 5.000 | 23.920 | 27.835 | 19.665 | VENCIMENTO | -8.170 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 4.788 | 5.567 | 3.933 | VENCIMENTO | -1.634 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 1.000 | 4.791 | 5.566 | 3.933 | VENCIMENTO | -1.633 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2060 | 10.000 | 41.852 | 42.402 | 39.918 | VENCIMENTO | -2.485 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2027 | 6.000 | 23.774 | 24.028 | 24.028 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 1.000 | 3.702 | 3.985 | 3.985 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 2.600 | 9.792 | 10.361 | 10.361 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 2.300 | 9.314 | 9.165 | 9.165 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 4.000 | 17.003 | 15.940 | 15.940 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 2.000 | 8.601 | 7.970 | 7.970 | NEGOCIAÇÃO | 0 |

R\$ Mil

R\$ Mil

| TIPO | EMISSOR/ PAPEL | vсто | QUANT | VALOR DA APLICA- ÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MERCA- DO (R\$ mil) | CATEGORIA | VALOR DA VA- RIAÇÃO MERCADO X CONTA- BILIZADO (R\$ MIL) |
|-------|-------------------|------------|--------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|---|
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2050 | 7.000 | 29.223 | 27.895 | 27.895 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.500 | 10.851 | 9.833 | 9.833 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 3.000 | 12.422 | 11.799 | 11.799 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 2.000 | 8.153 | 7.866 | 7.866 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/05/2055 | 10.000 | 38.452 | 39.330 | 39.330 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| NTN-B | TESOURO | 15/08/2060 | 10.000 | 39.787 | 39.918 | 39.918 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| TOTAL | | | | | 1.098.123 | 1.015.341 | | -82.782 |

A CAPEF, em atenção ao parágrafo segundo do art. 37, da Resolução CNPC N° 43, de 06 de agosto de 2021, declara a sua intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Em conformidade com o parágrafo §1º do artigo 32 da Resolução CNPC Nº 43/2021, a CAPEF realizou o alongamento de parte da carteira do Plano CV I, gerando um resultado positivo de R\$ 5.250 mil, refletido no resultado do plano. O quadro a seguir detalha a relação de títulos negociados durante o ano de 2022:

| R\$ | ٨ | 1 | i | I |
|-----|---|---|---|---|
| | | | | |

| | APURAÇÃO DO RESULTADO NAS VENDAS - PLANO CV I | | | | | | | | | | | |
|------------|---|--------|-------------------------|------------|-------------------|-------|--|--|--|--|--|--|
| DATA | CÓDIGO | QUANT. | TAXA MÉDIA DE VENDAS | VENCIMENTO | VALOR DA VENDA | LUCRO | | | | | | |
| | B187041 | | | | 41.202 | | | | | | | |
| | B187055 | | | 15/05/2055 | | | | | | | | |
| 30/05/2022 | B187059 | 10.000 | 5,76 | | | 5.250 | | | | | | |
| | B187061 | | | | | | | | | | | |
| | B187062 | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | 41.202 | 5.250 | | | | | | |

R\$ Mil

| | APURAÇÃO DO RESULTADO NAS COMPRAS - PLANO CV I | | | | | | | | | | | |
|---|--|---------|--------|------|------------|--------|--|--|--|--|--|--|
| DATA CÓDIGO QUANT. TAXA MÉDIA DE VENCIMENTO VALOR DA COMP | | | | | | | | | | | | |
| | 30/05/2022 | B627064 | 10.000 | 5,76 | 15/08/2060 | 41.852 | | | | | | |
| | TOTAL | | | | | 41.852 | | | | | | |

5.3.1.1.1. Ajuste de Precificação

As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais". O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 8.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais" de que trata a Resolução CNPC Nº. 30, de 10 de outubro de 2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, e dos valores que correspondem à apuração do "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais", também de acordo com a referida Resolução.

Plano BD - Títulos Selecionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

| ISIN | Fração | Taxa de apropriação | Quantidade | Incluir | ISIN | Fração | a de apropria | | Incluir |
|--------------|--------|---------------------|------------|---------|--------------|--------|---------------|-------|---------|
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,052973647 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000003 | 2500 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,053185454 | 20000 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000003 | 2500 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,05399006 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000003 | 2500 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054390042 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000003 | 2500 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054190204 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000004 | 15000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054300031 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000004 | 3000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054300031 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05000004 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054300031 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,05200574 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054300031 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB007 | 1 | 0,05159955 | 20000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054790129 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,08548032 | 5000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054200091 | 5000 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,08068667 | 3000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054290025 | 20000 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,06540004 | 15500 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,053715471 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,0646001 | 20000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,053715471 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,06499102 | 18385 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,08000012 | 10000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,08082111 | 5000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,07309999 | 10000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,07210007 | 12000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,06370005 | 21000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,07331201 | 11500 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,07200007 | 7239 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054046546 | 2500 | 1 | BRSTNCNTB0A6 | 1 | 0,0842854 | 5000 | 1 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,054461986 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,04000603 | 42000 | 0 |
| BRSTNCNTB682 | 1 | 0,0569998 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05203391 | 10000 | 1 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050490088 | 10000 | 0 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05203391 | 10000 | 1 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050390012 | 20000 | 0 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05203391 | 1600 | 1 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050200062 | 4000 | 0 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05203391 | 1400 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050200062 | 3000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05193394 | 3000 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,051400137 | 10000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05193394 | 990 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,051900025 | 6000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05193394 | 10 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,051900025 | 14000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05202947 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050990101 | 10000 | 0 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05142539 | 8000 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050590039 | 20000 | 0 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05132105 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050600061 | 22000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,05132105 | 8200 | 0 |
| BRSTNCNTB3B8 | 1 | 0,050600061 | 8000 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,06368704 | 20000 | 1 |
| BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,063167111 | 97090 | 1 | BRSTNCNTB3D4 | 1 | 0,0636684 | 20000 | 0 |
| BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,050000025 | 10000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,0405886 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB0O7 | 1 | 0,050000025 | 2500 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,04059544 | 9000 | 0 |
| BRSTNCNTB007 | 1 | 0,050000025 | 2500 | 0 | | | | | |

Plano BD - Valor do ajuste de Precificação

Duration do Passivo: 8,8752 Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015: Duration do passivo: 8,8752. Duration do ativo: 8,8083. Atende. Duration do Ativo 8,8083 Volume financeiro: 2.258.892.032,00 Volume financeiro carteira: 2.046.137.344,00 Ajuste: 212.754.528,00 Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015: Número de inconsistências: 0. Atende.

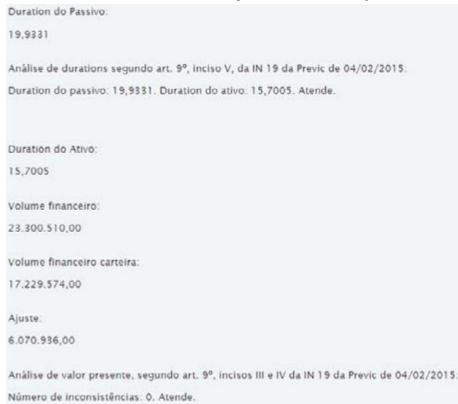
O ajuste de precificação, do Plano BD, referente ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 212.754 mil.

Para o Plano CV I, os títulos públicos da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, e os valores que correspondem à apuração do "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais", constam do quadro a seguir:

Plano CV I - Títulos Selecionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

| ISIN | Fração | Taxa de apropriação | Quantidade | Incluir | ISIN | Fração | Taxa de apropriação | Quantidade | Incluir |
|--------------|--------|---------------------|------------|---------|--------------|--------|---------------------|------------|---------|
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063251987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,073199986 | 500 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063486987 | 4000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,073199986 | 300 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064499987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,073199986 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064999987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061699987 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064999987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061399987 | 4000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064499987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061899987 | 500 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,065004987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061899987 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061499987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064699987 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061499987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063599987 | 2000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,060992988 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,054265947 | 1000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,062099987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,054165981 | 1000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,062099987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,059223498 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061292987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,059313551 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061699987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,059029329 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061999987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,059117629 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,062099987 | 2000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,059223567 | 4200 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,062099987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,053498829 | 20000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,061699987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,05339884 | 10400 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063999987 | 1000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,043000034 | 1000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,064199987 | 1000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,042900006 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063099987 | 1000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,039005015 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,063199987 | 1000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,038709965 | 10000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,062023987 | 3000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,038709965 | 5000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,069989986 | 3200 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,038709965 | 5000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,069471986 | 1000 | 0 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,038712438 | 1000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,071313986 | 2000 | 1 | BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,038714956 | 1000 | 0 |
| BRSTNCNTB4Q4 | 1 | 0,072499986 | 3000 | 1 | BRSTNCNTB690 | 1 | 0,057553271 | 10000 | 0 |

Plano CV I - Valor do ajuste de Precificação



O ajuste de precificação, do Plano CV I, referente ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 6.070 mil.

5.3.2. Ativos Financeiros de Créditos Privados

5.3.2.1. Títulos Emitidos por Instituições Financeiras

Neste grupo estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras - LF e Certificado de Depósito Bancário - CDB pertencentes exclusivamente ao Plano CV I, cujos parâmetros utilizados na determinação de seus valores variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Carteira Própria - Plano CV I

| De | MAIL |
|----|------|
| | |

| | | | | | | | | · . |
|-------|---------------|------------|--------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|---|
| TIPO | EMISSOR/PAPEL | vсто | QUANT | VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGORIA (VENCIMENTO/ MERCADO) | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL) |
| LF | BRADESCO | 14/06/2023 | 14 | 5.292 | 10.591 | 10.591 | VENCIMENTO | - |
| LF | BRADESCO | 14/06/2023 | 14 | 5.292 | 10.591 | 10.591 | VENCIMENTO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 08/07/2024 | 340 | 17.000 | 17.627 | 17.627 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | DAYCOVAL | 08/07/2024 | 400 | 20.000 | 20.738 | 20.738 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | VOTORAMTIM | 17/02/2025 | 300 | 15.000 | 16.150 | 16.150 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 01/09/2025 | 6 | 3.000 | 5.216 | 5.216 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | SAFRA | 01/09/2025 | 6 | 3.000 | 5.035 | 5.035 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 19/09/2025 | 4 | 2.000 | 3.495 | 3.495 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | SAFRA | 01/12/2025 | 4 | 2.000 | 3.032 | 3.032 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 23/01/2026 | 20 | 10.000 | 14.631 | 14.631 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | ABC | 22/07/2026 | 200 | 10.000 | 10.256 | 10.256 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 17/01/2028 | 1 | 572 | 574 | 574 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 31/01/2028 | 15 | 7.914 | 7.920 | 7.920 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 31/01/2028 | 11 | 5.223 | 5.227 | 5.227 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 31/01/2028 | 11 | 5.223 | 5.227 | 5.227 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | SAFRA | 20/12/2028 | 150 | 15.000 | 15.835 | 15.835 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | SAFRA | 05/02/2029 | 500 | 25.000 | 26.782 | 26.782 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 05/02/2029 | 500 | 25.000 | 26.012 | 26.012 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | DAYCOVAL | 20/09/2029 | 200 | 10.000 | 9.856 | 9.856 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | SAFRA | 20/09/2029 | 20 | 10.000 | 9.932 | 9.932 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 15/04/2031 | 186 | 10.030 | 10.055 | 10.055 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 15/04/2031 | 24 | 1.294 | 1.297 | 1.297 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 15/04/2031 | 120 | 6.472 | 6.487 | 6.487 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BRADESCO | 15/04/2031 | 40 | 2.157 | 2.162 | 2.162 | NEGOCIAÇÃO | - |
| LF | BTG PACTUAL | 13/07/2032 | 50 | 20.000 | 20.628 | 20.628 | NEGOCIAÇÃO | - |
| CDB | SAFRA | 14/03/2023 | 12.000 | 12.000 | 13.085 | 13.085 | NEGOCIAÇÃO | - |
| CDB | BTG PACTUAL | 14/03/2023 | 240 | 12.000 | 13.181 | 13.181 | NEGOCIAÇÃO | - |
| CDB | VOTORAMTIM | 16/03/2023 | 12.000 | 12.000 | 13.092 | 13.092 | NEGOCIAÇÃO | - |
| TOTAL | | | | | 304.715 | 304.715 | | |

Ressalte-se que as Letras Financeiras acima não são precificadas pela ANBI-MA. Assim, o valor de mercado informado desses ativos encontra-se igual ao seu valor contábil.

5.3.2.2. Debêntures

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em debêntures da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes ao Plano CV I e debêntures da Localiza Rent Car pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Carteira Própria - Plano BD

| | | | | | | | | K\$ MII |
|---------------------|---------------|------------|--------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|---|
| TIPO | EMISSOR/PAPEL | vсто | QUANT | VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGORIA | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL) |
| DE- BEN- TURE | Localiza | 15/03/2031 | 10.000 | 10.000 | 9.950 | 9.950 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| TOTAL | | | | | 9.950 | 9.950 | | |

Carteira Própria - Plano CV I

| TIPO | EMISSOR/PAPEL | vсто | QUANT | VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGORIA (VENCIMENTO/ MERCADO) | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL) |
|---------------------|-----------------------------------|------------|--------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|---|
| DE- BEN- TURE | Localiza | 15/03/2031 | 10.000 | 10.000 | 9.950 | 9.950 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| DE- BEN- TURE | Cia Energética de Minas Gerais | 15/02/2025 | 1.000 | 998 | 1.360 | 1.350 | VENCIMENTO | -9 |
| DE- BEN- TURE | Cia Energética de Minas Gerais | 15/02/2025 | 3.700 | 3.692 | 5.030 | 4.996 | VENCIMENTO | -35 |
| TOTAL | | | | | 16.340 | 16.296 | | -44 |

Ressalta-se que a debênture da Localiza tem sua precificação marcada a mercado e as debêntures da Cemig a vencimento.

5.3.2.3. Certificado de Operações Estruturadas - COE

Estão contabilizadas aplicações em Certificado de Operações estruturadas - COE pertencente ao plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores do COE varia em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Ressalte-se que o COE tem sua precificação marcada a mercado.

Carteira Própria - Plano BD

| | | | | | | | | R\$ Mil |
|-------|-------------------------|------------|-------|---|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|---|
| TIPO | EMISSOR/PAPEL | vсто | QUANT | VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil) | VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil) | VALOR A MER- CADO (R\$ mil) | CATEGORIA | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL) |
| COE | Banco Morgan Stanley | 16/06/2025 | 5.000 | 5.000 | 5.319 | 5.319 | NEGOCIAÇÃO | 0 |
| TOTAL | | | | | 5.319 | 5.319 | | 0 |

5.3.3. Renda Variável

5.3.3.1. Ações

A Carteira é composta por ações de companhias abertas pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

Carteira Própria - Plano BD

| ATIVOS | CUSTO DE AQUISIÇÃO | VALOR A MERCADO | |
|-------------------|--------------------|-----------------|--|
| BNBR3 | 220 | 20.499 | |
| DIVIDENDOS/ JUROS | - | 274 | |
| TOTAL | 220 | 20.773 | |
| | | | |

Carteira Própria - Plano CV

| ATIVOS | CUSTO DE AQUISIÇÃO | VALOR A MERCADO |
|-------------------|--------------------|-----------------|
| ABEV3 | 3.092 | 2.921 |
| AESB3 | 1.571 | 1.156 |
| B3SA3 | 2.272 | 1.638 |
| BBAS3 | 3.382 | 3.195 |
| BBDC4 | 4.587 | 3.642 |
| BBSE3 | 2.023 | 2.329 |
| CPFE3 | 1.901 | 1.793 |
| CPLE6 | 1.587 | 2.671 |
| CSAN3 | 3.509 | 3.323 |
| EGIE3 | 2.097 | 1.750 |
| JBSS3 | 3.281 | 2.709 |
| NGRD3 | 592 | 109 |
| PETR4 | 8.315 | 9.437 |
| POSI3 | 600 | 1.189 |
| RDOR3 | 2.481 | 1.266 |
| SAPR4 | 1.907 | 1.737 |
| SQIA3 | 605 | 400 |
| TAEE11 | 1.342 | 1.474 |
| TRPL4 | 1.964 | 1.879 |
| VALE3 | 862 | 1.449 |
| VLID3 | 592 | 602 |
| DIVIDENDOS/ JUROS | <u>-</u> | 1.182 |
| TOTAL | 48.563 | 47.853 |

5.3.4. Fundos de Investimento

5.3.4.1. Fundo de Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela CAPEF é composta pelo fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo, com gestão da CAPEF, cotas do fundo Capital Market, pertencentes à carteira própria do plano BD; cotas dos fundos Vinci Fl Renda Fixa Imobiliário e Vinci Fl Renda Fixa Imobiliário II e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional, estes três últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF e o fundo Caixa Referenciado DI RF, fundo Safra Capital Referenciado DI e o fundo AZ Quest Luce FI RF DI, tem suas cotas pertencentes exclusivamente à carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado. Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada:

| TIPO | EMISSOR / PAPEL | VENCIMENTO | QUANT. | VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL) | VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL) | VALOR A MERCADO (R\$ MIL) | CATEGORIA | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL) |
|---|------------------|------------|-----------|------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|------------|---|
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2027 | 165.000 | 655.239 | 678.761 | 660.782 | Vencimento | -17979 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2030 | 119.000 | 485.732 | 512.937 | 484.755 | Vencimento | -28181 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2035 | 172.090 | 484.866 | 708.291 | 688.094 | Vencimento | -20197 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2045 | 143.624 | 210.364 | 516.815 | 566.636 | Vencimento | 49822 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2050 | 145.200 | 557.343 | 671.269 | 578.614 | Vencimento | -92655 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2055 | 19.000 | 89.452 | 102.565 | 74.728 | Vencimento | -27838 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2024 | 1.422 | 2.645 | 5.762 | 5.762 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2030 | 20.000 | 78.738 | 81.471 | 81.471 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2035 | 12.600 | 19.977 | 50.381 | 50.381 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2045 | 6.600 | 8.294 | 26.039 | 26.039 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/05/2055 | 1.500 | 6.115 | 5.900 | 5.900 | Negociação | 0 |
| CDB | BPAC | 10/02/2023 | 200 | 10.000 | 11.154 | 11.154 | Negociação | 0 |
| CDB | BSAF | 14/03/2023 | 13.000 | 13.000 | 14.175 | 14.175 | Negociação | 0 |
| CDB | BPAC | 14/03/2023 | 260 | 13.000 | 14.280 | 14.280 | Negociação | 0 |
| CDB | VOTO | 16/03/2023 | 13.000 | 13.000 | 14.183 | 14.183 | Negociação | 0 |
| LF | VOTO | 17/02/2025 | 300 | 15.000 | 16.149 | 16.149 | Negociação | 0 |
| LF | BPAC | 10/02/2026 | 300 | 15.000 | 15.980 | 15.980 | Negociação | 0 |
| LF | BSAF | 10/02/2026 | 500 | 25.000 | 26.987 | 26.987 | Negociação | 0 |
| LF | BPAC | 20/12/2028 | 200 | 10.000 | 10.388 | 10.388 | Negociação | 0 |
| LF | BSAF | 20/12/2028 | 100 | 10.000 | 10.563 | 10.563 | Negociação | 0 |
| COMPROMISSADA | Tesouro Nacional | 01/03/2027 | 12.690 | 0 | 158.532 | 158.532 | Negociação | 0 |
| CONTAS PAGAR/RECEBER | - | - | 0 | 0 | -45 | -45 | - | 0 |
| TESOURARIA | - | - | 0 | 0 | 159 | 159 | - | 0 |
| (A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo | - | - | - | 0 | 3.652.696 | 3.515.667 | - | -137.029 |
| (B) Cota do fundo Vinci FI RF Imobiliário | Vinci | - | 142.324 | 0 | 10.355 | 10.355 | Negociação | 0 |
| (C) Cota do fundo Capital Market | BTG Pactual | - | 22.376 | 0 | 245 | 245 | Negociação | 0 |
| (D) Cotas do fundo Santander FIC Referenciado DI RF | Santander Asset | - | 693.445 | 0 | 153.601 | 153.601 | Negociação | 0 |
| (E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF | BNB | - | 1.138.528 | 0 | 2.124 | 2.124 | Negociação | 0 |
| (F) Cotas do fundo Caixa FI Referenciado DI RF | CEF | - | 31.602 | 0 | 139 | 139 | Negociação | 0 |
| (G) Cota do fundo VINCI FI RF IMOBI II | Vinci | - | 325.000 | 0 | 36.901 | 36.901 | Negociação | 0 |
| (H) Cota do fundo Safra Caital Referenciado DI | Safra | - | 1.037 | 0 | 243 | 243 | Negociação | 0 |
| (I) Cota do fundo AZ Quest Luce FI RF DI | AZ Quest | - | 14.454 | 0 | 25 | 25 | Negociação | 0 |
| Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F+G+H+I) | - | - | - | 0 | 3.856.329 | 3.719.299 | - | -137.029 |
| (-) Bloqueio Judicial | | - | | 0 | 13 | 0 | - | 0 |
| Total Fundos de Renda Fixa | | | | 0 | 3.856.342 | 3.719.299 | _ | -137.029 |

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

Segue o detalhamento dos fundos de Renda Fixa abertos:

PLANO BD

| FUNDOS RENDA FIXA | CNPJ | ADMINSITRADOR | GESTOR | POSIÇÃO (R\$) |
|--|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------|
| Santander Institucional Pre- mium FIC Renda Fixa Referen- ciado DI | 02.224.354/0001-45 | Banco Santander | Santander Brasil Asset Management | 3.810 |
| Vinci Imobiliário FI Renda Fixa Crédito Privado | 17.136.970/0001-11 | BEM DTVM | Vinci Partners | 5.177 |
| Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado | 31.248.496/0001-40 | BEM DTVM | Vinci Partners | 8.516 |
| BTG Pactual Capital Markets Fl Renda Fixa | 04.501.865/0001-92 | BTG Pactual Servi- ços Financeiros | BTG Pactual Asset Management | 245 |
| TOTAL | | | | 17.748 |

PLANO CV I

| FUNDOS RENDA FIXA | CNPJ | ADMINSITRADOR | GESTOR | POSIÇÃO (R\$) |
|---|--------------------|------------------------------------|--------------------------------------|---------------|
| BNB Institucional FI Renda Fixa | 21.307.581/0001-89 | Santander Caceis | Banco do Nordeste do Brasil | 2.124 |
| Santander Institucional Premium FIC Renda Fixa Referenciado DI | 02.224.354/0001-45 | Banco Santander | Santander Brasil Asset Management | 149.791 |
| Vinci Imobiliário FI Renda Fixa Crédito Privado | 17.136.970/0001-11 | BEM DTVM | Vinci Partners | 5.178 |
| Caixa Brasil Fl Renda Fixa Referenciado Dl LP | 03.737.206/0001-97 | Caixa Econômica Fe- deral | CAIXA Asset | 139 |
| Safra Capital Market Pre- mium FIC Renda Fixa Refe- renciado DI Crédito Privado | 17.254.044/0001-40 | Safra Asset Manage- ment | Safra Asset Manage- ment | 243 |
| Az Quest Luce FIC Renda Fixa Crédito Privado LP | 23.556.185/0001-10 | BNY Mellon Serviços Financeiros | AZ Quest Investi- mentos | 25 |
| Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado | 31.248.496/0001-40 | BEM DTVM | Vinci Partners | 28.385 |
| TOTAL | | | | 185.885 |

As cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da CAPEF: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 32.616.003,0811465 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.244.710,524352 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

| | | R\$ Mil |
|--|-----------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo | 3.652.697 | 3.446.397 |
| Plano BD | 3.518.425 | 3.326.246 |
| Plano de Gestão Administrativa | 134.272 | 120.151 |

Respeitando o §1º do artigo 32 da Resolução CNPC Nº 43/2021, a CAPEF alongou parte da carteira do fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo, gerando um resultado positivo de R\$ 31.367 mil, refletido na cota do fundo. No quadro abaixo, segue relação de títulos negociados do fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo, em 2022.

Plano BD

| VENDAS | | | | | | | | | | |
|------------|---|------------|---------------------|------------|-------------|--------|--|--|--|--|
| | APURAÇÃO DO RESULTADO NAS VENDAS - Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo | | | | | | | | | |
| DATA | CÓDIGO | QUANTIDADE | TAXA MÉDIA DE VENDA | VENCIMENTO | VALOR VENDA | LUCRO | | | | |
| 20/12/2022 | B141263 B141264 B141267 | 20.000 | 6,40 | 15/05/2045 | 76.709 | 31.367 | | | | |
| 22/12/2022 | B141268 B141296 | 20.001 | 6,39 | 15/05/2045 | 76.870 | | | | | |
| | | | | TOTAL | 153.579 | 31.367 | | | | |

| COMPRAS | | | | | R\$ Mil | | |
|--|---------|------------|----------------------|------------|--------------|--|--|
| APURAÇÃO DO RESULTADO NAS COMPRAS - Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo | | | | | | | |
| DATA | CÓDIGO | QUANTIDADE | TAXA MÉDIA DE COMPRA | VENCIMENTO | VALOR COMPRA | | |
| 20/12/2022 | B688287 | 20.000 | 6,37 | 15/05/2050 | 77.836 | | |
| 22/12/2022 | B689087 | 20.000 | 6,37 | 15/05/2050 | 77.923 | | |
| | | | | TOTAL | 155.760 | | |

5.3.4.2. Ações

Rubrica composta por cotas de 7 (sete) fundos de ações pertencentes ao Plano CV I:

PLANO BD

| FUNDOS DE AÇÕES | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|----------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------|--------|
| VINCI MOSAI INST FIA | 28.470.587/0001-11 | BEM DTVM | Vinci Partners | 1.025.247 | 6.509 |
| BNP ACTION FIC FIA | 12.239.939/0001-92 | BNP Paribas | BNP Paribas Asset Management | 47 | 16 |
| NEO NAVITAS FIC FIA | 11.961.199/0001-30 | Intrag DTVM | NEO Investimentos | 6.920.097 | 16.012 |
| ITAU INST AC PHOENIX | 23.731.629/0001-07 | Itaú Unibanco | Itaú Asset Manage- ment | 552 | 10 |
| CONSTANCIA FUND FIA | 11.182.064/0001-77 | BEM DTVM | Constância Investi- mentos | 2.825.349 | 10.379 |
| OCCAM FIC FIA | 11.628.883/0001-03 | BEM DTVM | Occam Brasil | 5.414.912 | 17.289 |
| SUL AM SELECTION FIA | 16.892.122/0001-70 | SulAmérica Investi- mentos | SulAmérica Investi- mentos | 516.977 | 6.704 |
| TOTAL | | | | 0 | 56.919 |

5.3.4.3. Fundo de Investimentos em Participações - FIP

Segmento composto por cotas de fundos de investimentos em participações – FIP pertencentes às carteiras dos planos BD e CV I. Os FIP's são fundos que investem seus recursos em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor do fundo tem poder de influência e decisão na política, estratégica e gestão da empresa investida.

PLANO BD

| FUNDOS DE AÇÕES | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|----------------------|--------------------|---------------|--------------------------|------------|-------|
| LACAN FL III FDR FIP | 32.527.734/0001-10 | Banco Genial | Lacan Investimentos | 395 | 4.714 |
| KINEA P V FDR II FIP | 41.776.922/0001-72 | Intrag DTVM | Kinea Investimen- tos | 3.348 | 2.796 |
| TOTAL | | | | 0 | 7.510 |

PLANO CVI

| FUNDOS DE AÇÕES | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|----------------------|--------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|------------|--------|
| VINCI IMP R IV FDR B | 33.045.952/0001-80 | BTG Pactual Servi- ços Financeiros | Vinci Partners | 4.216 | 3.176 |
| BTG ECON REAL FIP | 35.640.811/0001-31 | BTG Pactual Servi- ços Financeiros | BTG Pactual Gesto- ra de Recursos | 12.000.000 | 21.131 |
| SPEC V INST FIP MULT | 35.641.113/0001-50 | BTG Pactual Servi- ços Financeiros | Spectra Investi- mentos | 5.259.557 | 6.633 |
| LACAN FL III FDR FIP | 32.527.734/0001-10 | Banco Genial | Lacan Investimen- tos | 395 | 4.714 |
| KINEA P V FDR II FIP | 41.776.922/0001-72 | Intrag DTVM | Kinea Investimen- tos | 3.348 | 2.797 |
| TOTAL | | | | 0 | 38.45 |

5.3.4.4. Fundo Multimercado

A rubrica Fundo Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado, multimercado institucional, cujos títulos e valores mobiliários encontram--se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos exclusivamente do Plano BD.

Fundo Fortaleza Multimercado:

| TIPO | EMISSOR / PAPEL | VENCIMENTO | QUANTIDADE | VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL) | VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL) | VALOR A MERCADO (R\$ MIL) | VALOR A MERCADO (R\$ MIL) | VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL) |
|----------------------------|--------------------------|------------|------------|------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---|
| Fundo Imobiliário | IRDM11 | - | 28.710 | 3.032 | 2.651 | 2.651 | Negociação | 0 |
| Fundo Imobiliário | RECR11 | - | 29.550 | 2.997 | 2.594 | 2.594 | Negociação | 0 |
| Fundo Imobiliário | TGAR11 | - | 34.653 | 4.621 | 4.228 | 4.228 | Negociação | 0 |
| Fundo de Renda Fixa | SANT RF INS PREM FIC | - | 61.378 | 0 | 13.596 | 13.596 | Negociação | 0 |
| Fundo de Renda Fixa | VINCI FIRF IMOB CP | - | 66.205 | 0 | 4.817 | 4.817 | Negociação | 0 |
| Fundo de Renda Fixa | VINCI FI RF IMOBI II | - | 75.000 | 0 | 8.516 | 8.516 | Negociação | 0 |
| Fundo de Renda Fixa | SAFRA CM PREM FFIRF | - | 43.042 | 0 | 10.095 | 10.095 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2050 | 1.000 | 4.417 | 3.985 | 3.985 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2050 | 2.000 | 8.889 | 7.970 | 7.970 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2050 | 3.000 | 13.334 | 11.955 | 11.955 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2050 | 2.000 | 8.850 | 7.970 | 7.970 | Negociação | 0 |
| NTN-B | Tesouro Nacional | 15/08/2030 | 8.000 | 32.785 | 34.530 | 32.589 | Vencimento | -1.944 |
| Contas a pagar e a receber | - | - | 0 | 0 | 58 | 58 | - | 0 |
| Tesouraria | - | - | 0 | 0 | 86 | 86 | - | 0 |
| TOTAL DO FUNDO FORTALEZA | TOTAL DO FUNDO FORTALEZA | | | | | 111.107 | | -1.944 |

5.3.4.5. Fundo Multimercado Estruturado

As cotas dos fundos de Investimentos Multimercado Estruturados são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos classificados como Multimercado Estruturados possuem políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

PLANO CVI

| FUNDOS MULTIMERCA- DOS ESTRUTURADOS | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|--|--------------------|---------------------------------------|-----------------------------|------------|--------|
| CAPTALY ORION FFIMCP | 05.583.449/0001-43 | Santander Caceis | Captalys | 3.537.071 | 31.119 |
| IBIUNA HDG STH FCFIM | 15.799.713/0001-34 | BEM DTVM | lbiuna Investimen- tos | 42.012 | 15.467 |
| VINCI VALOREM FIM | 13.396.703/0001-22 | BEM DTVM | Vinci Partners | 33.123 | 8.642 |
| VINCI CD MLTE FIM CP | 37.099.037/0001-29 | BTG Pactual Servi- ços Financeiros | Vinci Partners | 7.536.227 | 9.723 |
| ABS VERTEX II FICFIM | 23.565.803/0001-99 | BNY Mellon Servi- ços Financeiros | Absolute Investi- mentos | 5.939.701 | 13.845 |
| TOTAL | | | | 0 | 78.797 |

5.3.4.6. Fundo de Investimento Imobiliário - FII

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas, conforme quadros a seguir:

| Plano BD | | | | | R\$ Mil |
|---|--------------------|----------------------------------|----------------------------|--------|---------|
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - FII | CNPJ | Adminsitrador | Gestor | custo | VALOR |
| IRDM11 | 28.830.325/0001-10 | BTG Pactual Serviços Financeiros | Iridium Gestão de Recursos | 5.111 | 4.421 |
| RECR11 | 28.152.272/0001-26 | BRL Trust Investimentos | BRL Trust Investimentos | 4.637 | 4.045 |
| TGAR11 | 25.032.881/0001-53 | Vórtx | TG Core Asset | 6.155 | 5.674 |
| TOTAL | | | | 15.903 | 14.140 |
| Plano CV I | | | | | R\$ Mil |
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - FII | CNPJ | Adminsitrador | Gestor | CUSTO | VALOR |
| IRDM11 | 28.830.325/0001-10 | BTG Pactual Serviços Financeiros | Iridium Gestão de Recursos | 10.691 | 9.292 |
| RECR11 | 28.152.272/0001-26 | BRL Trust Investimentos | BRL Trust Investimentos | 12.030 | 10.349 |
| TGAR11 | 25.032.881/0001-53 | Vórtx | TG Core Asset | 16.855 | 15.774 |

5.3.4.7. Fundos de Investimentos no Exterior

Segmento composto por cotas de fundos de Investimentos no Exterior, detidas pelos planos BD e CV I. Os fundos alocam seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos.

PLANO BD

| FUNDOS DE INVESTI- MENTOS NO EXTERIOR | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|--|--------------------|---------------|-------------------------------------|------------|-------|
| FRAK MAR CUR FIA IE | 35.578.945/0001-70 | BNP Paribas | Franklin Templeton Investimentos | 47 | 42 |
| TOTAL | | | | 0 | 42 |

PLANO CVI

| FUNDOS DE INVESTI- MENTOS NO EXTERIOR | CNPJ | ADMINISTRADOR | GESTOR | QUANTIDADE | VALOR |
|--|--------------------|---------------|----------------------------|------------|-------|
| ITAU WORLD EQ FICFIA | 31.217.153/0001-19 | ltaú Unibanco | ltaú Asset Manage- ment | 1.059 | 20 |
| WE ASSET M OP FIM IE | 22.282.992/0001-20 | BNP Paribas | Western Asset | 34 | 53 |
| Valores a receber | | | | 0 | 17 |
| TOTAL | | | | 0 | 90 |

5.3.5. Investimentos em Imóveis

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2022 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 234.287 mil. No Plano BD R\$ 232.642 mil (R\$ 223.172, em 2021), relativo às edificações e respectivos direitos creditórios de locações e alienações. Compondo o PGA temos R\$ 1.645 mil (R\$ 1.697 mil em 2021) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2022:

| Plano BD | | | R\$ Mil |
|--------------------------------------|-----------|----------|---------|
| ATIMOS | POSIÇÃO (| VARIAÇÃO | |
| ATIVOS | 2022 | 2021 | (%) |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 232.642 | 223.172 | 4,24% |
| EDIFICAÇÕES | 232.190 | 222.593 | 4,31% |
| IMÓVEIS LOCADOS | 146.193 | 135.335 | 8,02% |
| IMÓVEIS DESOCUPADOS | 85.630 | 86.900 | -1,46% |
| OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO) | 367 | 358 | 2,62% |
| DIREITOS CREDITÓRIOS | 452 | 579 | -21,81% |
| LOCAÇÕES | 452 | 538 | -15,88% |
| ALIENAÇÕES | 0 | 41 | -100% |

| Plano Gestão Administrativa R\$ Mil | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|----------------------|-----|--|--|--|
| ATIMOS | POSIÇÃO (| POSIÇÃO (EM R\$ MIL) | | | | |
| ATIVOS | 2022 | 2021 | (%) | | | |
| TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 1.645 | 1.645 | 0% | | | |
| EDIFICAÇÕES | 1.645 | 1.645 | 0% | | | |
| IMÓVEIS DESOCUPADOS | 1.645 | 1.645 | 0% | | | |

5.3.5.1. Edificações

Ao longo do exercício de 2022, no tocante aos ativos edificados, a carteira sofreu aumentos e diminuições patrimoniais decorrentes dos imóveis reavaliados no Plano BD. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de avaliação independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 8.935 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

PLANO BD R\$ Mil

| | IMÓVEL | | VA | VADIAÇÃO | | |
|----|------------------------------------|--------|-------------------|-----------------------|--------------|-----------------|
| UF | | MÊS | CUSTO CONTÁBIL | VALOR DE AVALIAÇÃO | RESULTADO | VARIAÇÃO (%) |
| ВА | Edificio Boulevard Financeiro | set/22 | 13.200 | 15.475 | 2.275 | 17,24% |
| ВА | Edificio Catabas Center | set/22 | 16.614 | 18.377 | 18.377 1.763 | |
| CE | Edificio Atlantic Center | set/22 | 453 | 369 | (84) | -18,54% |
| CE | Edificio Beira Mar Trade Center | set/22 | 9.204 | 9.369 165 | | 1,79% |
| CE | Edificio Fran Car- valho | set/22 | 16.990 | 16.130 | 16.130 (860) | |
| CE | Edificio Pedro Filo- meno | set/22 | 811 | 818 | 7 | 0,86% |
| CE | Edificio Barao de Studart | set/22 | 15.182 | 16.595 | 1.413 | 9,31% |
| DF | Edificio Paulo Sa- rasate | set/22 | 12.406 | 12.967 | 561 | 4,52% |
| PE | Edificio Apolonio Sales | set/22 | 77.889 | 81.548 | 3.659 | 4,70% |
| PE | Edificio Empresarial Center | set/22 | 3.124 | 3.170 | 46 | 1,47% |
| PE | Galpão Oliveira Lima | set/22 | 5.668 | 5.614 | (54) | -0,95% |
| RJ | Edificio Gustavo Jose de Matos | set/22 | 4.172 | 4.029 | (143) | -3,42% |
| RJ | Edificio Manhattan Tower | set/22 | 20.345 | 20.345 | - | 0,00% |
| RJ | Edificio Seculo de Frontin | set/22 | 5.936 | 936 6.340 404 | | 6,81% |
| SP | Edificio Pedro Biagi | set/22 | 21.260 | 21.044 | (216) | -1,02% |
| | TOTAL | | 223.254 | 232.190 | 8.936 | 4,00% |

Já o valor do imóvel pertencente ao Plano de Gestão Administrativa não sofreu variação, conforme tabela abaixo.

| PGA | | | | | | R\$ Mil |
|-----|--------------------------------|--------|-------------------|-----------------------|-----------|-----------------|
| | | | VA | LORES (EM R\$ N | /IIL) | VADIAÇÃO |
| UF | IMÓVEL | MÊS | CUSTO CONTÁBIL | VALOR DE AVALIAÇÃO | RESULTADO | VARIAÇÃO (%) |
| CE | Edificio Paulo Aguiar Frota | dez/22 | 1.645 | 1.645 | 0 | 0,00% |
| | TOTAL | | 1.645 | 1.645 | - | 0,00% |

Em 2022, a conta de passivo de investimentos imobiliários do plano BD possuía um saldo de R\$ 1.321 mil, com destaque para as garantias recebidas na locação de imóveis a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 616 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/ despesas a pagar).

5.3.5.2. Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 100 contratos de locação comercial de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2022, o total de direitos obtidos sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 453 mil (R\$ 579 mil, em 2021), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução Normativa PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020, conforme quadro exposto no item 4.1.

5.3.5.3. Alienações

As entidades fechadas de previdência complementar devem alienar seu estoque de imóveis e terrenos pertencentes à carteira própria ou constituir Fundo de Investimento Imobiliário para abriga-los, até 29 de maio de 2030, de acordo com a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

5.3.6. Operações com Participantes

5.3.6.1 Empréstimos a Participantes

Plano BD

No exercício de 2022, o plano realizou 2.116 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 7.955 contratos ativos, totalizando R\$ 73.023 mil.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2022 com saldo de R\$ 23.267 mil (R\$ 20.131 mil em 2021), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Fundo de Garantia dos Empréstimos a Participantes - Plano BD

| Plano BD | | | | em R\$ mil |
|----------------------|----------|--------|---------------|----------------------|
| SALDO EM DEZ/2021 | ENTRADAS | BAIXAS | RENTABILIDADE | SALDO EM DEZ/2022 |
| 20.131 | 2.245 | 1.462 | 2.353 | 23.267 |

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano CV I

No exercício de 2022, o Plano CV I realizou 5.318 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 15.827 contratos ativos, no valor de R\$ 91.139 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2022, o saldo da rubrica importava em R\$ 2.691 mil (R\$ 2.074 mil em 2021), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Fundo para Garantia das Operações com Participantes - Plano CV I Em R\$ mil

| Plano CV I | em R\$ m |
|------------|----------|
| | |

| SALDO EM DEZ/2021 | ENTRADAS | BAIXAS | RENTABILIDADE | SALDO EM DEZ/2022 |
|----------------------|----------|--------|---------------|----------------------|
| 2.074 | 495 | 26 | 149 | 2.691 |

5.3.6.2 Financiamento Imobiliário

| ATIVOS | POSIÇÃO (EM R\$ MIL) | REPRESENTATIVIDADE (%) |
|---|-------------------------|------------------------|
| TOTAL DOS FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS | 146.678 | |
| TOTAL PROVISÃO P/PERDAS | 140.249 | 95,62% |
| PROVISÃO P/ COBERTURA DO FI- NANCIAMENTO IMOBILIARIO | 136.320 | 92,94% |
| PROVISÃO P/ DESÁGIO | 1.844 | 1,26% |
| PROVISÃO P/ SEGURO DE VIDA | 2.085 | 1,42% |

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2022 somente 30 contratos ativos no valor total de R\$ 6.428 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas. O fundo garantidor do Financiamento Imobiliário terminou 2022 com o saldo de R\$ 1.203 mil (R\$ 1.077 em 2021), conforme demonstrativo a seguir:

Fundo de Reserva de Financiamento Imobiliário

| P | lano BD | | em R\$ mil |
|---|----------------------|---------------|-------------------|
| | SALDO EM DEZ/2021 | RENTABILIDADE | SALDO EM DEZ/2022 |
| | 1.077 | 126 | 1.203 |

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da CAPEF implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou recontratação do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda.

5.3.7 Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 725 mil em 2022 (R\$ 740 mil em 2021) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6°, §1° e 2°, do Decreto-Lei n° 2.065/83, sob o argumento de que a CAPEF goza de imunidade tributária.

5.3.8 Recursos a Receber - Precatórios

O saldo de R\$ 90.187 mil em 2022 da conta Recursos a Receber – Precatórios, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelo direito creditório decorrente de êxito em ação judicial contra a União que visava a correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs pelo IPC e não pelo BTN, no período entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, com a expedição de precatórios em nome da CAPEF. Referido registro atende ao Ofício Circular nº 14/2022/PREVIC. A CAPEF aguarda a execução do precatório pela União.

5.3.9 Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 316 mil (R\$ 512 mil em 2021) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A CAPEF já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil, tendo recebido o montante de R\$ 212 mil em 2022, referente a execução de parte dos referidos créditos tributários. A entidade aguarda a execução dos demais processos abertos junto àquele órgão.

5.4. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2022, o Ativo Permanente da CAPEF, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 12.102 mil (R\$ 12.467 mil em 2021).

5.4.1. Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 11.480 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.646 mil em 2021).

| | | em R\$ mil |
|--------------|--------|-------------------|
| Rubrica | 2022 | SALDO EM DEZ/2022 |
| Imobilizado | 11.480 | 11.646 |
| Bens Móveis | 1.274 | 1.330 |
| Bens Imóveis | 10.206 | 10.316 |

O imóvel sede da CAPEF, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa, representa 88,90% do Imobilizado da Entidade.

5.4.2. Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2022, apresentou saldo de R\$ 622 mil (R\$ 821 mil em 2021). Segue detalhamento da composição do intangível.

| | | | | | | R\$ Mil |
|----------------------------|-------------|-------------------------|--------------------------|------------------|---------------------------------------|-----------------------------|
| Sistemas | Custo Total | Prazo de Amortização | Início da Amortização | % Amortização | Amortização Acumulada (R\$ mil) | Valor Contábil (R\$ mil) |
| Sistema de Benefício | 2.910 | 120 meses | mai/11 | 10% | 2.676 | 234 |
| Sistema de Gestão Atuarial | 888 | 120 meses | mar/16 | 10% | 607 | 281 |
| Demais Softwares | 2.403 | 60 meses | - | - | 2.296 | 107 |
| TOTAL | 6.201 | | | | 5.579 | 622 |

5.5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.5.1. Previdencial

No final do exercício de 2022, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 4.730 mil (R\$ 5.654 mil em 2021). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não recadastrados ou que aguardam decisão judicial.

5.5.2. Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela CAPEF relativo ao pa-

gamento de despesas com pessoal, encargos sociais e serviços de terceiros, bem como a retenção de tributos sobre pagamento a funcionários. No final do exercício de 2022, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.895 mil (R\$ 1.697 mil em 2021).

5.5.3. Investimentos

No final do exercício de 2022, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.863 mil (R\$ 2.996 mil em 2021), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) taxas de condomínios a pagar de imóveis vagos; c) valores a apropriar e d) prêmios de seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

5.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2022, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 200.564 mil (R\$ 183.104 mil em 2021). Segue detalhadamente a composição da rubrica:

| PASSIVO | Exercício 2022 | Exercício 2021 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| XIGÍVEL CONTIGENCIAL | 200.564 | 183.104 |
| PLANO BD | | |
| Gestão Previdencial | 184.872 | 169.100 |
| Provisionado (Provável) | 143.931 | 158.191 |
| Depósito Judicial | 39.969 | 9.869 |
| Depósito Recursal | 972 | 1.040 |
| Gestão de Investimentos | 4.927 | 4.815 |
| Provisionado (Provável) | 4.202 | 4.076 |
| Depósito Judicial | 703 | 717 |
| Depósito Recursal | 22 | 22 |
| PGA | | |
| Gestão Administrativa | 10.765 | 9.189 |
| Provisionado (Provável) | 607 | 536 |
| Depósito Judicial | 10.158 | 8.653 |

5.6.1 Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD totalizam R\$ 184.872 mil, desse montante, R\$ 143.931 mil foram classificadas pelos pareceres técnicos

da área jurídica como perda provável distribuídas conforme quadro a seguir:

| | | R\$ Mil |
|---|----------|----------|
| EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL | 2022 | 2021 |
| Saldo Inicial | 158.191 | 116.454 |
| Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais) | 30 | 35.462 |
| Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais) | (31.540) | (22.550) |
| Atualização Monetária (processos existentes no início do ano) | 17.250 | 28.825 |
| Saldo Final | 143.931 | 158.191 |

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 8.702 mil; e
- b) a obrigações no valor de R\$ 135.229 mil decorrentes de demandas judiciais; e
- c) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/recursais) que totaliza o montante de R\$ 40.941 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

5.6.2 Gestão Administrativa - PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

| EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL | 2022 | 2021 |
|---|--------|-------|
| Saldo Inicial | 9.189 | 7.397 |
| Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais | 1.505 | 1.712 |
| Atualização Monetária (processos existentes no início do ano) | 71 | 80 |
| Saldo Final | 10.765 | 9.189 |

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 10.158 mil correspondem a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições (vide nota 7.1.).

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 607 mil.

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

5.6.3. Investimentos - Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2022 com um saldo de R\$ 4.927 mil (R\$ 4.815 mil em 2021).

| | | R\$ mil |
|---|-----------------------|---------------------|
| EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL | 2022 | 2021 |
| Saldo Inicial | 4.815 | 4.226 |
| Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais | (3) | 0 |
| Perda de ação judicial | (925) | 0 |
| Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais (novos processos ou revisão de atuais) | 19 | 69 |
| Reversão da Provisão (revisão de processos atuais) | (528) | (17) |
| Atualização Monetária (processos existentes no início do ano) Saldo Final | 1.549 4.927 | 537 4.815 |

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a CAPEF questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 597 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários, cujo montante totaliza R\$ 2.082 mil, as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais dos contratos de compra e venda a prazo no valor de R\$ 1.169 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela CAPEF no total de R\$ 211 mil. Esse segmento de vendas (contrato particular de compra e venda) difere-se da linha de financiamento que a CAPEF oferecia aos seus associados, cuja garantia era a hipoteca do imóvel;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários, os dois processos inerentes a empréstimos, onde no primeiro está sendo pleiteado a prescrição da dívida e, no segundo e terceiro, a revisão dos valores das prestações, no total de R\$ 270 mil, as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 1.200 mil e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 53 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais e recursais), que totaliza o montante de R\$ 725 mil.

5.6.4. Processos classificados com risco possível

Plano BD

Ressalte-se que há 203 processos judiciais no Plano BD classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 466.344 mil.

Plano CV

Ressalte-se que há 2 processos judiciais no Plano CV I classificados como perda possível, portanto, não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Um processo tem como objeto resgate de contribuições e é estimado em R\$ 2 mil; o outro diz respeito a uma ação de consignação em pagamento ajuizada pela CAPEF para viabilizar o pagamento da reserva individual de uma falecida participante aos seus herdeiros e é estimado em R\$ 7 mil.

PGA

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

5.7 PATRIMÔNIO SOCIAL

5.7.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

5.7.1.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Plano BD

Em 31 de dezembro de 2022, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 4.034.630 mil (R\$ 3.965.441 mil em 2021). A variação de 1,74% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

R\$ mil

| RUBRICA PROVISÕES MATEMÁTICAS | EXERCÍCIO 2022 4.034.629 | EXERCÍCIO 2021 3.965.441 |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Benefícios concedidos | 3.514.191 | 3.430.877 |
| Benefícios a conceder | 520.438 | 534.564 |

Em termos reais, as Provisões Matemáticas diminuíram (a variação do INPC no período foi de 5,93%). A redução real de 3,96% ocorreu em função do estágio de maturidade do plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições.

Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 1.888.826 mil (R\$ 1.636.740 mil, em 2021). O crescimento de 15,40% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010:

R\$ mil

| RUBRICA | EXERCÍCIO 2022 | EXERCÍCIO 2021 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| PROVISÕES MATEMÁTICAS | 1.888.827 | 1.636.740 |
| Benefícios concedidos | 204.140 | 175.466 |
| Benefícios a conceder | 1.684.687 | 1.461.274 |

Em termos reais, as Provisões Matemáticas aumentaram (a variação do IPCA no período foi de 5,79%). O aumento real de 9,90% ocorreu em função da modalidade de contribuição definida das provisões de benefícios a conceder, onde são mensuradas pelo somatório dos saldos de contas individuais dos participantes ativos, além do estágio de acumulação do plano CV I, onde o total dos benefícios pagos é inferior ao recebimento das contribuições.

5.7.1.2 Equilíbrio Técnico

5.7.1.2.1 Resultados Realizados

Plano BD

O déficit de R\$ 57.799 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2022, foi decorrente da variação positiva dos investimentos no valor de R\$ 444.748 mil, deduzida do incremento das obrigações do plano no valor de R\$

401.899 mil, do pagamento de benefícios e do repasse do custeio administrativo; além da constituição de contingências de R\$ 17.558 mil, conforme detalhado no quadro a seguir:

| | R\$ Mil |
|----------------------------------|-----------|
| RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2021 | (83.090) |
| Fluxo Previdencial | (321.759) |
| Investimentos | 444.748 |
| Custeio administrativo | (10.952) |
| Provisões Atuariais | (69.188) |
| Contingências | (17.558) |
| DÉFICIT EM 31/12/2022 | (57.799) |

Plano CV I

O superávit de R\$ 4.114 mil apresentado no Plano CV I, em 31 de dezembro de 2022, foi decorrente da variação positiva dos investimentos e do fluxo de contribuições líquido do pagamento de benefícios no valor de R\$ 267.041 mil e da variação negativa no valor de R\$ 267.258 mil explicada pelo incremento das obrigações do plano, fundos previdenciais e repasse do custeio administrativo, conforme detalhado no quadro a seguir:

| | R\$ Mil |
|----------------------------------|-----------|
| RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2021 | 4.331 |
| Fluxo Previdencial | 152.635 |
| Investimentos | 114.406 |
| Custeio administrativo | (8.115) |
| Provisões Atuariais | (252.085) |
| Fundos Previdenciais | (7.058) |
| SUPERÁVIT EM 31/12/2022 | 4.114 |

5.7.2 Fundos

5.7.2.1 Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde

que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. Desde exercício de 2020, a taxa de solvência atuarial aplicada sobre as contribuições individuais dos participantes ativos do plano CV I é 0,7%.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 58.974 mil (R\$ 51.916 mil, em 2021), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 36.510 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 22.464 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2022, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

5.7.2.2. Fundo Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. O Plano BD, no ano de 2022, destinou 5,80% (em 2021 7,0%), o Plano CV I 4,25% das receitas previdenciais (em 2021 4,5%), relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 145.809 mil (R\$ 132.084 mil, em 2021).

5.7.2.3. Fundos para Garantia das Operações com Participantes

5.7.2.3.1. Plano BD - Fundo para Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2022, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 24.470 mil, sendo R\$ 23.267 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 1.203 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 21.209 mil, em 2021, sendo R\$ 20.131 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 1.078 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário).

No exercício de 2022, foi utilizado do Fundo para Garantia das Operações com Participantes o valor de R\$ 1.462 mil (R\$ 1.840 mil, em 2021) em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.245 mil (R\$ 2.143 mil, em 2021) e de R\$ 2.353 mil (R\$ 2.059 mil, em 2021) decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

5.7.2.3.2 Plano CV I - Fundo para Garantia das Operações com Participantes

Na posição de 31 de dezembro de 2022, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 2.691 mil. No exercício de 2022, foram constituídos R\$ 495 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 148 mil, em virtude de sua rentabilidade e a utilização de R\$ 26 mil em razão do falecimento de mutuário no período.

6. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA é estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O custeio para cobertura das despesas administrativas, definido pelo atuário para o exercício de 2023, foi de 5,8% das contribuições do Plano BD e de 4,25% para o Plano CV I e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante e, o Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar de o limite para custeio administrativo da CAPEF atingir o valor de R\$ 61.042 mil, o repasse efetivo totalizou R\$ 19.067 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 19.573 mil em 2021).

| | | R\$ mil |
|--------------------------------------|--------|---------|
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 2022 | 2021 |
| Pessoal e Encargos | 12.553 | 11.156 |
| Treinamentos/Congressos e Seminários | 82 | 35 |
| Viagens e Estadias | 25 | 1 |
| Serviços de Terceiros | 2.136 | 2.015 |
| Despesas Gerais | 1.344 | 983 |
| Depreciação e Amortização | 554 | 639 |
| Tributos | 425 | 419 |
| TOTAL | 17.119 | 15.248 |

No que diz respeito ao registro da parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo no PGA, desde 2013, a CAPEF adotou como critério de rateio a proporcionalidade ao número de participantes e ao patrimônio de cada plano, tendo em vista ser a prática mais adotada pelas EFPC.

A Instrução PREVIC nº 31/2020 no seu anexo A - Normas Complementares, item II - Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade, as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| | | R\$ mil |
|--------------------------------------|---------|---------|
| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
| Participação no Fundo Administrativo | 145.809 | 132.084 |
| Plano BD | 100.822 | 92.495 |
| Plano CV | 44.987 | 39.589 |

7. TRIBUTOS FEDERAIS

7.1. PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4º Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender pela incidência das contribuições para o PIS e COFINS sobre o patrimônio que a Entidade administra. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer realizando os depósitos judiciais dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários. Ao examinar a admissibilidade do primeiro, o Desembargador-Presidente do TRF da 5ª R. Ihe negou seguimento, o que fez a Entidade interpor agravo, com o objetivo de reformar essa decisão e permitir que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) examine o seu recurso especial. Atualmente, essa última medida recursal se encontra pendente de julgamento, pelo STJ.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CA-PEF em 31 de dezembro de 2022 acumulam R\$ 10.159 mil.

7.2. Créditos Tributários provenientes do RET - Regime Especial de Tributação

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$11.111 mil.

O crédito tributário requerido foi utilizado pela CAPEF para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Em contrapartida, em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil), relativos ao RET do 1°, 2° e 3° trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4° trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil), relativo ao RET do 4º trimestre de 2004. Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido de compensação da CAPEF. Com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários originalmente compensados, atualizando-os pela SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 mil e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, a CAPEF aguarda a manifestação do perito nomeado acerca das petições juntadas aos autos, com as questões de prova pericial.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1. TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

8.1.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

8.1.2. Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2022 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC no. 33, de 23 de outubro de 2020, e Portaria Previc/DEFIS nº 373, de 27 de abril de 2022.

8.1.3. Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 202**2**

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido - BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da alteração da taxa de juros atuariais de 5,00% a.a. para o Plano BD e para o Plano CV I.

A taxa de juros atuarial do Plano BD, apesar de estar acima do limite superior definido pela Portaria PREVIC/DEFIS nº 373, de 27 de abril de 2022, de 4,80% a.a, foi aprovada pelo órgão regulador por meio de requerimento previsto na Portaria Previc nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo legal (3,33% a.a. para o limite inferior e de 5, 16% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário estabelece também os parâmetros téc-

nico-atuariais para estruturação de plano de benefícios. A citada norma traz a definição da taxa de juros, além dos critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00% para o Plano BD e para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

8.1.4. Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2022 da CAPEF apresenta déficit de R\$ 53.685 mil. O plano BD possui déficit de R\$ 57.799 mil em 31 de dezembro. Por sua vez, o plano CV I encontra-se superavitário, apresentando resultado de R\$ 4.114 mil em sua parcela característica de benefício definido.

A Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 estabelece critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (duration – 4) x 1% x Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pelo menor valor entre 25% das provisões matemáticas e o resultado da seguinte fórmula (10% + (duration x 1%)) x Provisão Matemática.

A duration do passivo do plano BD é de 8,8 anos em 31/12/2022, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 4,88% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 18,88% das Provisões Matemáticas.

A duration do passivo do plano CV I é de 19,93 anos em 31/12/2022, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 15,93% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2022 encontram-se demonstrados a seguir.

2022 Plano BD

| A) CÁLCULO DOS LIMITES | R\$ MIL |
|---|---------------|
| a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00) | R\$ 4.034.629 |
| b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado | |
| b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico) | 4,88 |
| b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer ((a*b1)/100)*-1 | -R\$ 196.696 |
| c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado | |
| c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico) | 18,88 |
| c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator (a*c1)/100 | R\$ 761.544 |
| c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M (a*25%) | R\$ 1.008.657 |
| c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3) | R\$ 761.544 |
| B) CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO | |
| d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02) | -R\$ 57.799 |
| e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo | R\$ 212.755 |
| f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado | R\$ 154.956 |
| g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência | 3,84% |

| Plano CV I | 2022 |
|--|------------|
| A) CÁLCULO DOS LIMITES | R\$ MIL |
| a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02) | R\$ 55.819 |
| b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado | |
| b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico) | 15,93 |
| b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer ((a*b1)/100)*-1 | -R\$ 8.894 |
| c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado | |
| c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico) | 29,93 |
| c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator (a*c1)/100 | R\$16.708 |
| c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M (a*25%) | R\$ 13.955 |
| c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3) | R\$ 13.955 |
| B) CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO | R\$ MIL |
| d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02) | R\$ 4.114 |
| e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo | R\$ 6.071 |
| f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado | R\$ 10.185 |
| g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência | 18,25% |

9. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSCRIÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

Os procedimentos para identificação e registro dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica foram estabelecidos pela Resolução CNPC nº 46, de 01 de outubro de 2021, com a finalidade de operacionalizar a independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a individualização de seus aspectos regulamentares, atuariais, administrativos, contábeis e de investimentos.

A Resolução PREVIC nº 12, publicada em 16 de agosto de 2022, dispôs maiores diretrizes sobre a segregação contábil dos ativos e a transferência entre os planos administrados por uma mesma EFPC, estabelecendo ainda que os ativos pertencentes ao plano de gestão administrativa (PGA) devem permanecer registrados no CNPJ da EFPC.

A Resolução PREVIC nº 19, de 22 de dezembro de 2022, determinou que as entidades fechadas de previdência complementar devem realizar os procedimentos de operacionalização do CNPJ até 30 de junho de 2023. Para efetivar a segregação patrimonial de seus ativos, a CAPEF tem buscado a abertura de contas bancárias nos CNPJs dos planos de benefícios e a transferência da custódia para os novos endereços bancários.

Cabe ressaltar que a inscrição dos planos de benefícios no CNPI, não lhes confere personalidade jurídica própria, conforme determinado na Resolução CNPC nº 46/2021. Desse modo, a responsabilidade tributária e jurídica permanece sob a entidade (PGA).

Nesse sentido, no exercício de 2022, a Receita Federal manifestou orientações sobre os eventuais impactos da inscrição dos planos de benefícios em relação ao cumprimento das obrigações tributárias, por meio da Nota Conjunta RFB/ SUFIS nº 8, de 10 de outubro de 2022, na qual esclareceu que a obrigatoriedade de envio de das obrigações acessórias é da pessoa jurídica, no caso, das EFPCS, não havendo reflexo no cumprimento destas obrigações.

10. FATO RELEVANTE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DE NOVOS PLANOS

Atualmente, a CAPEF administra um Plano de Benefício Definido (BD) e um Plano de Contribuição Variável (CV I), conforme previsto em seu Estatuto Social. Todavia, visando a sustentabilidade financeira a longo prazo, a entidade submeteu à PREVIC, em 2022, proposta de alteração do seu Estatuto Social, que lhe permitisse administrar novos planos benefícios e ofertar planos instituídos. Tais alterações propostas pela entidade foram aprovadas pela Su-

perintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio da Portaria Previc nº 1.197, de 23 de novembro de 2022.

Diante dessa nova possibilidade, a CAPEF idealiza ofertar um novo plano de benefícios para os familiares de seus participantes, na característica de plano instituído. De acordo com a Instrução Normativa Previc nº 13, de 16 de agosto de 2022, a PREVIC pode autorizar a entidade de previdência complementar a assumir a qualidade de instituidor em planos de benefícios instituídos em relação aos participantes e assistidos dos planos de benefícios por ela administrados e aos seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção. O regulamento do Plano Família, assim chamado, encontra-se sob análise da PREVIC, com perspectiva de aprovação nos próximos meses e implantação do Plano durante o ano-calendário de 2023.

11. PARTES RELACIONADAS

A CAPEF possui cotas de fundo de renda fixa administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, seu patrocinador-fundador, além de instrumentos financeiros próprios do BNB.

As cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da CAPEF: BD, detentor de 32.616.003,0811465 cotas e PGA - Plano de Gestão Administrativa, que detém de 1.244.710,524352 cotas (vide item 5.3.4.1).

Os instrumentos financeiros próprios do patrocinador, por sua vez, referem-se a ações BNBR3 negociadas em bolsa de valores, que compõem a carteira do Plano BD no montante de R\$ 20.499 mil (vide item 5.3.3.1).

Ademais, a entidade também possui imóveis locados ao seu patrocinador. Em 2022, as receitas de aluguéis dos imóveis ocupados pelo BNB totalizaram R\$ 3.475 mil, representando uma participação de 7,36% sobre o total das receitas do segmento de investimentos imobiliários do Plano BD.

Imóveis ocupados pelo Patrocinador

| ESTADO | IMÓVEL | UNIDADES | VALOR (R\$ mil) | % RECEITA s/ TOTAL |
|--------|--------------------------|---|--------------------|-----------------------|
| PE | Edifício Apolônio Sales | 1° andar A / 1° andar B / 2° andar A / Loja 01 / Loja 02 | 2.905 | 6,16% |
| PE | Galpão Oliveira Lima | 06 vagas de garagem | 13 | 0,03% |
| RJ | Edifício Manhattan Tower | Sala 1001 | 165 | 0,35% |
| SP | Edifício Pedro Biagi | 1° andar e vagas 91/92/93/94 | 392 | 0,83% |
| TOTAL | | | 3.475 | 7,36% |

Além das transações com o Patrocinador, apresentamos abaixo a remuneração anual atribuída ao pessoal chave da administração, cedidos pelo BNB para composição dos conselhos e diretoria executiva, que também são considerados partes relacionadas:

| | | • |
|-----|---|---|
| De | m | ı |
| 1/4 | | ı |

| Alta Administração | Remuneração em 2022 | Remuneração em 2021 2.492 459 | |
|-----------------------|---------------------|-------------------------------------|--|
| Dirigentes | 2.632 | | |
| Conselhos | 492 | | |
| Conselho Deliberativo | 369 | 344 | |
| Conselho Fiscal | 123 | 115 | |

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há qualquer evento subsequente que deva ser informado.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2023.

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

Diretor de Administração e de Investimentos CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8 CPF 657.772.393-15

Pareceres

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CVI



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditore Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SF Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Diretores e Participantes da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

Fortaleza— CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil ("CAPEF" ou "Entidade"), que compreenderam o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43) em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CAPEF e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | CAPEF 3



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido, em 30 de março de 2022, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Privada (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
 opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | CAPEF



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional:
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda CRC 2SP 025.583/O-1

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer Contador CRC 1SP-260.164/O-4

© 2023 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados \mid CAPEF $\,$ 5

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF

Este Conselho, em sua 381ª Reunião realizada no dia 29/03/2023, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso X, da Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021 e com base no art. 28, alínea "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2022:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa DPGA comparativa com o exercício anterior:
- d) Demonstrações do Ativo Líquido DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior:
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior:
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela Gran Thornton Auditores Independentes LTDA, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB — Capef relativo ao encerramento do exercício de 2022 e determina a divulgação das referidas demonstrações, nos meios de comunicação da Entidade, em atendimento ao artigo 3º da Resolução do ME/CNPC Nº 32, de 4/12/2019 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual de Informações da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados

D4Sign b0d95e22-4f37-4e82-a993-1aefd8c2ef15 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 109, §2.

no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido, conforme previsão dada pela referida resolução em seu artigo 10.

Fortaleza – Ceará, 29 de março de 2023.

Luiz Abel Amorim de Andrade Thiago Alves Nogueira
Presidente Vice – Presidente

João Francisco Freitas Peixoto Hailton José Fortes
Conselheiro Conselheiro

GILDETE Mesquita Ribeiro Gabriel Fernando Rocha
Conselheiro Conselheiro

D4Sign b0d95e22-4f37-4e82-a993-1aefd8c2ef15 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar **Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10**°, §2.

Para uma vida e futuro de possibilidades Relatório



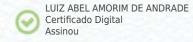
4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON) Certificado de assinaturas gerado em 31 de March de 2023, 14:04:17



Manifestação Conselho Deliberativo 2022 pdf Código do documento b0d95e22-4f37-4e82-a993-1aefd8c2ef15



Assinaturas













Hash do documento original

GHA256;3659aeb0bcf50e5cdb4fb051594f2af6c96a9b58e10c638d921b02c84477ff2ba (SHA512):5ebda68821275818b8de889659b13647138e1617d0b816a655c2b893ded8ee142d6604807e50f31138546f5d0a67a961206bbbc78f586d615de377eabf2c23f4

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – CAPEF, RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS **ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022**

Este Conselho, em sua 530ª Reunião ordinária, realizada no dia 20 de março de 2023, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso X, da Resolução CNPC № 43, de 06/08/2021 e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2022:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa DPGA comparativa com o exercício
- d) Demonstrações do Ativo Líquido DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I).

Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela Grant Thorton Auditores Independentes Ltda e Atuarh Consultoria Atuarial, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB -Capef relativo ao encerramento do exercício de 2022

Fortaleza – Ceará, 20 de março de 2023.

Genival Vila Nova Presidente

Leonardo da Hora Barreto Vice - Presidente

Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira Conselheiro

Luiz Sérgio Farias Machado Conselheiro

D4Sign 277372d2-0523-48c1-a98e-3b204c5daf9a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

148 Relatório Anual 2022 Para uma vida e futuro de possibilidades





Parecer da Avaliação Atuarial 2022 - Plano BD (CNPB nº 1967.0001-74)

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD.

Fevereiro de 2022

atuarhconsultoria.com.br Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano de Benefícios Definidos - Plano BD. administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano BD encontra-se fechado para novos participantes desde 03/11/1999 e, nos termos da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano têm seus valores previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Na década de 1990, tendo em vista o significativo déficit atuarial apresentado pelo Plano BD, a Entidade sofreu, em 1997, processo de intervenção pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar. As medidas adotadas pelo interventor para o atingimento do equilíbrio atuarial do plano, normatizadas no regulamento do plano aprovado em 2002, foram questionadas na justiça pela maior parte dos participantes e, em conjunto com representantes do patrocinador, participantes e assistidos, a Entidade propôs novo regulamento para o Plano BD, aprovado em 30/12/2003. Tendo em vista a situação litigiosa vivenciada à época, a aplicação do novo regulamento não foi feita de forma automática, carecendo de manifestação individual de cada participante, quer mediante acordo judicial, no caso daqueles com litígio judicial com a CAPEF, quer via formalização de termo de adesão, para aqueles sem litígio judicial.

Dessa forma, no Plano BD há participantes vinculados a três regulamentos distintos, o regulamento de 1994 (BD0), de 2002 (BD1) e de 2003 (BD2), sendo que a grande maioria dos participantes está vinculada a este último regulamento, cuja última alteração ocorreu em 12/12/2013. No caso do BDO, em razão de decisões judiciais, há variantes do regulamento original sendo praticadas.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do Prêmio Nivelado Individual para todos os benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

atuarhconsultoria.com.br

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE





4. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de 31/12/2022, com 1.055 participantes ativos, 3.575 aposentadorias programadas, 146 aposentadorias por invalidez e 1.422 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

A seguir estão listadas as hipóteses atuariais para a avaliação de 31/12/2022. Elas foram selecionadas com base na boa prática atuarial, levando em conta a legislação atual sobre o assunto, e estão baseadas em estudos de aderência específicos. A hipótese de entrada em aposentadoria foi a única que foi modificada em relação às hipóteses utilizadas no exercício anterior.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2021 e 31/12/2022

| Hipótese | 31/12/2021 | 31/12/2022 |
|---|---|--|
| Tábua de Mortalidade Geral | RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 20%) | RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 20%) |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | IAPC FRACA | IAPC FRACA |
| Tábua de Entrada em Invalidez | Hunters suavizada em 85%. | Hunters suavizada em 85%. |
| Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas | Família observada | Família observada |
| Hipótese de Entrada em Aposentadoria | Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 99 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado | Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 112 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado |
| Indexador do Plano | (INPC) 3,5% a.a. | (INPC) 3,5% a.a. |
| Taxa Real Anual de Juros | 5,00% a.a. | 5,00% a.a. |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef)

6. DURATION

A duração do passivo foi calculada de acordo com a metodologia definida na Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020. Considerando a hipótese da taxa de juros e o fluxo previdencial do Plano BD, o resultado obtido foi de 8,8752 anos (9,06 em 2021).

Vale destacar que a redução observada em relação ao exercício anterior se deve ao fato de o Plano BD estar fechado para novas adesões.

7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de 01/01/2023, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2023, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br



Para uma vida e futuro de possibilidades



7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2023 o Custo Normal do plano foi quantificado em 13,00% dos salários de contribuição, sendo 5,80% destinado ao custeio administrativo do ano (o percentual de despesa administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de 4,89%) e 10,52% referente à cobertura dos benefícios de risco decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

Tendo em vista que o Custeio Normal dos participantes ativos do Plano BD de 14,16% revelou-se suficiente à cobertura dos custos normais futuros com despesas administrativas de 13,00%, recomendamos, para o exercício de 2023, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2022 sobre os salários de contribuição, reproduzida

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2023

| Salário de Contribuição | Alíquota de Contribuição ⁽²⁾ | Parcela a deduzir |
|----------------------------|--|-------------------|
| Até 0,5 UBC ⁽¹⁾ | 2,6% | - |
| Acima de 0,5 UBC até 1 UBC | 4,2% | 0,0080 UBC |
| Acima de 1 UBC até 1,2 UBC | 5,8% | 0,0240 UBC |
| Acima de 1,2 UBC | 12,6% | 0,1056 UBC |

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 3.674,49 (R\$ 3.468,79 em 2022).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2021 deficitário, em R\$ 83.089.962,23, que representava 2,10% das provisões matemáticas na mesma posição. Essa situação não implicou em obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento desse déficit durante o exercício de 2022, uma vez que o valor foi inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de 5,06% das Provisões Matemáticas, apurado com a duração do plano de 9,06 anos conforme estabelecido no caput do art. 59 da Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018.

De fato, não houve em 2022 elaboração de plano de equacionamento do déficit apurado no final do exercício de 2021 e, assim, as taxas de contribuição extraordinária dos aposentados e pensionistas que aderiram ao Acordo de 2003 não foram afetadas para o exercício de 2023, permitindo que elas permaneçam limitadas a 19,20%. Em relação aos demais aposentados e pensionistas que não aderiram ao Acordo, suas contribuições deverão seguir as regras estabelecidas nos regulamentos aos quais estão vinculados, ou de acordo com determinação judicial, quando aplicável.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 2,43% em 2022 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de 2021. Descontada a variação do INPC de 5,93% observada no ano, o valor das provisões caiu 3,95%.

atuarhconsultoria.com.br

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE





Quadro 3 - Resultado do Plano BD em 2021 e 2022

| | | | | Valores em R\$ |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Rubrica | 31/12/2021 | 31/12/2022 | Variação Nominal | Variação Real |
| (+) Patrimônio de Cobertura do Plano | 3.882.351.453,43 | 3.976.830.214,34 | 2,43% | -3,30% |
| (-) Provisões Matemáticas | 3.965.441.415,66 | 4.034.629.573,81 | 1,74% | -3,95% |
| Benefício Definido | 3.965.441.415,66 | 4.034.629.573,81 | 1,74% | -3,95% |
| Benefícios Concedidos | 3.430.877.650,78 | 3.514.191.297,38 | 2,43% | -3,31% |
| Benefícios a Conceder | 534.563.764,88 | 520.438.276,43 | -2,64% | -8,09% |
| (=) Resultado do Exercício | -85.114.139,50 | 25.290.602,76 | -129,71% | -128,05% |
| (=) Superávit (+) / Déficit (-) Técnico | -83.089.962,23 | -57.799.359,47 | -30,44% | -34,33% |
| | | | | |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef).

O Plano BD encontra-se em um estágio de maturidade, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, e tende a apresentar redução, em termos reais, no montante de suas obrigações atuariais. Em 2022, ocorreu ainda mudança na hipótese de entrada em aposentadoria (aumento do tempo de postergação de aposentadoria de 99 para 112 meses) que reduziu o valor das provisões em R\$ 12.223.141,80.

O Plano BD encerrou o exercício de 2022 deficitário em R\$ 57.799.359,47, que representa 1.43% das provisões matemáticas na mesma posição. Essa situação não implicará em obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento desse déficit durante o exercício de 2023, uma vez que o valor foi inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de 4,88% das Provisões Matemáticas, apurado com a duração do plano de 8,88 anos.

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

O valor do ajuste de precificação é apurado, conforme a citada resolução CNPC nº 30/2018, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos, tendo sido observado, ainda, a capacidade financeira do plano em manter tais títulos até o vencimento atendendo às necessidades de liquidez do pagamento de seus benefícios futuros.

Dessa forma, o valor do ajuste de precificação do Plano BD, em 31/12/2022, resultou em R\$ 212.754.528,00. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano é superavitário em R\$ 154.955.168,53, que corresponde a 3,84% do total de suas provisões matemáticas.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora diversos mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais, tais como:

- fechado a novas adesões;
- percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios não incorporados ao regulamento;
- base para o cálculo do benefício e salário de contribuição desatrelados ao salário efetivo do participante ativo, sendo a evolução do salário de contribuição estabelecidos no regulamento do plano;
- reajuste dos benefícios dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador:

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 - sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br



154 Para uma vida e futuro de possibilidades



- reajuste dos benefícios vinculados ao índice do plano, que é calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitado a 100% e não inferior a 30% da variação do INPC do ano;
- vi) valores dos benefícios do plano desvinculados do valor do benefício pago pelo RGPS: e
- vii) valores dos benefícios do plano vinculados a valor de RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice do plano.

Considerando esses mecanismos, os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas são expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. O plano também está exposto ao risco de mercado, sendo que a regra de reajuste do benefício, minimiza sobremaneira seu impacto. Além disso, o plano possui significativa parcela de seu patrimônio em títulos públicos marcados na curva com taxas superiores à taxa de juros atuariais.

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano BD não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

No ano de 2022, o Plano BD apresentou um resultado superavitário de R\$ 25.290.602,76, reduzindo o déficit anterior do plano, que era de R\$ 83.089.962,23 no encerramento do exercício de 2021. Assim, o plano finalizou o exercício com um déficit de R\$ 57.799.359,47 em 31/12/2022. A mudança da hipótese de entrada em aposentadoria, que resultou em um aumento do tempo de postergação de aposentadoria, e a rentabilidade do plano acima da hipótese da taxa de juros atuarial, foram os principais motivos para o resultado positivo no ano.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano BD, na posição de 31/12/2022, de R\$ 4.034.629.573,81, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação do plano precisa ser observada em exercícios futuros.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2023.

Sérgio César de Paula Cardoso Atuário - MIBA Nº 2.285

atuarhconsultoria.com.br

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br

ŝ



Parecer da Avaliação Atuarial 2022 - Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2023

atuarhconsultoria.com.br

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 98819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



157
Relatório Anual 2022



1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2022 do Plano de Contribuição Variável I - Plano CV I. administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado). com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaquese que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação em comparação com as adotadas no exercício anterior (Quadro 1). As hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60,811-341 – Fortaleza – CE





Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2021 e 31/12/2022

| Hipótese | 31/12/2021 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Tábua de Mortalidade Geral | RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%) | RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%) |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | IAPC Fraca | IAPC Fraca |
| Tábua de Entrada em Invalidez | Muller (Suavizada em 85%) | Muller (Suavizada em 85%) |
| Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas | Cônjuge dois anos mais jovem | Cônjuge dois anos mais jovem |
| Hipótese de Entrada em Aposentadoria | Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio. | Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio. |
| Indexador do Plano | (IPCA) 3,5% a.a. | (IPCA) 3,5% a.a. |
| Projeção de Crescimento Real de Salário | Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função | Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função |
| Taxa Real Anual de Juros | 5,00% a. a. | 5,00% a. a. |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31/12/2022, e considera 6.153 participantes, sendo 5.715 ativos (151 estão suspensos), 378 benefícios programados, sendo 370 aposentados e 8 grupos de pensão, e 60 benefícios não programados, sendo 10 aposentados por invalidez e 50 grupos de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no "Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I". Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capef. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION DO PASSIVO

A metodologia de cálculo da duração (duration) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a duration do passivo de 19,9331 anos.

> Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 - sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br



Para uma vida e futuro de possibilidades



7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido.

As taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em sua 351ª Reunião Ordinária, ocorrida em 27/10/2021, fundamentado em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107. A partir do exercício de 2022, foi aprovada a redução da taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, de 4.50% para 4.25%. A taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, foi mantida em 2,70%. O citado estudo evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas de administração então aprovadas. Segundo o regulamento do PGA da CAPEF, novo estudo de solvência do PGA está previsto para ser realizado em 2023.

O cálculo do custeio para o exercício de 2023 foi processado com base no cadastro de 31/10/2022 considerando os parâmetros de cálculo do custeio (taxa de redução de contribuição e data de aposentadoria planejada) registrados na última revisão de custeio. Durante o mês de dezembro de 2022, o processo de revisão anual de custeio foi disponibilizado no site da Entidade, permitindo que os participantes pudessem alterar esses parâmetros de cálculo do custeio ou, simplesmente, confirmar seu custeio. As estimativas apresentadas consideram as atualizações efetuadas pelos participantes durante o mês de dezembro. O plano de custeio tem início de vigência

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2023 foi estimada em 16,13% (para 2022, a estimativa era de 16,40%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,07% (8,21% para 2022) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,01%, e de 8,06% (8,19% para 2022) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos "participantes fundadores" do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição dos patrocinadores (BNB e Capef) mais simples e ágil, os novos participantes desses patrocinadores poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que for feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 15,35% em 2022 em relação ao encerramento do exercício de 2021. Descontada a variação do IPCA do período de 5,78%, o crescimento real das provisões foi de 9,05%. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder no Plano CV I são da modalidade de contribuição definida e são mensuradas pelo somatório dos saldos das contas individuais dos participantes ativos do plano.

> Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60,811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br





O crescimento ocorreu, principalmente, em função das contribuições aportadas por participantes e patrocinadores em 2022 e da rentabilidade dos investimentos no período de 6,55%.

Quadro 2 - Resultado do Plano CV I em 2021 e 2022

Valores em R\$

| Rubrica | 2021 | 2022 | Variação Nominal | Variação Real |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|
| (+) Patrimônio de Cobertura do Plano | 1.641.071.465,70 | 1.892.940.221,96 | 15,35% | 9,05% |
| (-) Provisões Matemáticas | 1.636.740.635,84 | 1.888.826.047,14 | 15,40% | 9,10% |
| Contribuição Definida | 1.590.036.912,82 | 1.833.007.086,62 | 15,28% | 8,98% |
| Benefícios a Conceder | 1.461.274.256,03 | 1.684.686.345,59 | 15,29% | 8,99% |
| Benefícios Concedidos | 128.762.656,79 | 148.320.741,03 | 15,19% | 8,90% |
| Benefício Definido | 46.703.723,02 | 55.818.960,52 | 19,52% | 12,99% |
| Benefícios Concedidos | 46.703.723,02 | 55.818.960,52 | 19,52% | 12,99% |
| (=) Resultado do Exercício | 4.362.555,47 | -216.655,04 | -104,97% | -104,69% |
| (=) Superávit Técnico | 4.330.829,86 | 4.114.174,82 | -5,00% | -10,19% |
| Reserva de Contingência | 4.330.829,86 | 4.114.174,82 | -5,00% | -10,19% |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef)

A parcela das provisões matemáticas na modalidade de benefício definido é a única do plano exposta a desequilíbrios atuariais. Em 2022, o resultado foi deficitário de R\$ 216.655,04 e proveio, principalmente, do resultado dos investimentos de 8,52%, que ficou abaixo da meta previdenciária de 11,07%. Esse resultado do exercício deixou o plano com superávit de R\$ 4.114.174,82 na posição de 31/12/2022.

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e pela Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, considerando a duration do passivo do Plano CV I de 19,9331 anos, o limite do Plano CV I para o caso de déficit técnico é de 15,93% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 30/2018, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, o valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31/12/2022, resultou em R\$ 6.070.936,00. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano reduziu neste exercício para R\$ 10.185.110,82, que corresponde a 18,25% do total das provisões matemáticas de benefício definido.

10. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Fundo de Solvência Atuarial do Plano CV, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;

Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 - sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br

Para uma vida e futuro de possibilidades



- Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que, ao se desligar da patrocinadora, tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2022. Em relação ao encerramento de 2021, o saldo do fundo cresceu 7,99% em quotas e 15,06% em reais, e representa 1,93% (1,94% em 2021) do total das provisões matemáticas do plano. Para 2023, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2022

| Fundo de Solvência Atuarial | Em quotas | Em R\$ |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| (+) Saldo em 31/12/2021 | 9.876.076,05 | 31.732.020,70 |
| (+) Recursos recebidos | 789.588,38 | 4.777.894,99 |
| (-) Recursos utilizados | - | - |
| (=) Saldo em 31/12/2022 | 10.665.664,44 | 36.509.915,69 |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef).

O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2022, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 4,46% em quotas e 11,29% em reais. No ano, foram utilizadas 347.660,48 quotas (55,36% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares referentes às concessões dos benefícios de risco. Para 2023, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2022

| Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos | Em quotas | Em R\$ | |
|--|--------------|---------------|--|
| (+) Saldo em 31/12/2021 | 6.282.132,21 | 20.184.610,59 | |
| (+) Recursos recebidos | 628.039,19 | 3.379.787,51 | |
| (-) Recursos utilizados | 347.660,48 | 1.100.094,82 | |
| (=) Saldo em 31/12/2022 | 6.562.510,92 | 22.464.303,28 | |

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef).

Na posição de 31/12/2022 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais — Participação no Fundo de Gestão Administrativa e Fundos de Garantia EAP (consolidado) — com destinações específicas. A participação do Plano CV I no fundo de gestão administrativa totaliza R\$ 44.987.443,01 (R\$ 39.589.160,45 em 2021). O Fundo de Gestão Administrativa é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração

atuarhconsultoria.com.br

Av. Washington Soares. 55. Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE

85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br





dos planos. O Fundo de Garantia EAP (consolidado) conta com o saldo de R\$ 2.691.316,13 (R\$ 2.073.518,98 em 2021) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

11. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2022, R\$ 1.833.007.086,62 (R\$ 1.590.036.912,82 em 2021) e representavam 97,04% (97,15% em 2021) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31/12/2022 totaliza R\$ 36.509.915,69 (saldo de R\$ 31.732.020,70 em 31/12/2021), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31/12/2022 totaliza R\$ 22.464.303,28 (saldo de R\$ 20.184.610,59 em 31/12/2021), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31/12/2022, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 55.818.960,52 (R\$ 46.703.723,02 em 31/12/2021).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

12. CERTIFICAÇÃO

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios é de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

atuarnconsultoria.com.or Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br



Para uma vida e futuro de possibilidades



O Plano CV I encerou o exercício com superávit acumulado de R\$ 4.114.174,82 sendo que, no exercício, o resultado foi deficitário em R\$ 216.655,04 e proveio, principalmente, do resultado dos investimentos abaixo da meta atuarial, de 11,07%.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2022, de R\$ 1.888.826.047,14, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2023.

Sérgio César de Paula Cardoso Atuário - MIBA Nº 2.285

atuarhconsultoria.com.br Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE 85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br

Sumário da Política de Investimentos

PLANO BD

PLANO CVI

PLANO PGA

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

Previsão de alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) restrições de alocações e, d) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano; ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios Definidos, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano BD para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada a seguir:

| SEGMENTOS | A 49A/77 | Posição atual Capef | Previsão de Alocação (%) | Limites por segmento de aplicação | |
|-----------------------|----------|---------------------|-----------------------------|--------------------------------------|------------|
| Sedmentos | Teto (%) | (BD) e 31/10/2022 | | Inferior % | Superior % |
| RENDA FIXA | 100 | 90,23 | 76 | 72 | 100 |
| RENDA VARIÁVEL | 70 | 1,51 | 5 | 0 | 6 |
| ESTRUTURADOS | 20 | 0,31 | 4 | 0 | 5 |
| IMOBILIÁRIO | | 6,02 | | | |
| Imóveis | 20 | 5,66 | 7 | 0 | 7 |
| Fundos Imobiliários | | 0,36 | | | |
| OP. COM PARTICIPANTES | 15 | 1,93 | 3 | 0 | 5 |
| INV. NO EXTERIOR | 10 | - | 5 | 0 | 5 |

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.994/22, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

Restrições por segmentos de aplicação

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 15,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;
 - iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;
 - iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais

- (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e
- v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.
- não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos;
- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável:

• não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4°, da Instrução CVM n.º 358/02).

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados:

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução
 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

Em se tratando de FIPs, deverão ser observados também:

 Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance na gestão de ativos private equity.

d. Restrições para o Segmento de Imobiliários:

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução
 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes:

 As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior: Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e lêmen:
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e lêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

Além das restrições acima, devem ser observadas as regras de seleção de investimentos descritas no Manual de Investimentos.

Meta de rentabilidade por plano e benchmarks por segmento de aplicação

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse

índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a. Renda Fixa

- O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade e benchmark a Meta Atuarial do Plano.
- O fundo Fortaleza Multimercado tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a média ponderada dos benchmarks das carteiras de imóveis e fundos imobiliários, conforme descritos abaixo:

- Carteira de imóveis: tem como benchmark superar a mediana de dividend yield (calculado em relação ao valor patrimonial) dos fundos imobiliários, do segmento lajes comerciais, que compõem o índice IFIX, visto esse segmento ser o mais aderente ao perfil dos imóveis que compõem a carteira própria.
- Fundos Imobiliários: tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano.

d. Operações com Participantes

A carteira de operações com participantes tem como meta de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAPs - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

e. Estruturados

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

Taxa Minima Atuarial

Em 2018, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC n° 30, de 10/10/2018, revogando a Resolução CGPC n°18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC n° 373, de 27.04.2022), compreendido entre 3,08% e 4,80%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 9,06 anos (demonstrações atuariais de 2021).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2022 e 2121, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 5,34% ao ano, superior à taxa de juros adotada no plano de 5,00%.

Considerando que a TIR estimada do Plano BD de 5,34% a.a. encontra-se acima da hipótese da taxa real anual de juros vigente de 5,00%, e que o atual cenário econômico é de alta das taxas de juros, recomendamos a manutenção da hipótese da taxa anual de

juros para 5,00%. Destaque-se que, estando a taxa real de juros acima do limite superior estabelecido pela PREVIC para o ano de 2022 de 4,80%, em conformidade com a Portaria Previc nº 835, de 1º de dezembro de 2020, a Entidade encaminhou requerimento de autorização para adoção de taxa de juros fora do intervalo regulatório.

A sugestão de manutenção da taxa de juros de 5,00% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável sobre as hipóteses do Plano BD, na 518ª reunião de 08/08/2022, e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 369ª reunião ocorrida em 16/08/2022. Em 09/11/2022 a PREVIC encaminhou Ofício nº 3.337 com a aprovação da adoção da taxa de juros.

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2023, é INPC + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2022/242, de 01/08/2022). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

Objetivos para utilização de derivativos

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- · fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1%

do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG)

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos.

Risco

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

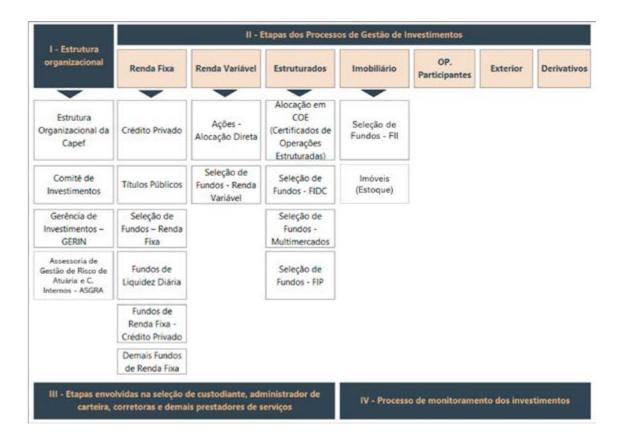
- · Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- · Renda Fixa marcado a mercado: até 9,25%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 7,36% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- · Renda Variável: até 23,27%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- · Imobiliários: até 5,97% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 17,85%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

Procedimentos e critérios relativos à seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no

documento "Manual de Investimentos" da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. Confira o quadro resumo abaixo:



Código de Ética

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capef, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

Previsão de alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) restrições de alocações e, d) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano. ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano CV I para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada a seguir:

| SEGMENTOS | Res. 4.994 | Posição atual Capef | Previsão de | Limites por segmento de aplicação | |
|-----------------------|------------|---------------------|-----------------|--------------------------------------|------------|
| SEGMENTOS | Teto (%) | (CV I) e 31/10/2022 | Alocação (%) | Inferior % | Superior % |
| RENDA FIXA | 100 | 79,74 | 56 | 45 | 100 |
| RENDA VARIÁVEL | 70 | 7,74 | 15 | 0 | 20 |
| ESTRUTURADOS | 20 | 6,08 | 14 | 0 | 15 |
| IMOBILIÁRIO | 20 | 1,93 | 4 | 0 | 5 |
| OP. COM PARTICIPANTES | 15 | 4,52 | 7 | 0 | 10 |
| INV. NO EXTERIOR | 10 | - | 4 | 0 | 5 |

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.994/22, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

Restrições por segmentos de aplicação

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 5,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 30,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política:
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;
 - iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;
 - iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais

- (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e
- v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.
- não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos;
- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável:

 não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados:

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução
 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

Em se tratando de FIPs, deverão ser observados também:

 Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance na gestão de ativos private equity.

d. Restrições para o Segmento de Imobiliários:

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução
 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes:

 As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior: Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e lêmen:
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- Não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e lêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

Meta de rentabilidade por plano e benchmarks por segmento de aplicação

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo

prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a. Renda Fixa

O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade e benchmark a Meta Atuarial do Plano.

b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

c. Imobiliário

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark o índice IFIX + 0,5 pp/ano.

d. Operações com Participantes

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes.

e. Estruturado

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

Taxa Minima Atuarial

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, que revogou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 373, de 27.04.2022), compreendido entre 3,33% e 5,16%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 19,68 anos (demonstrações atuariais de 2021).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2023, é IPCA + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2022/334, de 11/10/2022). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano. A definição da taxa de juros de 5% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável manifestando concordância com as hipóteses atuariais do Plano CV I, na 523ª reunião de 14/10/2022 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 372ª reunião ocorrida em 27/10/2022.

Objetivos para utilização de derivativos

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

 o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;

- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG)

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- · utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais

negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos.

Risco

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

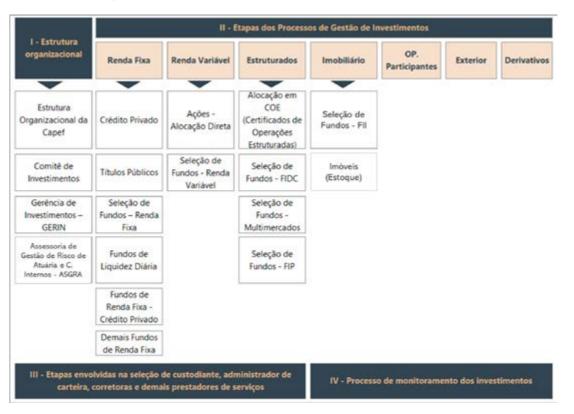
Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

- · Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 9,5%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 7,36% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 23,27%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,97% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 17,85%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

Procedimentos e critérios relativos à seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento "Manual de Investimentos" da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. Confira o quadro resumo abaixo:



Código de Ética

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capef, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA

Previsão de alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A Capef direcionará em 2023 a totalidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para o segmento de Renda Fixa e Imobiliário.

Segue abaixo a tabela contendo a proposta de alocação e os limites de aplicação para o Plano:

| SEGMENTOS Res. 4.994 Teto (%) | Res. 4.994 | Posição atual CAPEF (PGA) em 31/10/2022 | Previsão de Alocação (%) | anlicacão | |
|----------------------------------|------------|--|-----------------------------|------------|-----|
| | (%) | Alocação (%) | Inferior % | Superior % | |
| RENDA FIXA | 100 | 98,75 | 98 | 92 | 100 |
| IMOBILIÁRIO | 20 | 1,25 | 2 | 0 | 8 |

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.994/22, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

Restrições por segmentos de aplicação

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;

- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;
 - iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central, os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;
 - iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e
 - v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.
 - vi) não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos;
 - vii) a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

b. Restrições para o Segmento de Imobiliários

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.994/2022. O estoque da carteira de imóveis será composta, exclusivamente, pela loja do térreo do Edifício Paulo Aguiar Frota, sede da Capef, Fortaleza-CE.

Meta de rentabilidade por plano e benchmarks por segmento de aplicação

Para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente a INPC + 5,00% a.a.

Além da meta do plano de INPC+5,00%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a. Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial.

b. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a variação do INPC + 5.00% a.a.

Objetivos para utilização de derivativos

Todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

O Plano PGA usa os instrumentos de derivativos exclusivamente para hedge.

Diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG)

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- · utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos. Em se tratando de investimentos em FIP,s, um dos critérios especificados no referido Manual de investimentos, é que nesse tipo de investimento o gestor incorpore, de alguma forma, fatores ASG na aquisição de suas empresas alvo.

Risco

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que

podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

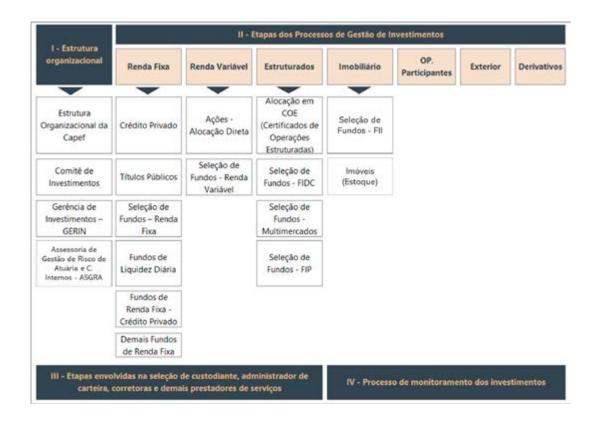
Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

- · Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 9,25%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,97% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.

Procedimentos e critérios relativos à seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento "Manual de Investimentos" da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. Confira o quadro resumo abaixo:



Código de Ética

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capef, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.



Relatório Anual 2022

